

# RELATÓRIO & CONTAS 2016

PARQUE *ESCOLAR*

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*

## ÍNDICE

<b>01_ A PARQUE ESCOLAR, E.P.E.</b> .....	<b>15</b>
1. Missão, Visão e Valores .....	15
2. O Programa de Modernização .....	16
3. O Modelo de Execução e Financiamento do Programa .....	16
<b>02_CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS</b> .....	<b>21</b>
1. Objetivos de Gestão e Plano de atividades e orçamento .....	21
2. Gestão de Risco Financeiro .....	28
3. Limites de Crescimento do Endividamento .....	28
4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores .....	29
5. Resultados Obtidos e Recomendações do Acionista Emitidas quando da Aprovação das Contas de 2015 .....	30
6. Remunerações .....	30
7. Aplicação do Disposto do art.º 32.º e art.º 33.º do Estatuto do Gestor Público .....	33
8. Despesas não documentadas .....	34
9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens .....	34
10. Prevenção da corrupção .....	35
11. Normas de Contratação Pública .....	36
12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas .....	36
13. Frota Automóvel .....	36
14. Medidas de Redução de Gastos Operacionais .....	37
15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado .....	39
16. Cumprimento das Recomendações das Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas .....	39
17. Informação divulgada a 31 dezembro de 2016 no site do setor empresarial do estado .....	41
18. Boas Práticas de Governação Societária .....	44
<b>03_RELATÓRIO DE GESTÃO</b> .....	<b>47</b>
1. Contexto Macroeconómico .....	47
2. Atividade da Parque Escolar .....	50
3. Análise Económica e Financeira .....	57
4. Recursos Humanos .....	69
5. Proposta de Aplicação de Resultados .....	72
<b>04_DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	<b>75</b>
4.1 Balanço .....	75
4.2 Demonstração dos Resultados por Natureza .....	76
4.3 Demonstração das Alterações no Capital Próprio .....	77
4.4 Demonstração de Fluxos de Caixa .....	78
4.5 Anexo às Demonstrações Financeiras .....	79
<b>05_CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b> .....	<b>125</b>
<b>06_ANEXOS</b> .....	<b>129</b>
6.1 MAPA DA SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PMEES A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 .....	129



## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Destaque dos Principais Indicadores	11
<b>Figura 2</b> – Principais Acontecimentos na Atividade da Parque Escolar	12
<b>Figura 3</b> – Indicador de Sentimento Económico	47
<b>Figura 4</b> – Produção Industrial	48
<b>Figura 5</b> – Produto Interno Bruto	48
<b>Figura 6</b> – Indicador de Síntese de Investimento	49
<b>Figura 7</b> – Indicador de Emprego	50
<b>Figura 8</b> – Distribuição Geográfica das escolas concluídas	52
<b>Figura 9</b> – Evolução dos Ganhos e Gastos Operacionais	59
<b>Figura 10</b> – Composição dos Ganhos e Gastos Operacionais	59
<b>Figura 11</b> – Distribuição do Passivo Corrente	65
<b>Figura 12</b> – Organograma da Empresa	69
<b>Figura 13</b> – Evolução do Número de Trabalhadores por Tipo de Contrato	69
<b>Figura 14</b> – Distribuição de Trabalhadores por Nível de Habilitações	70
<b>Figura 15</b> – Total de Trabalhadores	70
<b>Figura 16</b> – Total de Dirigentes	70
<b>Figura 17</b> – Distribuição por Faixa Etária	71



## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Principais Indicadores Económicos, Sociais e Financeiros	11
<b>Tabela 2</b> – Escolas Disponibilizadas à Comunidade Escolar em 2016	23
<b>Tabela 3</b> – Grau de Cumprimento dos Objetivos para 2016	25
<b>Tabela 4</b> – Orçamento e Execução Orçamental da Despesa e Receita 2016	26
<b>Tabela 5</b> – Encargos Financeiros e Taxa Média de Financiamento	28
<b>Tabela 6</b> – Passivo Remunerado	28
<b>Tabela 7</b> – Evolução do Prazo Médio de Pagamentos	29
<b>Tabela 8</b> – Situação das Dívidas a Fornecedores em 31 de Dezembro de 2016	29
<b>Tabela 9</b> – Composição do Conselho de Administração (CA)	30
<b>Tabela 10</b> – Remunerações ilíquidas mensais auferidas pelo CA	31
<b>Tabela 11</b> – Remunerações ilíquidas anuais auferidas pelo CA	31
<b>Tabela 12</b> – Benefícios sociais auferidos pelo CA	31
<b>Tabela 13</b> – Encargos com viaturas afetas ao CA	31
<b>Tabela 14</b> – Gastos anuais em deslocações em serviço do CA	32
<b>Tabela 15</b> – Composição do Fiscal Único	32
<b>Tabela 16</b> – Remunerações ilíquidas auferidas pelo ROC/Fiscal Único em 2016	33
<b>Tabela 17</b> – Gastos em comunicações móveis do CA	34
<b>Tabela 18</b> – Gastos anuais associados às viaturas afetas ao CA	34
<b>Tabela 19</b> – Evolução dos Gastos Operacionais da Empresa	37
<b>Tabela 20</b> – Informação no <i>site</i> do Setor Empresarial do Estado	42
<b>Tabela 21</b> – Cumprimento das Orientações Legais	43
<b>Tabela 22</b> – Principais Indicadores	58
<b>Tabela 23</b> – Evolução dos Gastos Financeiros	60
<b>Tabela 24</b> – Evolução dos Rendimentos Financeiros	61
<b>Tabela 25</b> – Evolução do Ativo Corrente e Não Corrente	61
<b>Tabela 26</b> – Evolução do Ativo Não Corrente	62
<b>Tabela 27</b> – Evolução do Ativo Corrente	62
<b>Tabela 28</b> – Evolução do Capital Próprio	64
<b>Tabela 29</b> – Evolução do Passivo	64
<b>Tabela 30</b> – Evolução do Passivo Não Corrente	65
<b>Tabela 31</b> – Evolução Financiamentos obtidos	66
<b>Tabela 32</b> – Evolução do <i>Cash Flow</i>	68
<b>Tabela 33</b> – Balanço	75
<b>Tabela 34</b> – Demonstração dos Resultados por Natureza	76
<b>Tabela 35</b> – Demonstração das Alterações no Capital Próprio	77
<b>Tabela 36</b> – Demonstração de Fluxos de Caixa	78
<b>Tabela 37</b> – Vidas Úteis dos Ativos Fixos Tangíveis	81
<b>Tabela 38</b> – Caixa e Equivalentes de Caixa	90





<b>Tabela 39</b> – Resultados Transitados	90
<b>Tabela 40</b> – Ativos Fixos Tangíveis	91
<b>Tabela 41</b> – Investimento em Curso	92
<b>Tabela 42</b> – Detalhe do Investimento em Curso	93
<b>Tabela 43</b> – Propriedades de Investimento	94
<b>Tabela 44</b> – Detalhe das Propriedades de Investimento, Rendimentos e Gastos Operacionais diretos	95
<b>Tabela 45</b> – Avaliação das Propriedades de Investimento	96
<b>Tabela 46</b> – Ativos Intangíveis	96
<b>Tabela 47</b> – Outros Ativos Financeiros	97
<b>Tabela 48</b> – Clientes	97
<b>Tabela 49</b> – Antiguidade de saldos de Clientes	98
<b>Tabela 50</b> – Ajustamentos de Clientes	98
<b>Tabela 51</b> – Estado e Outros Entes públicos	99
<b>Tabela 52</b> – Imposto sobre o Rendimento	99
<b>Tabela 53</b> – Outras Contas a Receber	100
<b>Tabela 54</b> – Ajustamentos de Outros Devedores	100
<b>Tabela 55</b> – Diferimentos	101
<b>Tabela 56</b> – Reservas e Resultados Transitados	102
<b>Tabela 57</b> – Outras Variações no Capital Próprio	102
<b>Tabela 58</b> – Provisões para Riscos e Encargos	103
<b>Tabela 59</b> – Empréstimos	104
<b>Tabela 60</b> – Linhas de Crédito contratadas	104
<b>Tabela 61</b> – Maturidade dos Empréstimos Bancários	105
<b>Tabela 62</b> – Impostos Diferidos	105
<b>Tabela 63</b> – Prejuízos Fiscais	106
<b>Tabela 64</b> – Fornecedores	106
<b>Tabela 65</b> – Antiguidade de saldos de Fornecedores	106
<b>Tabela 66</b> – Fornecedores de Investimento	107
<b>Tabela 67</b> – Antiguidade de saldos de Fornecedores de Investimento	107
<b>Tabela 68</b> – Fornecedores de Investimento	107
<b>Tabela 69</b> – Outras Contas a Pagar	108
<b>Tabela 70</b> – Juros a Pagar	108
<b>Tabela 71</b> – Serviços Prestados	109
<b>Tabela 72</b> – Trabalhos para a Própria Empresa	110
<b>Tabela 73</b> – Fornecimentos e Serviços Externos	111
<b>Tabela 74</b> – Gastos com Pessoal	112
<b>Tabela 75</b> – Outros Rendimentos e Ganhos	112
<b>Tabela 76</b> – Rendimentos Suplementares	113
<b>Tabela 77</b> – Outros Gastos e Perdas	113



<b>Tabela 78</b> – Gastos e Rendimentos Financeiros	114
<b>Tabela 79</b> – Imposto sobre o Rendimento	115
<b>Tabela 80</b> – Reconciliação do Imposto	115
<b>Tabela 81</b> – Taxa de Imposto	115
<b>Tabela 82</b> – Compromissos contratados	116
<b>Tabela 83</b> – Compromissos com Locações Operacionais	116
<b>Tabela 84</b> – Partes Relacionadas	120
<b>Tabela 85</b> – Remunerações do Conselho de Administração	121

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

## **SIGLAS E ACRÓNIMOS**

<b>AE</b>	Área do Euro / Zona Euro
<b>BEI</b>	Banco Europeu de Investimento
<b>CEB (BDCE)</b>	<i>Council of Europe Development Bank</i> (Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa)
<b>CMVM</b>	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
<b>DGTF</b>	Direção Geral do Tesouro e Finanças
<b>EB</b>	Escola Básica
<b>ES</b>	Escola Secundária
<b>ESPAP</b>	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FEDER</b>	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
<b>AD&amp;C</b>	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP
<b>IGCP</b>	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E.
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PMEES</b>	Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário
<b>POVT</b>	Programa Operacional Valorização do Território
<b>SIGMO</b>	Sistema Informático de Gestão da Manutenção e Operação
<b>UE</b>	União Europeia





## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2016 o Conselho de Administração, cujo mandato cessou em 31 de dezembro de 2015, prosseguiu, em conjunto com os trabalhadores da empresa, os objetivos estratégicos definidos nos Contratos de Gestão que vigoraram para o mandato 2013/2015 e que foram acordados com as Tutelas em agosto de 2013, nos termos do Estatuto do Gestor Público.

O cumprimento dessas orientações traduz-se na capacidade que a Parque Escolar atualmente apresenta, após um período conturbado provocado pela grave crise económica e financeira que a afetou, prosseguir com normalidade a atividade de Investimento, implementar um modelo inovador e sem paralelo de conservação e manutenção de edifícios públicos de utilização intensiva, através de uma estrutura organizativa redimensionada e organizativamente reestruturada capaz de responder eficazmente às solicitações de que é alvo.

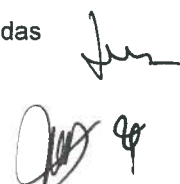
Na atividade de Investimento, outrora fortemente prejudicada pela necessidade de suspensão de obras e de resolução de contratos de empreitada, a Empresa logrou concluir os processos de remobilização das obras interrompidas e de adjudicação de novas empreitadas para a conclusão dos trabalhos. Estes processos, em vários casos decorrentes de complexos processos judiciais, requereram o envolvimento dos projetistas para a redefinição do projeto e posterior lançamento de novos concursos públicos para a adjudicação das empreitadas.

Na atividade de Conservação e Manutenção a empresa, está hoje em dia preparada para responder com flexibilidade e mediante os instrumentos ao seu dispor, às solicitações decorrentes da gestão diária dos edifícios escolares, quer através da gestão dos Contratos de Manutenção e Apoio à Exploração que em 2016 abrangeram 103 escolas, quer através do apoio aos serviços assegurados por Técnicos Polivalentes Residentes quer mediante a contratação de serviços pontuais de conservação e manutenção, que se verificaram necessários.

A maturação das competências da Parque Escolar na prestação dos serviços de conservação e manutenção foi, no ano de 2016, reconhecida pelos resultados do *Inquérito de Avaliação da Qualidade do Serviço* realizado anualmente pela empresa junto da comunidade educativa, que evidenciaram um maior grau de satisfação pelos serviços prestados neste âmbito, apesar do ambiente administrativo que condicionou significativamente a prestação destes serviços.

Em 2016 o volume da atividade de contencioso decresceu substancialmente, quer pela conclusão dos processos em curso, quer pelo decréscimo acentuado de novas situações de conflito.

A atividade de Investimento caracterizou-se em 2016 pela intervenção em 20 escolas tendo sido concluídas e disponibilizadas à comunidade educativa 12 infraestruturas requalificadas. As restantes 8 escolas, à exceção da ES Gago Coutinho e ES Quinta do Marquês que aguardam a conclusão da revisão do projeto que inclui uma redução do custo da intervenção, encontram-se com os contratos de empreitada a decorrer, ou, aguardam a publicação das Portarias de Extensão de Encargos necessárias para a adjudicação das

Handwritten signatures in black ink, located in the bottom right corner of the page. There are two distinct signatures, one above the other.

obras para a sua conclusão. Tal facto traduziu-se num abrandamento do ritmo de investimento, na necessidade de rever os prazos do Plano de Investimento e conseqüentemente na necessidade de rever o Plano de Financiamento, tendo conduzido ao despoletar pelo Conselho de Administração de novo pedido de extensão do prazo de utilização do empréstimo do BDCE.

Em 2016 foi concluído com a assinatura e obtenção do visto do Tribunal de Contas o processo de Segunda Revisão do Contrato Programa entre o Estado Português e a Parque Escolar, iniciado em março de 2015, que reafirma as competências da empresa na área do Investimento e da Conservação e Manutenção das infraestruturas escolares do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário (PMEES).

Esta revisão formaliza o replaneamento das infraestruturas escolares a intervencionar ao abrigo do PMEES, ao eliminar o grupo de 39 escolas da fase 3 cuja empreitada não tinha sido consignada e das 94 escolas da fase 4, passando a competir ao Senhor Ministro da Educação mediante despacho, a inclusão de novas escolas no Programa de Modernização.

No que diz respeito a futuras intervenções o ano de 2016 caracterizou-se:

- ✓ Pela não concretização das expectativas quanto à de realização de investimentos de requalificação de escolas cofinanciadas pelo Portugal 2020;
- ✓ Pela atribuição pelo Ministério da Educação de três novas intervenções de requalificação: do Conservatório Nacional de Música e Dança de Lisboa, da Escola Secundária Camões e a conclusão da Escola Básica Integrada com Jardim de Infância do Parque das Nações.

A atividade de projetos e gestão de ativos, definiu os programas funcionais destas intervenções em articulação com o Ministério da Educação e as Direções das escolas tendo iniciado e lançado os procedimentos de contratação dos projetistas para a elaboração dos respetivos projetos.

É convicção do Conselho de Administração da Parque Escolar, que a empresa se encontra preparada para prosseguir a sua missão, de uma forma ímpar e inovadora no desenvolvimento da educação em Portugal.

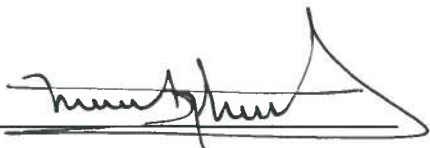
Lisboa, 29 de março de 2017

**O Conselho de Administração**



Luís Manuel Flores de Carvalho

(Presidente)



Filipe António Alves da Silva

(Vogal)



Montezuma Boaventura Guimarães Dumangane

(Vogal)

# PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1 – Principais Indicadores Económicos, Sociais e Financeiros

Principais Indicadores	Unid. milhares de Euros									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Elementos Económicos e Financeiros</b>										
Resultado Antes de Impostos	-563	-1.610	-2.980	-6.968	-25.232	-14.974	-16.147	-21.490	6.941	29.934
EBITDA	-602	-1.038	2.362	24.487	46.477	73.188	70.873	67.781	94.827	112.795
Gastos Líquidos de Financiamento	57	-492	-2.558	-6.631	-21.138	-33.252	-29.200	-28.664	-27.233	-23.280
Resultado Líquido do Período	-567	-1.630	-1.717	-7.069	-25.422	-15.090	-16.222	-21.561	6.931	24.890
Investimento <sup>1</sup>	8.266	76.226	405.395	837.554	540.267	275.891	63.589	37.282	104.989	20.534
Total do Ativo	11.661	184.840	651.899	1.672.802	2.107.857	2.376.539	2.395.150	2.350.625	2.317.576	2.299.166
Endividamento	-	46.239	138.800	665.929	1.077.000	1.140.000	1.140.000	1.125.360	1.086.180	1.073.489
Endividamento de Curto Prazo	-	46.239	8.800	65.929	77.000	0	37.140	61.680	65.191	139.967
Endividamento de Médio e Longo Prazo	-	-	130.000	600.000	1.000.000	1.140.000	1.102.860	1.063.680	1.020.989	933.522
Total do Passivo <sup>2</sup>	10.827	95.693	564.469	1.050.720	1.497.462	1.543.434	1.554.570	1.522.990	1.466.973	1.421.015
Capital Próprio <sup>2</sup>	834	89.147	87.430	622.082	610.395	833.106	840.580	827.635	850.602	878.151
<b>Dados da Atividade</b>										
N.º Médio de Trabalhadores <sup>3</sup>	16	39	133	246	336	272	221	174	151	144
N.º de Escolas Concluídas	-	4	12	36	50	20	14	6	11	12
N.º de Escolas em Intervenção	4	26	87	161	112	54	37	31	19	7
<b>Indicadores Económicos e Financeiros</b>										
Estrutura Financeira	12,99	1,07	1,10	1,66	2,45	1,85	1,85	1,84	1,72	1,62
Solvabilidade	28,03	1,15	0,17	0,59	0,41	0,54	0,54	0,54	0,58	0,62
Autonomia Financeira	26,03	0,60	0,14	0,37	0,29	0,35	0,35	0,35	0,37	0,38
Margem EBITDA	-0,68	-0,92	1,81	1,34	0,95	1,59	1,33	0,99	1,02	1,26
Prazo Médio de Pagamentos <sup>4</sup>	59	75	58	56	96	56	81	32	31	30

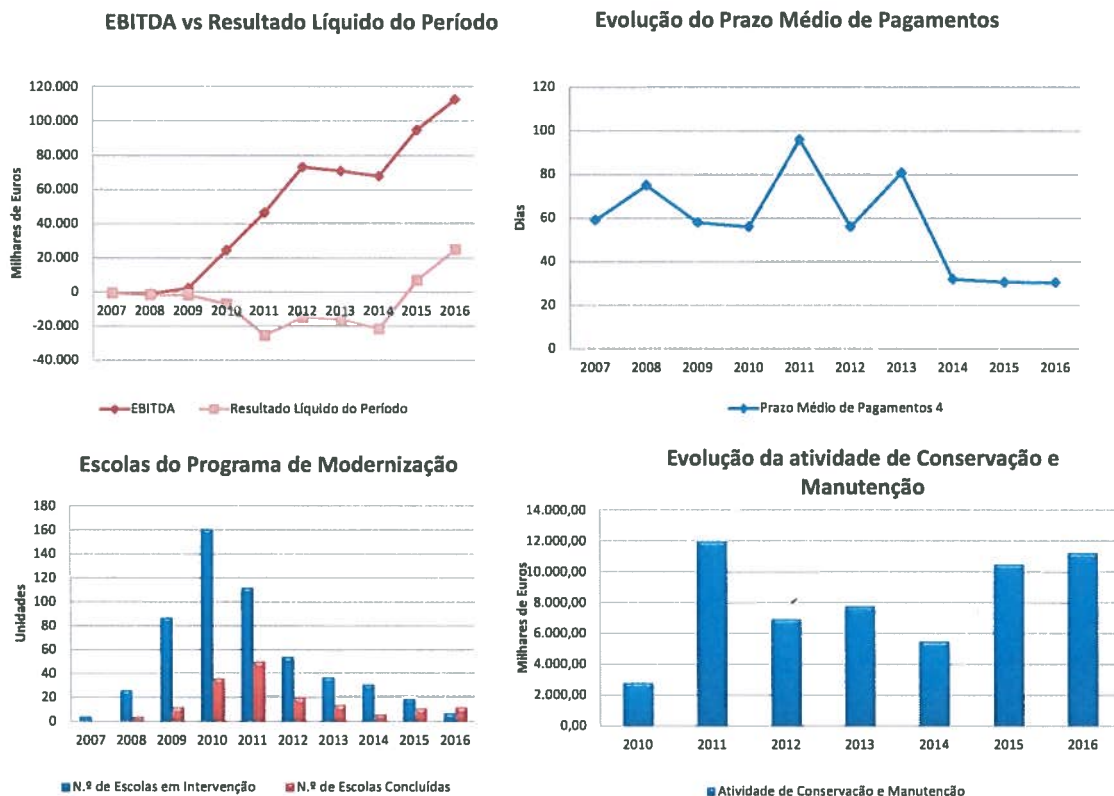
<sup>1</sup> Investimento - PMEES e Valorização Patrimonial (não inclui aquisição de terrenos e edifícios).

<sup>2</sup> Com a adoção, em 2010, do SNC os subsídios foram reclassificados de passivo para capital próprio.

<sup>3</sup> Média ponderada, ao longo do ano, do número de trabalhadores, incluindo elementos do Conselho de Administração.

<sup>4</sup> PMP referente ao último mês do ano - Cálculo conforme SEE.

Figura 1 – Destaque dos Principais Indicadores

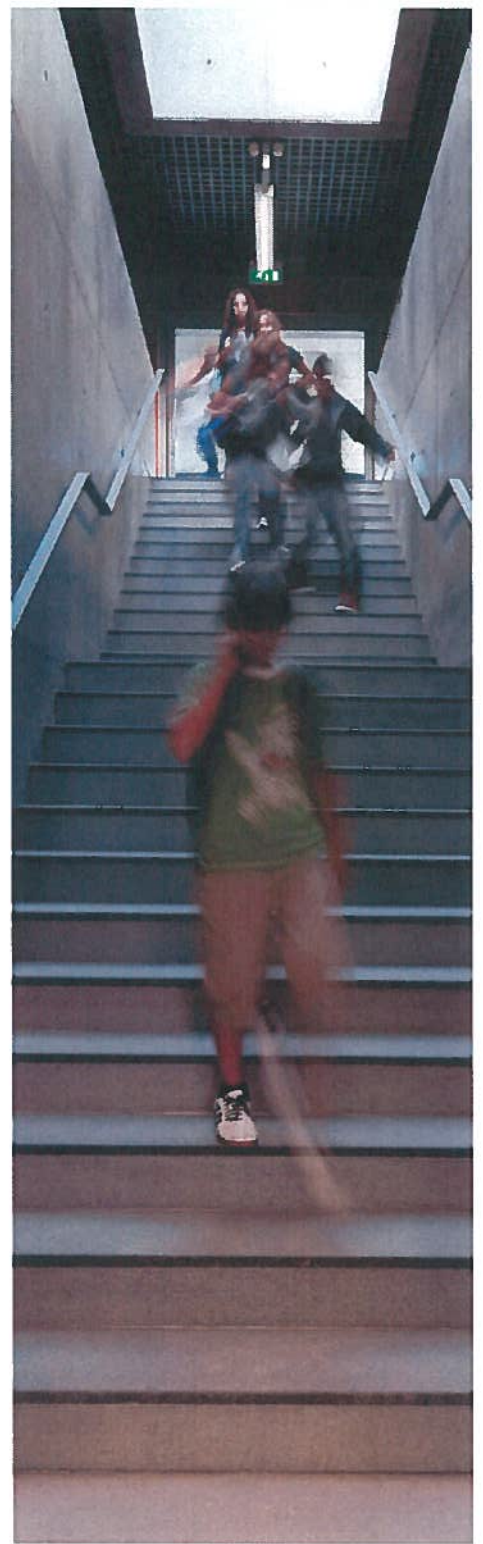




# HISTORIAL

Figura 2 – Principais Acontecimentos na Atividade da Parque Escolar





**01**

A PARQUE  
ESCOLAR, E. P. E.

*Jun*  
*[Signature]*

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*



## 01\_A PARQUE ESCOLAR, E.P.E.

A Parque Escolar E.P.E., foi criada pelo Decreto-Lei n.º 41/2007 de 21 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 25/2008 de 20 de fevereiro, e n.º 83/2009 de 2 de abril, tendo por objeto principal o planeamento, a gestão, o desenvolvimento e a execução do Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário (adiante designado por “Programa de Modernização”, “Programa” ou “PMEES”) e outras escolas afetas ao Ministério da Educação.

### 1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

#### Missão

Modernizar e conservar o parque escolar público, de acordo com os princípios definidos no Contrato Programa celebrado com o Estado Português.

#### Visão

Ser uma empresa pública de referência nos domínios da construção, conservação e manutenção de edifícios escolares e do cumprimento das boas regras de gestão pública.

#### Valores

A Parque Escolar, na prossecução das suas atividades, procura sedimentar os valores que são referência da sua cultura corporativa:

- Excelência
  - Na prestação de um nível de serviço público de qualidade;
  - Na organização interna e nos procedimentos que melhoram continuamente a eficiência e a eficácia organizacional;
  - Na resposta ao cliente e à comunidade educativa;
- Orientação para os resultados
  - Aumentar a eficácia no grau de cumprimento dos objetivos, otimizando os meios disponíveis e combatendo o desperdício;
  - Antecipar os problemas através do planeamento atempado e de um conhecimento profundo dos processos e da legislação que regulamenta a atividade da Parque Escolar;
- Ética e Responsabilidade Social
  - A atuação da Parque Escolar está enquadrada por políticas de desenvolvimento e valorização profissional e pessoal e de responsabilidade social, suportadas em procedimentos e práticas definidas com o objetivo de preservar o valor dos seus ativos, a qualidade dos serviços prestados e o respeito pelos direitos dos seus trabalhadores.

## 2. O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO

O Programa de Modernização foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2007, de 3 de janeiro, o qual visa:

1. Requalificar as infraestruturas escolares, em termos que garantam a oferta, aos alunos, docentes e demais agentes do sistema educativo, de instalações escolares com condições adequadas de funcionalidade, de conforto, de segurança e aptas à sua integração e adaptação ao processo dinâmico de introdução de novas tecnologias;
2. A implementação de um sistema de manutenção e gestão das instalações escolares que seja abrangente, sistemático e duradouro.

Para além da manifesta degradação que ao longo das últimas décadas se vinha observando no estado de conservação das instalações escolares destinadas ao ensino secundário, existiam ainda problemas de obsolescência funcional.

Mostrou-se assim necessário desenvolver um novo modelo de gestão do processo de modernização das instalações escolares destinadas ao ensino secundário, por forma a inverter o curso do processo de degradação e de obsolescência funcional a que estavam sujeitas, e criar condições para concretizar uma efetiva reabilitação das instalações escolares.



Legenda (da esquerda para a direita, a contar do canto superior esquerdo): Escola Secundária e Básica Clara de Resende, Escola Secundária de Monserrate, Escola Secundária Padre Alberto Neto, Escola Secundária Tomás Cabreira, Escola Secundária de Gafanha da Nazaré e Escola Básica e Secundária Prof. Ruy Luís Gomes)

## 3. O MODELO DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO DO PROGRAMA

De acordo com os seus Estatutos, a Parque Escolar desenvolve as atividades compreendidas no seu objeto social, nomeadamente a execução do Programa de Modernização, com base num programa plurianual e nos termos e condições constantes do Contrato Programa estabelecido com o Estado.

A 29 de setembro de 2007, dando continuidade ao previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 01/2007, o Estado Português e a Parque Escolar celebraram um Contrato Programa para regulação das obrigações das partes na concretização do Programa de Modernização, designadamente os serviços a prestar pela Parque Escolar e as respetivas contrapartidas financeiras por parte do Estado, a que se encontrava subjacente uma programação para a Fase de Investimento no triénio 2007-2009.

O Contrato Programa define o âmbito da prestação de serviços a cargo da Parque Escolar, as infraestruturas escolares abrangidas e a respetiva contrapartida a pagar pelo Estado.

Posteriormente, em dezembro de 2008, foi aprovado o Plano de Negócios da Parque Escolar para o período 2007-2037.

Em conformidade com o disposto no Plano de Negócios, e atendendo às medidas preconizadas no âmbito do Programa de Iniciativa para o Investimento e Emprego, foi outorgado, em 14 de outubro de 2009, o segundo Contrato Programa, com um horizonte temporal de 30 anos, tendo também sido atualizados os objetivos para o triénio 2009-2011. Este contrato, com efeitos retroativos a 1 de julho de 2009 e que revogou o Contrato Programa anterior, foi visado pelo Tribunal de Contas a 15 de novembro de 2011.

Em 6 dezembro de 2012 foi outorgada a primeira revisão do Contrato Programa que integra uma revisão do Plano de Negócios apresentado às Tutelas em de abril de 2013 e aprovado em outubro do mesmo ano. O visto do Tribunal de Contas foi obtido a 26 de dezembro de 2013 passando esta revisão ao Contrato Programa a produzir efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

Foi igualmente revisto o Plano de Negócios, sendo parte integrante do Contrato Programa (primeira revisão).

No cumprimento do nº 1 da cláusula 22.ª do Contrato Programa (primeira revisão), que estabelece a obrigatoriedade da sua revisão trianual, o processo conducente à segunda Revisão do Contrato Programa, teve início em 20 de março de 2015, atravessou três governos, destacando-se os seguintes momentos:

- A aprovação da revisão do Plano de Negócios para o período 2016-2037 através do despacho n.º 1145/15-SET, de 27 de julho da Senhora Secretária de Estado do Tesouro;
- A autorização para a realização da despesa relativa à remuneração do Contrato Programa para o triénio 2016-2018, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2016 de 21 de janeiro, no montante de 340 milhões de euros (valor a que acresce IVA à taxa legal em vigor), a qual integra o valor correspondente à componente de investimento da Remuneração do Contrato Programa relativa ao 2º semestre de 2012 em falta;
- A aprovação e conclusão da assinatura da Segunda Revisão do Contrato Programa a 1 de julho de 2016;
- Obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas no dia 13 de outubro de 2016.

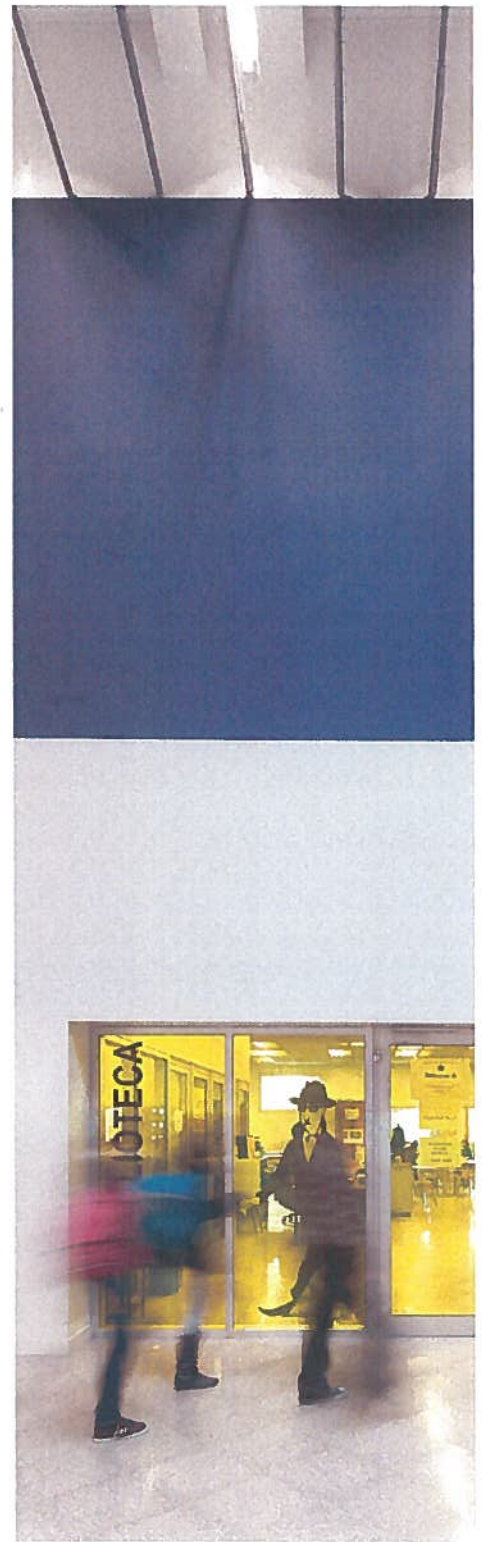
Esta revisão inclui nos seus considerandos a menção à suspensão do investimento em 39 escolas da fase 3, conforme indicação do Ministro da Educação e Ciência em agosto de 2011, sendo assim retificado o número de escolas abrangidas pelo PMEES para 173 infraestruturas, prevendo-se que a integração de novas escolas no Programa passe a ser efetuada por despacho do Ministro da Educação.

No âmbito do Contrato Programa destacam-se as seguintes obrigações a que a Parque Escolar está vinculada:

1. Planificar e executar as ações conducentes à adequada definição dos programas de intervenção, dos projetos, das obras e da conservação e manutenção, necessárias para a concretização dos objetivos do Programa de Modernização;
2. Aprofundar progressivamente todo o modelo de intervenção, visando a criação de normativos de projeto e gestão, numa perspetiva de adequação aos objetivos programáticos, qualidade técnica e rigor financeiro;
3. Assegurar a sustentabilidade financeira do Programa de Modernização, através da implementação de metodologias de gestão e controlo adequadas;
4. Implementar um sistema permanente de auditoria e monitorização das intervenções, da gestão e do comportamento físico e funcional das instalações;
5. Garantir uma estrutura organizativa leve, eficaz e com capacidade de adaptação às metas e desafios que ao longo do tempo venham a ser fixados, criando uma cultura de empresa assente no cumprimento de objetivos e na responsabilidade social.

Nos termos do Contrato Programa, a remuneração auferida pela Empresa é constituída por duas componentes, designadas por “componente de investimento” e “componente de serviços de conservação e manutenção”. Assim a remuneração total é calculada em função das responsabilidades decorrentes:

- Dos investimentos realizados na construção, na remodelação e no reequipamento das infraestruturas escolares, consubstanciados no serviço da dívida a pagar pela Empresa em cada exercício – “componente de investimento”,
- Dos encargos associados aos serviços necessários para a sua conservação e manutenção, incluindo seguros, taxas de saneamento, investimento em grande manutenção e manutenção corrente - “componente de serviços de conservação e manutenção”, tendo o seu cálculo por base a área disponibilizada após a requalificação da escola.



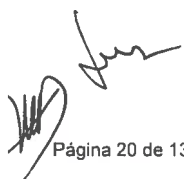
## 02

CUMPRIMENTO DAS  
OBRIGAÇÕES LEGAIS

*Handwritten signature*



*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*



Página 20 de 131





## **02\_CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS**

A Parque Escolar rege-se pelo Regime Jurídico aplicável às Entidades Públicas Empresariais. Assim, a Empresa detém o dever especial de informação e controlo, através da divulgação de documentos e prestação de contas nos termos legalmente definidos.

Apresenta-se de seguida a informação sobre o processo de prestação de contas referentes a 2016 da Parque Escolar, E.P.E., conforme instruções do ofício circular ref.ª DSPE/DAA/EPE 1268, de 27 de fevereiro de 2017.

### **1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO**

Os membros do Conselho de Administração são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Educação. Os mandatos têm a duração de três anos, sendo renováveis por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição, conforme art.º 7.º Decreto-lei n.º 41/2007. Neste contexto, em 2016, deu-se continuidade aos princípios orientadores definidos para o triénio 2013/2015.

Em 2016, pese embora não existam Contratos de Gestão dos membros do Conselho de Administração em funções, por já terem cessado o seu mandato em 31 de dezembro de 2015, a Empresa deu continuidade às orientações estratégicas e objetivos fixados nos Contratos de Gestão que vigoraram para o mandato 2013/2015 e que foram definidos e acordados com as Tutelas em agosto de 2013, nos termos do Estatuto do Gestor Público.

De seguida apresentam-se esses objetivos, bem como as observações relevantes sobre o respetivo grau de cumprimento.

#### **1.1 Objetivos de Gestão**

##### **Assegurar o estrito cumprimento dos limites ao endividamento estabelecidos pela Tutela**

Em 2016 a Empresa cumpriu integralmente este objetivo, tendo inclusive registado uma diminuição do nível de endividamento no seguimento da amortização parcial de capital dos empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (BDCE), no valor de 42.691 milhares de euros, parcialmente compensada pelo desembolso do empréstimo de médio e longo prazo do BDCE, no valor de 30.000 milhares de euros em julho de 2016<sup>1</sup>.

Por outro lado, conforme previsto no Plano de Negócios e contemplado no Orçamento de Estado para 2016, foi celebrado em outubro um novo contrato de financiamento com a Direção Geral do Tesouro e Finanças

<sup>1</sup> Os limites ao endividamento estabelecidos pela Tutela encontram-se descritos no ponto 3 deste capítulo.

(DGTF) no montante de 22.500 milhares de euros, para pagamento das duas prestações do empréstimo de 90.000 milhares de euros, contraído àquela entidade em 2012, com vencimento em maio e novembro de 2016.

Em março e outubro de 2016, tendo em conta o atraso no processo de outorga e obtenção de visto do Tribunal de Contas à Segunda Revisão do Contrato Programa que impediu o recebimento da remuneração a auferir nos termos do Contrato e conforme contemplado no Orçamento de Estado para 2016, foram ainda contraídos dois empréstimos com a DGTF nos montantes de 30.089 milhares de euros e 32.521 milhares de euros respetivamente, para cumprimento do serviço da dívida relativo aos empréstimos do BEI e do BDCE. Estes empréstimos foram integralmente amortizados no final do ano.

**Controlar os montantes de investimento a realizar no âmbito do Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário (PMEES), para que os mesmos se mantenham dentro dos orçamentos previstos, evitando-se a ocorrência de desvios**

O Conselho de Administração deu continuidade à implementação do plano de redução de custos definido em 2011, prevendo-se, assim, que os custos finais das empreitadas venham a ser inferiores, aos inicialmente contratados.

A este respeito, e no seguimento das recomendações do Tribunal de Contas, deliberou o Conselho de Administração a criação de um grupo de trabalho interno, com a incumbência de proceder à avaliação global da eficácia da implementação do “Plano de Contenção de Custos de Investimento na Fase 3”<sup>2</sup>.

**Controlar o cumprimento dos prazos contratuais de execução das empreitadas por parte dos adjudicatários**

Foram implementados, ainda durante o ano de 2013, mecanismos de controlo interno de cumprimento dos prazos contratuais e um procedimento de aplicação de multas por incumprimento dos mesmos. A implementação dessas medidas permitiu a harmonização da atuação da Empresa nesta área.

**Concluir as obras em curso, no menor tempo possível, respeitando as limitações orçamentais**

A Parque Escolar tem-se empenhado no cumprimento deste objetivo, dentro das limitações orçamentais tendo colocado à disposição da comunidade educativa 165 escolas requalificadas, das quais 12 foram disponibilizadas em 2016, conforme tabela seguinte:

---

<sup>2</sup> As recomendações do Tribunal de Contas encontram-se descritas com maior detalhe no ponto 16 deste capítulo.

**Tabela 2 - Escolas Disponibilizadas à Comunidade Escolar em 2016**

DESCRIÇÃO ESCOLA	DISTRITO	CONCELHO
ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA VALE DE CAMBRA	AVEIRO	VALE DE CAMBRA
ESCOLA SECUNDÁRIA DE MARCO DE CANAVESES	PORTO	MARCO DE CANAVESES
ESCOLA SECUNDÁRIA SOARES BASTO	AVEIRO	OLIVEIRA DE AZEMÉS
ESCOLA SECUNDÁRIA AUGUSTO GOMES	PORTO	MATOSINHOS
ESCOLA SECUNDÁRIA CASTELO DE PAIVA	AVEIRO	CASTELO DE PAIVA
ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASTELO DA MAIA	PORTO	MAIA
ESCOLA SECUNDÁRIA DE D. DINIS (STO. TIRSO)	PORTO	SANTO TIRSO
ESCOLA SECUNDÁRIA DE MÁRIO SACRAMENTO	AVEIRO	AVEIRO
ESCOLA SECUNDÁRIA JORGE PEIXINHO	SETÚBAL	MONTIJO
ESCOLA SECUNDÁRIA SEOMARA DA COSTA PRIMO	LISBOA	AMADORA
ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA FREI GONÇALO DE AZEVEDO	LISBOA	CASCAIS
ESCOLA SECUNDÁRIA DE MEM MARTINS	LISBOA	SINTRA

**Garantir os serviços de conservação e manutenção das infraestruturas escolares e dos equipamentos técnicos complementares para as escolas já requalificadas, implementar e gerir os contratos celebrados, e controlar e monitorizar a qualidade dos serviços, conforme estabelecido no Contrato Programa**

Em 2016, a Parque Escolar foi responsável por executar um número significativo de contratos de prestação de serviços, dos quais se destacam: “serviços de conservação, manutenção e apoio à exploração”, “serviços de técnico polivalente residente”, “serviços de manutenção do tipo simples/completo às instalações de elevação”, “serviços de manutenção pontual aos equipamentos”, “serviços de higiene e limpeza” e “serviços combinados de vigilância e segurança humana”.

Os serviços de Técnico Polivalente Residente (TPR) foram assegurados até março de 2016 para um conjunto de 40 escolas da fase 3. De forma a garantir a continuidade deste serviço, foi lançado Concurso Público Internacional e adjudicada a prestação de serviços, que englobou um conjunto de 60 escolas. A Portaria de Extensão de Encargos, pendente desde janeiro, foi obtida em outubro de 2016. A decisão de adjudicação foi alvo de impugnação, aguardando-se a decisão do tribunal competente ao recurso interposto por um dos concorrentes.

Em 2016, 103 das 165 escolas beneficiaram dos serviços prestados através do Contratos de Manutenção e Apoio à Exploração (CMAE).

A prestação de serviços de manutenção nas escolas não abrangidas por contratos CMAE tem sido realizada, sempre que necessário, mediante a contratação de adjudicações pontuais, que compreendem serviços de manutenção corretiva, preventiva pontual e funcional. Refletindo esse esforço, em 2016

celebraram-se 267 novas adjudicações de serviços de conservação e manutenção, a que correspondeu uma variação positiva dos serviços de manutenção pontuais de cerca de 78% face ao ano anterior.

Em 2016 foi dada continuidade ao estudo desenvolvido por um grupo de trabalho criado em 2015, com o objetivo de proceder à revisão das peças dos procedimentos e subsequente lançamento dos concursos para a adjudicação de futuros contratos CMAE, que irão permitir cobrir o universo dos edifícios escolares concluídos e dos edifícios não escolares.

No que respeita à monitorização da qualidade dos serviços, a Parque Escolar promoveu durante o ano de 2016 a continuidade da utilização da aplicação informática Sistema Informático de Gestão da Manutenção e Operação (SIGMO) desenvolvida para plataforma *web*, colocada em produtivo em 2013, com a incorporação de novas funcionalidades.

A utilização da plataforma *web* tem por objetivo principal, a promoção da gestão eficiente da universalidade dos contratos de conservação, manutenção e apoio à exploração, limpeza e higiene, segurança e vigilância, meios mecânicos de elevação e inspeções de gás.

### **Rentabilizar o património não escolar da Parque Escolar, quer através da alienação quer por recurso ao arrendamento**

Em 2016, a receita associada aos edifícios não escolares sofreu um decréscimo pouco expressivo de 3% face ao ano 2015 em virtude da redução da receita associada ao novo contrato de arrendamento do edifício da Avenida Infante Santo celebrado com a Secretaria Geral da Educação e Ciência. O novo contrato permitiu assegurar a continuidade da rentabilidade do espaço, no entanto, a redução da área arrendada, bem como a fixação de um novo valor unitário de renda inferior em cerca de 30% traduziu-se numa redução do valor da renda<sup>3</sup>.

Neste contexto, estão a ser desenvolvidos contactos com diversas entidades com vista a rentabilizar os espaços que se encontram disponíveis nos edifícios da Avenida Infante Santo e 24 de Julho.

### **Promover a defesa dos interesses da Parque Escolar nas ações judiciais ou arbitrais pendentes ou que venham a ser intentadas, quer conexas com a aplicação de sanções contratuais, quer em consequência de danos causados à Empresa, resultantes de um significativo e crescente número de situações de incumprimento dos prazos contratuais na execução das empreitadas**

<sup>3</sup> A nova área arrendada foi objeto de avaliação pela *Cushman & Wakefield* em 2015, tendo sido homologado o valor de renda de 18.100€ mensais por despacho de 11 de setembro de 2015 do Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças, exarado na informação n.º 205/DSAVP/2015. O valor da renda anterior era de 44.394,48€, com a particularidade de serem asseguradas pela Parque Escolar as despesas com a eletricidade, água, limpeza e manutenção, que deixaram de estar incluídas no novo contrato.

Durante o ano de 2016, a Parque Escolar continuou a garantir a defesa da sua posição no âmbito do contencioso em que é parte, exercendo os seus direitos e cumprindo as suas obrigações, sempre em prol do interesse público.

Em 2016 manteve-se a tendência de diminuição dos processos arbitrais em que a Parque Escolar é demandada.

### Grau de cumprimento dos Objetivos

O grau de cumprimento dos objetivos para 2016 é o que consta na tabela seguinte:

**Tabela 3 – Grau de Cumprimento dos Objetivos para 2016**

Descrição das Metas e Objetivos	Grau de Cumprimento
<b>Objetivos dos membros do CA até 31 de dezembro de 2016</b>	
Assegurar o estrito cumprimento do orçamento aprovado pela Tutela para a Parque Escolar em 2013, 2014, 2015 e 2016	100%
Assegurar o estrito cumprimento dos limites ao endividamento estabelecidos pela Tutela	100%
Controlar os montantes de investimento a realizar no âmbito do Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário (PMEES), para que os mesmos se mantenham dentro dos orçamentos previstos, evitando-se a ocorrência de desvios	100%
Controlar o cumprimento dos prazos contratuais de execução das empreitadas por parte dos adjudicatários	100%
Concluir as obras em curso, no mais curto espaço de tempo possível, respeitando as limitações orçamentais	96%
Garantir os serviços de conservação e manutenção das infraestruturas escolares e dos equipamentos técnicos complementares para as escolas já requalificadas, implementar e gerir os contratos celebrados, bem como controlar e monitorizar a qualidade dos serviços, conforme estabelecidos no Contrato Programa	71%
Rentabilizar o património não escolar da Parque Escolar, quer através da alienação quer por recurso ao arrendamento	96%
Promover a defesa dos interesses da Parque Escolar nas ações judiciais ou arbitrais pendentes ou que venham a ser intentadas, quer conexas com a aplicação de sanções contratuais, quer em consequência de danos causados à Empresa, resultantes de um significativo e crescente número de situações de incumprimento dos prazos contratuais na execução das empreitadas	100%

## 1.2 Plano de Atividades e Orçamento

### Assegurar o estrito cumprimento do orçamento aprovado pela Tutela para a Parque Escolar, E.P.E. em 2016

A Empresa executou o Orçamento aprovado pelo Governo em 2016 salientando-se de seguida os acontecimentos que mais contribuiram para os desvios patentes na tabela seguinte:



**Tabela 4 – Orçamento e Execução Orçamental da Despesa e Receita 2016**

Unid: euros

RUBRICA	CE	OE 2016	Execução 2016	Grau de Execução (%)	nota justificativa
<b>Receita de Investimento</b>		<b>78.525.784</b>	<b>112.814.440</b>	<b>144</b>	
FEDER	06.**	23.525.784	38.462.475	163	
Banca	12.**	55.000.000	30.000.000	55	Ver alínea a)
Saldo de gerência transitado	16.**	-	44.351.965	-	
<b>Receita de Funcionamento</b>		<b>236.142.996</b>	<b>198.081.384</b>	<b>84</b>	
Remuneração Contrato prograr	07.**	149.260.362	113.598.563	76	
Outras receitas correntes	08.**	-	-	-	Ver alínea b)
Outras (Empréstimos DGTF)	12.**	86.882.634	84.482.821	97	
<b>Total (Receita)</b>		<b>314.668.780</b>	<b>310.895.824</b>	<b>99</b>	
<b>Despesas de Funcionamento</b>		<b>218.590.369</b>	<b>198.081.384</b>	<b>91</b>	
Pessoal	01.**	6.502.889	6.291.233	97	
Aquisição de bens e serviços	02.**	31.568.543	13.563.805	43	
Juros	03.**	25.257.361	22.951.054	91	
Outros	06.**	23.503.174	27.778.472	118	Ver alínea c)
Conservação e/ou Reparação	07.**	2.184.339	322.570	15	
Amortização Empréstimo	10.**	129.574.063	127.174.250	98	
<b>Despesa de Investimento</b>	02.** & 07.**	<b>95.731.338</b>	<b>38.881.656</b>	<b>41</b>	Ver alínea a)
<b>Total (Despesa)</b>		<b>314.321.707</b>	<b>236.963.040</b>	<b>75</b>	
<b>Saldo</b>		<b>347.073</b>	<b>73.932.784</b>		

a) Desvio das Rubricas de *Receita e Despesa de Investimento*:

- No que respeita ao recebimento de fundos comunitários do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) no âmbito do QREN 2007/2013, a execução orçamental desviou-se significativamente do previsto, em consequência da aprovação, por parte do Programa Operacional Valorização do Território (POVT), da despesa submetida com revisões de preços e adicionais de empreitada das escolas que beneficiaram de financiamento comunitário. A elegibilidade desta despesa não estava garantida aquando da elaboração do orçamento, facto que veio a concretizar-se em 2016, resultando numa variação positiva na execução da receita face ao orçamentado no ano.
- O desembolso do financiamento do BDCE foi inferior em 20 milhões de euros face ao orçamentado, em consequência do desvio registado na atividade de investimento, para o qual contribuíram significativamente os atrasos na obtenção das Portarias de Extensão de Encargos necessárias à adjudicação das empreitadas lançadas no seguimento da resolução dos contratos iniciais. Este desvio traduziu-se numa redução das necessidades de financiamento, refletindo-se nas rubricas de *Receita de Investimento* nomeadamente “Banca” e na *Despesa de Investimento*, constantes na tabela 4.
- Em junho de 2016 o Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE) autorizou a utilização da componente proveniente de fundos comunitários do saldo de gerência transitado de 2015 no valor de 19 milhões de euros, em *Despesa de Investimento*.



b) Desvio das Rubricas de *Receita de Funcionamento*:

- Verificou-se um desvio negativo face ao orçamento da receita proveniente da Remuneração do Contrato Programa, para o qual contribuíram dois factos:
  1. O atraso na conclusão do processo conducente à Segunda Revisão do Contrato Programa e as restrições orçamentais decorrentes do atraso na obtenção das autorizações necessárias à adjudicação de serviços no âmbito da atividade de Conservação e Manutenção para algumas escolas em operação impossibilitaram a Parque Escolar de prestar aqueles serviços nos termos previstos no seu Plano de Atividades para 2016. A Parque Escolar após identificar a natureza dos serviços não prestados por grupos de escolas, procedeu à sua valorização, e emitiu uma faturação da Componente de Conservação e Manutenção da Remuneração do Contrato Programa de 2016 ajustada em baixa.
  2. A remuneração de 2016 foi faturada na íntegra em novembro e dezembro tendo-se concretizado até ao final do ano o recebimento de aproximadamente 70% deste valor.

c) Desvio das Rubricas de *Despesas de Funcionamento*:

- No que se refere à rubrica de *Gastos com Pessoal*, a Empresa apresenta uma execução ligeiramente inferior ao previsto no orçamento para 2016. Para o desvio contribuiu a saída de 6 trabalhadores desde o início do ano, resultando na redução de gastos reais face ao previsto, parcialmente compensada pela reversão trimestral da redução remuneratória em curso que gerou por sua vez, um acréscimo de gastos face ao estimado no Plano de Atividades e Orçamento. Os efeitos da reversão trimestral terminaram a 1 de outubro de 2016, com a eliminação completa da redução remuneratória.
- A sobrestimação da rubrica de *Juros de Financiamento* suportados resulta essencialmente do menor nível de endividamento da Empresa face ao previsto, em virtude do desembolso do empréstimo do BDCE ter sido inferior ao orçamento da Empresa. Acresce o facto de as taxas de juro utilizadas nos cálculos previsionais, aquando da elaboração do orçamento para 2016, terem sido superiores às efetivamente verificadas em virtude do comportamento descendente da Euribor (ver ponto "Financiamento Reembolsável" da Análise Económica e Financeira do capítulo 3).
- Os gastos com a conservação e manutenção influenciaram negativamente a execução das rubricas *Aquisição de Bens e Serviços* e de *Conservação e/ou Reparação*, apresentando um significativo desvio negativo, em resultado, essencialmente das limitações impostas à execução do Plano de Atividades de Conservação e Manutenção. Na sequência da aprovação da Lei do Orçamento do Estado para 2016, as condições de execução do orçamento da Parque Escolar incluíram a cativação de 51,5% da dotação orçamental para despesa enquadrável no agrupamento "02 – Aquisição de Bens e Serviços", o que acarretou necessariamente constrangimentos no funcionamento da Empresa (ver ponto "Atividade da Parque Escolar - Gestão Financeira e Orçamental" do capítulo 3).



## 2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A tabela 5 apresenta a diminuição dos encargos financeiros e da respetiva taxa média de financiamento suportados pela Parque Escolar para o período 2012-2016.

Em 2016, a redução dos encargos financeiros resultou essencialmente da diminuição do nível de endividamento, no seguimento da amortização parcial de capital dos empréstimos do BEI e do BDCE, no total de 42.691 milhares de euros, parcialmente compensada pelo desembolso do empréstimo de médio e longo prazo do BDCE, no valor de 30.000 milhares de euros em julho de 2016 (ver ponto "Financiamento Reembolsável" da Análise Económica e Financeira do capítulo 3). Estes movimentos traduziram-se, numa redução do passivo remunerado de 12.691 milhares de euros, conforme ilustrado na tabela 5.

Adicionalmente, a diminuição das taxas de juro aplicáveis aos empréstimos de longo prazo contraídos pela Parque Escolar, em virtude do comportamento descendente da Euribor no mercado, contribuiu para a redução dos encargos financeiros associados.

**Tabela 5 – Encargos Financeiros e Taxa Média de Financiamento**

Unid.: euros

Anos	2016	2015	2014	2013	2012
Encargos Financeiros (€)	22.400.454,13	25.893.663,82	28.252.579,45	28.506.416,07	33.566.661,40
Taxa Média de Financiamento (%)	2,03	2,34	2,49	2,51	2,98

## 3. LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

A Parque Escolar, no estrito cumprimento do artigo nº 31 da Lei n.º 7-A/2016, de 31 de Dezembro, não registou no ano de 2016 um aumento do nível de endividamento, conforme apresentado na tabela 6.

**Tabela 6 – Passivo Remunerado**

Unid.: Euros

Passivo Remunerado (€)	2016	2015	2014	2013	Variação 16/15	
	Valores (€)				Valor	%
<b>Financiamentos Obtidos</b>	<b>1.073.488.571,43</b>	<b>1.086.180.000,00</b>	<b>1.125.360.000,00</b>	<b>1.140.000.000,00</b>	<b>- 12.691.428,57</b>	<b>-1</b>
dos quais concedidos pela DGTF	90.000.000,00	90.000.000,00	90.000.000,00	90.000.000,00	0	0
Aumentos de Capital por dotação						
Aumentos de Capital por conversão créditos						
<b>Endividamento Ajustado</b>	<b>1.073.488.571,43</b>	<b>1.086.180.000,00</b>	<b>1.125.360.000,00</b>	<b>1.140.000.000,00</b>	<b>- 12.691.428,57</b>	<b>-1</b>

Em 2016 o nível de endividamento registou uma variação negativa de 1,17% face ao ano de 2015, conforme apuramento seguinte:

$$\frac{\text{Financiamento Remunerado 2016} - \text{Financiamento Remunerado 2015}}{\text{Financiamento Remunerado 2015}} =$$

$$\frac{1.073.488.571,43 - 1.086.180.000,00}{1.086.180.000,00} = \frac{(12.691.428,57)}{1.086.180.000,00} = (0,0117)$$

#### 4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos, calculado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril está patente na tabela 7.

**Tabela 7 – Evolução do Prazo Médio de Pagamentos**

PMP	2016	2015	Var. (2016/2015)	
			Valor	%
<b>Prazo (dias)</b>	30	31	-1	-3

As condições de pagamento a fornecedores em 2016 mantiveram-se idênticas às praticadas em 2015, refletindo o esforço da Empresa no cumprimento dos prazos de pagamento contratualmente assumidos com os seus credores.

No que respeita à divulgação de eventuais atrasos nos pagamentos, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a Parque Escolar presta, mensalmente, à Direcção-Geral do Orçamento (DGO) e à DGTF, informação relativa ao valor global das dívidas certas, líquidas e exigíveis que permanecem por pagar após 90 dias.

Em 31 de dezembro de 2016, a situação das dívidas a fornecedores é a constante da tabela 8:

**Tabela 8 – Situação das Dívidas a Fornecedores em 31 de Dezembro de 2016**

Dívidas Vencidas*	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.º 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	196 383,93	0	0	0	0
Aquisição de Capital	30 042,27	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>226 426,20</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

\*O valor das dívidas vencidas foi expurgado dos documentos cujo atraso no pagamento diga respeito a situações imputáveis ao credor.

## 5. RESULTADOS OBTIDOS E RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS QUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2015

Para efeitos do estabelecido nos estatutos da Parque Escolar relativamente aos documentos de prestação de contas, o Conselho de Administração aprovou o Relatório e Contas de 2015 em 11 de março de 2016 e promoveu a sua submissão à aprovação conjunta das Tutelas.

A aprovação conjunta pelas Tutelas ocorreu a 13 de fevereiro de 2017 por despacho do Senhor Ministro da Educação com a concordância e aprovação do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças em 20 de janeiro de 2017, não tendo sido alvo de recomendações por parte do acionista<sup>4,5</sup>.

## 6. REMUNERAÇÕES

### 6.1 Órgãos Sociais

O estatuto remuneratório dos membros do Conselho de Administração aplicado durante o ano de 2016 foi o que resulta do disposto no artigo 28.º do Estatuto de Gestor Público (EGP), conjugado com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, publicada no Diário da República, 1.ª série, de 14 de fevereiro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, publicada no Diário da República, 1.ª série, de 26 de março.

A composição do Conselho de Administração da Parque Escolar apresenta-se na tabela seguinte:

**Tabela 9 – Composição do Conselho de Administração (CA)**

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO		N.º de Mandatos**
			Forma	Data	Identificação Entidade	Pagadora [ O / D ]	
23-05-2013 a 31/12/2015*	Presidente	Luís Manuel Flores de Carvalho	Resolução n.º 15/2013	23-05-2013	n a	n a	2
	Vogal	Montezuma Boaventura Guimarães Dumangane	Resolução n.º 15/2013	23-05-2013	n a	n a	1
	Vogal	Filipe António Alves da Silva	Resolução n.º 15/2013	23-05-2013	n a	n a	1

Legenda

OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

n a. - não aplicável

\* Os membros do Conselho de Administração são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Educação. Os mandatos têm a duração de três anos, sendo renováveis por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efectiva substituição (art.º 7.º Decreto Lei n.º 41/2007).

\*\* No mandato 2010-2012 - Dr. Luís Manuel Flores de Carvalho exerceu funções como Vogal

Os membros do Conselho de Administração não acumulam funções em outras empresas.

Nas tabelas seguintes são detalhadas as remunerações ilíquidas e demais benefícios e regalias auferidas pelos membros do Conselho de Administração no ano de 2016.

<sup>4</sup> Ofício n.º 981/2017 do Gabinete do Ministro da Educação de 28 de fevereiro da "Apreciação do Relatório e Contas 2015 – Parque Escolar, E.P.E.".

<sup>5</sup> Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Tesouro n.º 67/2017, de 20 de janeiro de 2017

Tabela 10 – Remunerações ilíquidas mensais auferidas pelo CA

Nome	EGP*			
	Fixado	Classificação**	Valores Mensais Brutos €	
	[ S/N ]	[ A/B/C ]	Remuneração Base	Despesas de Representação
Luis Manuel Flores de Carvalho	S	B	4 514,92	1 580,22
Montezuma Boaventura Guimarães Dumangane	S	B	3 696,89	1 478,76
Filipe António Alves da Silva	S	B	3 696,89	1 478,76

Legenda: S/N - Sim/Não

\* Estatuto do Gestor Público

\*\* Empresa classificada no grupo B nos termos da RCM n.º 16/2012 de 14 de fevereiro e RCM n.º 36/2012 de 15 de março

Tabela 11 – Remunerações ilíquidas anuais auferidas pelo CA

Nome	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversão Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) = (3) - (4) + (5)
Luis Manuel Flores de Carvalho	81 744,86	n.a.	81 744,86	6 539,59	4 046,37	79 251,64
Montezuma Boaventura Guimarães Dumangane	69 501,58	n.a.	69 501,58	5 515,03	3 412,76	67 399,31
Filipe António Alves da Silva	69 501,58	n.a.	69 501,58	5 515,03	3 412,76	67 399,31
			220 748,02	17 569,65	10 871,89	214 050,26

(1) Inclui remuneração + despesas de representação + subsídio de férias

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no art.º 12 da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro

Tabela 12 - Benefícios sociais auferidos pelo CA

Nome	Benefícios Sociais (€)								
	Sub. Refeição		Regime de Protecção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificação	Valor				Identificação	Valor
Luis Manuel Flores de Carvalho	4,27	896,70	Caixa Geral de Aposentações	18 822,35	231,58	n.a.	55,78	n.a.	-
Montezuma Boaventura Guimarães Dumangane	4,27	960,75	Segurança Social	16 007,35	231,58	n.a.	55,78	n.a.	-
Filipe António Alves da Silva	6,76	1 521,00	Segurança Social	16 007,35	231,58	n.a.	55,78	n.a.	-
Total	n.a.	3 378,45	n.a.	50 837,05	694,74	n.a.	167,34	n.a.	-

Tabela 13 – Encargos com viaturas afetas ao CA

Nome	Encargos com Viaturas (€)								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanescentes
	[ S/N ]	[ S/N ]	[ € ]				[ € ]	[ € ]	
Luis Manuel Flores de Carvalho	S	S	26 866,57	AOV	2014	2018	589,42	7 073,07	17
Montezuma Boaventura Guimarães Dumangane	S	S	26 866,57	AOV	2014	2018	589,42	7 073,07	17
Filipe António Alves da Silva	S	S	26 866,57	AOV	2014	2018	589,42	7 073,07	17

AOV - aluguer operacional de viaturas

S/N - Sim/Não



**Tabela 14 – Gastos anuais em deslocações em serviço do CA**

Nome	Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto Total com Viagens
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificação	Valor	
Luis Manuel Flores de Carvalho	12,58	88,50	0,00	n.a.	0,00	101,08
Montezuma Boaventura Guimarães Dumangane	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00	0,00
Filipe António Alves da Silva	48,68	198,50	0,00	n.a.	0,00	247,18
						348,25

Legenda:

n.a. - não aplicável

No que respeita às remunerações dos membros do Conselho de Administração aplica-se ainda o seguinte:

- ✓ Às remunerações e às despesas de representação foram aplicadas as reduções previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 setembro e na Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março;
- ✓ As despesas de representação auferidas estão em conformidade com o disposto no n.º 3 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 121/2005, de 1 de agosto, sem prejuízo da aplicação do disposto no ponto antecedente;
- ✓ As remunerações não incluem quaisquer prémios de gestão (ou equivalente);
- ✓ Os valores relativos às viaturas de serviço correspondem ao somatório das rendas pagas em 2016, referentes a contratos de aluguer operacional de viaturas (incluem encargos com seguro e manutenção);
- ✓ A Parque Escolar não tem nenhum plano complementar de reforma instituído;
- ✓ Os valores relativos aos seguros de Saúde e de Acidentes Pessoais dizem respeito aos prémios anuais pagos pela Empresa;
- ✓ Não se verificaram ou não se aplicaram as seguintes situações: remuneração por acumulação de funções de gestão; subsídio de deslocação; opção de vencimento de origem; seguro de vida; usufruto de casa de função;
- ✓ Foi verificado o pagamento pelos próprios do seguro específico obrigatório para titulares de órgãos de administração, nos termos do art.º 396º do Código das Sociedades Comerciais.

A fiscalização da Empresa é exercida pelo Fiscal Único (FU), o qual, para o triénio 2013-2015, foi nomeado pelo Despacho n.º 875/2013-SET, de 4 de maio de 2013, e que se mantém em funções nos termos do artigo 15º dos Estatutos da Parque Escolar. A composição e remuneração do FU estão patentes na tabela seguinte:

**Tabela 15 – Composição do Fiscal Único**

Mandato (Início-Fim)*	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º Registo CMVM	Forma	Data	Data do Contrato		
2013-2015	Efetivo	CRC & Associados, SROC, Lda. / Dra. Maria Fernanda Mendonça Barreto Colaço	938	221	D. n.º 875/2013-SET	04-05-2013	01-01-2013	n.a.	7
2013-2015	Suplente	CRC & Associados, SROC, Lda. / Dr. Luis Manuel da Silva Rosa	828	221	D. n.º 875/2013-SET	04-05-2013	01-01-2013	n.a.	7

Legenda:

\* O fiscal único é nomeado por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, que fixará a sua remuneração, obrigatoriamente de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas, por um período de três anos, apenas renovável uma vez. Cessando o mandato, o fiscal único mantém-se em exercício de funções até à posse do respetivo substituto (art.º 15 Decreto Lei n.º 41/2007)

n.a. - não aplicável



A remuneração do Fiscal Único foi fixada através do respetivo Despacho de Nomeação, o qual determina uma remuneração anual ilíquida correspondente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento base ilíquido do Presidente do Conselho de Administração deduzido da aplicação da redução remuneratória, nos termos dos art.º 11º e 12º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de junho, art.º 33º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro e extinção da redução remuneratória por via da reversão nos termos da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de setembro confirmados na Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março. No ano de 2016, a remuneração auferida pelo Fiscal Único ascendeu a 11.824,58 euros, conforme apresentado na tabela abaixo:

**Tabela 16 – Remunerações ilíquidas auferidas pelo ROC/Fiscal Único em 2016**

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)				Identificação do Serviço	Valor Anual de Serviços Adicionais - 2016 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)		Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
CRC & Associados, SROC, Lda. / Dra. Maria Fernanda Mendonça Barreto Colaço	12.831,89	1.373,01	365,70	11.824,58	n.a.	0,00	0,00	0,00	0,00

Unid. euros

Legenda:

n.a. - não aplicável

## 6.2 Auditor Externo

A fiscalização é exercida, nos termos do Estatutos da empresa, pelo Revisor Oficial de Contas, não existindo Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras.

## 6.3 Restantes Trabalhadores

Relativamente aos níveis e categorias profissionais e respetivos posicionamentos remuneratórios dos trabalhadores da Parque Escolar, durante o ano de 2016 foi cumprido o disposto na Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, que aprova o Orçamento do Estado e na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão.

## 7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO DO ART.º 32.º E ART.º 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

O Conselho de Administração da Parque Escolar e os seus membros regem-se pelo disposto: nos Estatutos da Empresa, conforme Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 83/2009, de 2 de abril; na legislação relativa ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro e; no Estatuto do Gestor Público (EGP), conforme Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro.

Assim, nos termos dos números 1 a 4 do art.º 32 do EGP, em 2016, os membros do Conselho de Administração:

- a) Não possuem cartões de crédito e/ou outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.
- b) Absteram-se de realizar quaisquer despesas que pudessem cair no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.
- c) Cumpriram com os limites estabelecidos relativamente ao valor das despesas associadas a comunicações, conforme tabela seguinte.

**Tabela 17 – Gastos em comunicações móveis do CA**

Unid.: euros

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)	
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual
Luís Manuel Flores de Carvalho	55,00	323,14
Montezuma Boaventura Guimarães Dumangane	55,00	451,83
Filipe António Alves da Silva	55,00	322,17
		1.097,14

- d) No que diz respeito à utilização de viaturas de serviço pelos membros do Conselho de Administração, cumpriu-se o disposto no art.º 33 do EGP, nomeadamente quanto ao valor de combustível e portagens conforme tabela seguinte.

**Tabela 18 – Gastos anuais associados às viaturas afetas ao CA**

Nome	Gastos Anuais Associados a Viaturas (€)			Total	Observações
	Plafond Mensal definido para combustível	Combustível	Portagens		
Luís Manuel Flores de Carvalho	406,66	1 708,16	1 016,15	2 724,31	
Montezuma Boaventura Guimarães Dumangane	325,33	1 743,99	497,60	2 241,59	
Filipe António Alves da Silva	325,33	1 619,86	516,90	2 136,76	
				7 102,66	

Nota: os valores apresentados incluem as despesas com deslocações em serviço.

## 8. Despesas não documentadas

A Parque Escolar, E.P.E. cumpre com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que proíbe expressamente as empresas públicas da realização de despesas não documentadas.

## 9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Conforme disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, as empresas do setor empresarial do Estado, devem promover de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio da Internet sobre as remunerações

pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas nas remunerações. O n.º 3 da referida resolução prevê a elaboração de medidas concretas a integrar nos planos para a igualdade, por forma a dar resposta a eventuais situações detetadas.

A Empresa, no cumprimento da referida Resolução, elaborou o relatório “Diagnóstico da situação de homens e mulheres na Parque Escolar, E.P.E.”, o qual foi publicado internamente e no respetivo sítio da Internet. O relatório conclui que não existem situações de desequilíbrio remuneratório ou práticas de discriminação nas condições de trabalho entre mulheres e homens, decorrentes das normas, procedimentos ou cultura da Empresa.

## **10. Prevenção da corrupção**

A Parque Escolar cumpre com os deveres e obrigações estabelecidas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, nos termos da Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, complementados pelo artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, no que diz respeito à elaboração e divulgação de Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção. Adicionalmente foram ainda tidas em conta as seguintes recomendações emitidas neste âmbito:

- ✓ Recomendação n.º 01/2009, de 1 de julho, do Conselho de Prevenção da Corrupção sobre “Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”;
- ✓ Recomendação n.º 1/2010, de 13 de abril, do Conselho de Prevenção da Corrupção sobre “Publicidade dos Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”;
- ✓ Recomendação n.º 5/2012, de 7 de novembro, do Conselho de Prevenção da Corrupção sobre “Gestão de Conflitos de Interesses no Setor Público”;
- ✓ Recomendação n.º 1/2015, de 13 de janeiro, do Conselho de Prevenção da Corrupção sobre “Prevenção de Riscos de Corrupção na Contratação Pública”;
- ✓ Recomendação n.º 3/2015, de 1 de julho, do Conselho de Prevenção da Corrupção sobre “Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”;
- ✓ Recomendação n.º 4/2015, de 10 de julho, do Conselho de Prevenção da Corrupção sobre “Combate ao Branqueamento de Capitais”.

A Parque Escolar tem procedido à submissão dos relatórios anuais de acompanhamento da execução e avaliação do “Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas” (Plano de Riscos), abrangendo todos os processos inerentes à sua atividade, elaborados por uma Comissão de acompanhamento nomeada pelo Conselho de Administração e formada por elementos de diferentes áreas da Empresa.

O Plano de Riscos, bem como os respetivos relatórios anuais de execução e avaliação, encontram-se publicitados no Portal da Empresa, nas suas áreas pública (site oficial) e privada (intranet).

## **11. Normas de Contratação Pública**

Nos processos de contratação pública desenvolvidos pela Parque Escolar no ano de 2016, bem como no âmbito da execução dos contratos públicos celebrados, foram observadas as disposições legais vigentes e aplicáveis, nomeadamente, do Código dos Contratos Públicos, bem como os procedimentos internos, os quais são objeto de reavaliação e atualização sempre que necessário para garantir o rigor e a eficiência da atuação da Empresa.

Tendo em conta o regime relativo à assunção de compromissos plurianuais, a Parque Escolar submeteu pedidos de autorização às Tutelas para assunção de compromisso e/ou abertura de procedimento — consoante a natureza e o valor da despesa em causa — no âmbito da celebração de 34 contratos, 27 dos quais foram diferidos, aguardando-se a decisão relativamente aos restantes.

Durante o ano de 2016, a Parque Escolar remeteu ao Tribunal de Contas (TC) 14 contratos para fiscalização prévia, nos termos do disposto nos artigos 46.º e 48.º, n.º 2 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), totalizando 12.190.865,56 euros (doze milhões, cento e noventa mil oitocentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos), dos quais 8 mereceram decisão de visto ou declaração de conformidade e 6 foram declarados não estarem sujeitos a fiscalização prévia.

## **12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas**

A Parque Escolar aderiu voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) em dezembro de 2009, e tem vindo, desde então, a adquirir, através de procedimentos agregados, os bens e serviços abrangidos pelos Acordos Quadro celebrados pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP), designadamente, em matéria de economato, papel, serviços de limpeza e segurança e viaturas.

## **13. Frota Automóvel**

No âmbito das orientações previstas no art.º 31 da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Orçamento de Estado para 2016), complementadas pelo Ofício Circular n.º 4238 de 1 de julho de 2013, este último aditado pelo Ofício Circular nº 7408, de 2 de dezembro de 2013, em 2015 a Parque Escolar manteve a racionalização de custos da frota automóvel, embora a redução substancial da frota tenha ocorrido nos anos de 2012 e 2013.

Nesse período, a Empresa passou de uma frota de 75 viaturas no início de 2012, para 38 viaturas a 31 de dezembro de 2013 dando cumprimento às regras definidas pelas Tutelas, nomeadamente no que se refere ao abate de viaturas e à revisão das categorias dos novos veículos.

No ano de 2016, o número de viaturas (37) manteve-se inalterado por estarem em vigor os contratos de Aluguer Operacional de Viaturas (AOV) celebrados em 2014 e 2015, tendo-se verificado, ainda assim, uma redução dos custos associados na ordem dos 5% face a 2015.

## 14. Medidas de Redução de Gastos Operacionais

A tabela 19 apresenta os *Gastos Operacionais* da Empresa entre 2010 e 2016. A evolução no período, reflete o cumprimento das orientações de otimização da estrutura de *Gastos Operacionais* conforme estabelecido no art.º 31.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei do Orçamento de Estado para 2016), bem como, no que diz respeito ao número de trabalhadores, conforme estabelecido nos art.º 28.º e art.º 30.º da mesma Lei; em conjunto com o art.º 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016.

Tabela 19 – Evolução dos Gastos Operacionais da Empresa

Unid.: milhares de euros

Plano de Redução de Custos	Meta	2016	2015	2014	2010	Variação 2016/2015		Variação 2016/2010	
						Absoluta	%	Absoluta	%
(0) EBITDA		112.795	94.827	67.781	24.487	17.968	19%	88.308	361%
(1) CMVMC		0	0	0	0	0	0%	0	0%
(2) FSE		12.143	12.505	6.522	6.785	-47	0%	5.358	79%
(3) Gastos com Pessoal		6.469	6.591	7.650	11.661	-122	-2%	-5.192	-45%
(4) Indemnizações pagas por rescisão		0	27	294	12	-27	-100%	-12	-100%
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias		167	72	0	0	95	133%	167	167%
(6) Gastos Operacionais <sup>a)</sup> = (1) + (2) + (3) - (4) - (5)	Redução em 15% face a 2010	18.445	18.996	13.878	18.433	-551	-3%	12	12%
(7) Volume de Negócios (VN) <sup>b)</sup>		89.412	93.310	68.484	18.333	-3.898	-4%	40.362	82%
(8) Peso dos Gastos/ VN(6)/(7)	Redução face a 2015	21%	20%	20%	101%	0	1%	0	-20%
Gastos com Comunicações (FSE)	(=) ao ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	63	98	76	170	-35	-36%	-159	-72%
Gastos com Deslocações/Alojamento (FSE)	(=) ao ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	62	74	50	237	-12	-16%	-137	-69%
Gastos com Ajudas de Custo (G. c/ Pessoal)	(=) ao ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	0	0	0	0	0	0%	0	0%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		141	147	157	n.a.	-6	-4%	n.a.	n.a.
N.º Órgãos Sociais (OS)		3	3	3	n.a.	0	0%	n.a.	n.a.
N.º Cargos de Direção (CD)		13	13	13	n.a.	0	0%	n.a.	n.a.
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)		125	131	141	0	-6	0%	125	0%
N.º Trabalhadores/ N.º CD		9%	9%	8%	n.a.	0	0%	n.a.	n.a.
Viaturas									
N.º de viaturas	menor que 2014	37	37	37	n.a.	0	0%	n.a.	n.a.
Gastos com viaturas <sup>c)</sup>	menor que 2014	270	284	326	n.a.	-14	-5%	n.a.	n.a.

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão nem o efeito da reversão das reduções remuneratórias (2015-artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de setembro 2016 - artigo 2.º da Lei 159-A/2015, de 30 de dezembro)

b) O Volume de Negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos

A evolução nos últimos anos dos *Gastos Operacionais* reflete a realidade da empresa, do setor da construção e da economia em geral.

Até ao ano de 2011, a Parque Escolar apresentou um crescimento acentuado da sua atividade de construção e requalificação das escolas, em resultado do volume de investimento realizado e do subsequente aumento do número de escolas em fase de conservação e manutenção, com reflexo num incremento continuado dos seus *Gastos Operacionais* (de estrutura).



Assim, a Parque Escolar atingiu o número máximo de trabalhadores em 2011, número que tem vindo a decrescer significativamente desde então, o que influenciou diretamente a trajetória descendente dos *Gastos com Pessoal* em linha com uma redução dos restantes gastos de estrutura.

Desde então, o ritmo do investimento sofreu um acentuado abrandamento, em resultado da suspensão de algumas obras e do cancelamento das adjudicações de novas intervenções, em consequência da crise económica e financeira.

Em 2011 foi desenhado um Plano de Redução de Custos para as empreitadas em curso, que vem sendo implementado.

Nesse contexto, em julho de 2014 foi aprovada pelo Conselho de Administração a reestruturação orgânica da Parque Escolar, com o intuito de dotar a Empresa de uma estrutura ágil e eficiente capaz de responder aos novos desafios, num clima de continuada contenção de despesas e cuidada racionalidade no investimento.

#### **14.1 Redução de Gastos de Funcionamento**

No que diz respeito aos *Gastos de Funcionamento*, estão implementadas as seguintes medidas ao nível dos fornecimentos e serviços externos:

- Racionalização dos serviços com cópia e impressão, nomeadamente ao nível do consumo de papel, do consumo de *tonners* e dos serviços de assistência técnica/manutenção aos equipamentos, conforme as recomendações constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012, de 12 de janeiro, que aprovou as linhas gerais do plano global estratégico de racionalização e redução de custos com as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública e que resultou numa redução de custos de 48% face ao ano anterior;
- Racionalização dos serviços de comunicações fixas e móveis, de voz e dados, mediante a adoção de soluções enquadráveis nas recomendações constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012, de 12 de janeiro, que permitiram a redução em 2016 dessa despesa face ao período homólogo em 36%;
- Racionalização dos custos com o licenciamento de *software*, mediante a adoção de soluções enquadráveis nas recomendações constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012, de 12 de janeiro;
- Racionalização dos encargos com despesas de deslocação e alojamento, que reduziram cerca de 16% face ao ano de 2015.
- Racionalização dos custos da frota automóvel da Empresa com uma redução em 2016 de 5% dos gastos relacionados com viaturas por comparação com o período homólogo.

## 15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A Parque Escolar enquanto Empresa Pública Reclassificada (EPR) está, pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 18/2016 de 13 de abril, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016, obrigada ao cumprimento do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

O art.º 86 da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, estabelece que toda a movimentação de fundos dos serviços e de fundos autónomos, incluindo aqueles cuja gestão financeira e patrimonial se rege pelo regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (SEE), é efetuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E (IGCP).

Nesse contexto, e no seguimento do despacho nº 128/15-SET de 24 de agosto da Senhora Secretária de Estado do Tesouro, a Parque Escolar aprovou, em setembro de 2015, um conjunto de medidas conducentes ao cumprimento integral do Princípio de UTE, cujo processo de implementação foi concluindo em 2016, permitindo o encerramento da conta detida no Banco Português de Investimento (BPI).

Assim, em 2016 não foram recebidos valores a título de juros da banca comercial, estando a totalidade das disponibilidades da Empresa centralizadas no IGCP, encontrando-se assim cumprido na íntegra o princípio de UTE.

## 16. Cumprimento das Recomendações das Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas

O Conselho de Administração vem dando cumprimento às recomendações que resultaram das auditorias realizadas nos últimos anos por diversas entidades à atividade da Parque Escolar, designadamente o Tribunal de Contas e a Inspeção-Geral de Finanças.

Em 23 de dezembro último, a Parque Escolar foi notificada do relatório final da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, orientada ao Programa de Modernização das Escolas destinadas ao Ensino Secundário. A referida auditoria abrangeu 5 escolas, pertencentes à Fase 3 do programa de modernização.

Resumem-se de seguida as principais recomendações formuladas, bem como referência à sua implementação e/ou incorporação nos procedimentos da Empresa:

### **Diligenciar junto da Tutela no sentido da conversão em capital da Empresa, do empréstimo contraído junto da DGTF em 2012, bem como na atempada celebração das revisões ao Contrato Programa celebrado entre o Estado Português e a Parque Escolar**

Encontra-se previsto no Plano de Atividades e Orçamento para 2017, a realização de movimento extraordinário respeitante à incorporação, no Capital da Empresa, do montante total do financiamento de 90 milhões de euros da DGTF, com expectável variação negativa do nível de endividamento daí decorrente.

Foi concluído em outubro de 2016, após aprovação das Tutelas e visto do Tribunal de Contas o processo conducente à Segunda Revisão do Contrato Programa 2016/2018, iniciado em 20 de março de 2015, tendo

este processo atravessado três governos. A Empresa prevê encetar no decorrer de 2017, os procedimentos conducentes à Terceira Revisão do Contrato Programa, incluindo a atualização do Plano de Negócios para o período 2019-2037, tendo em vista a sua conclusão antes da data limite que ocorre a 31 de dezembro de 2018. Contudo, importa referir que o processo será necessariamente condicionado, pela aprovação e assinatura das Tutelas, e, pela obtenção do visto do Tribunal de Contas.

**Prosseguir com as diligências necessárias à elaboração de relatórios de execução do PMEES, ao relatório de execução do Plano de Contenção de Custos de Investimento e à implementação das Contas Correntes das Empreitadas**

O Conselho de Administração deliberou a criação de dois grupos de trabalho pluridisciplinares a quem incumbiu de, respetivamente, elaborar um relatório de avaliação do PMEES que procedesse à avaliação da implementação do Plano de Contenção de Custos de Investimento, e implementar nos procedimentos e sistemas da empresa a Conta Corrente da Empreitada.

Os grupos nomeados prosseguem atualmente, com o acompanhamento do Conselho de Administração, o desenvolvimento dos trabalhos necessários ao cumprimento dos objetivos que foram estabelecidos.

**Dar continuidade aos procedimentos inerentes à responsabilização de projetistas por erros e omissões do projeto que lhes sejam imputáveis na elaboração de projetos**

Não obstante as dificuldades sentidas e já transmitidas ao Tribunal de Contas na análise e decisão sobre as situações em que esteja em causa a responsabilidade de projetistas por erros e omissões na elaboração de projetos, a Parque Escolar concluirá em breve os processos já iniciados, bem como prosseguirá ao apuramento de responsabilidades sempre que novas situações sejam identificadas.

**Acautelar a necessidade de, nas situações de discordância entre as propostas dos empreiteiros e os pareceres da fiscalização, quanto ao valor dos trabalhos, ser a mesma documentalmente justificada, de modo a assegurar a transparência e adequada fundamentação das decisões dos responsáveis**

A Parque Escolar tem vindo a atuar no sentido de, em situações em que exista desacordo de preço entre a fiscalização e o empreiteiro: (i) serem amplamente acautelados os princípios da economia e da eficiência na gestão dos recursos públicos, (ii) agir em consonância com as observações efetuadas no Relatório do Tribunal de Contas, tendo para esses fins, sido tomadas as seguintes medidas:

- Revisão do "Procedimento para Aprovação de Contratos Adicionais e Ordens de Execução — Fase 3 PMEES", no qual ficou estabelecido que, caso o adicional ao contrato incluía Ordens de Execução com preços em desacordo, os Gestores do Contrato deverão promover a realização de acordo de preços no prazo máximo de três meses após a celebração do respetivo contrato. Para esse efeito, foi constituída uma comissão interna de avaliação dos preços unitários em desacordo nomeada pelos Diretores Gerais, excluindo os Gestores do Contrato;



- A regulação da criação e funcionamento da comissão interna referida no ponto antecedente, através da aprovação da Instrução de Serviço n.º 13, relativa à “Comissão Interna de Avaliação de Preços Unitários”, que tem já um relevante registo de intervenções no âmbito da fixação de preços em desacordo em diversos adicionais a contratos de empreitada.

#### **Minimizar a atribuição de eficácia retroativa aos contratos celebrados e apenas quando preenchidos os pressupostos legais**

A Parque Escolar acompanha as preocupações do Tribunal de Contas e restringe esta prática apenas às situações em que se encontram preenchidos os pressupostos legais.

#### **Circunscrever o recurso a procedimentos de ajuste direto ao abrigo de critérios materiais às situações em que estão reunidos e demonstrados os pressupostos legais**

A Parque Escolar cumpre com o estipulado em matéria de contratação pública, pelo que a adoção do ajuste direto ao abrigo de critérios materiais apenas ocorre nas situações em que estão reunidos e demonstrados os pressupostos legais.

#### **Exclusão do recurso à equidade como critério de decisão nos processos submetidos a tribunal arbitral.**

A Parque Escolar tomou já um conjunto de medidas que visam, por um lado, inibir o recurso à equidade como critério de decisão nos processos submetidos a tribunal arbitral e, por outro, a minoração dos efeitos decorrentes de cláusulas existentes em contratos anteriormente celebrados que definem essa possibilidade.

Importa referir que, no âmbito da discussão pública do anteprojeto de alteração do CCP, a Empresa não deixou de manifestar, ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., a sua posição, em virtude da experiência que tem vindo a adquirir na resolução de conflitos por recurso à arbitragem, convidando a uma reponderação das soluções constantes do anteprojeto, e convocando a adoção de uma limitação expressa e absoluta à adoção da equidade como forma de composição de litígios.

O Conselho de Administração deliberou em 26 de novembro de 2013 permitir o recurso aos tribunais arbitrais apenas em casos excecionais devidamente fundamentados excluindo sempre a equidade como critério de decisão.

### **17. Informação divulgada a 31 dezembro de 2016 no site do setor empresarial do estado**

Dando cumprimento ao disposto pela Resolução do Conselho de Ministro n.º 49/2007, de 28 de março, que estabelece a obrigatoriedade de divulgação de aspetos relacionados com o “Governo das Sociedades”, a



Empresa procede à divulgação, no *site* do Setor Empresarial do Estado, da informação identificada na tabela seguinte:

**Tabela 20 – Informação no *site* do Setor Empresarial do Estado**

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação	
	S/N/N.A.	Data Atualização
<b>Estatutos</b>	S	2007
<b>Caracterização da Empresa</b>	S	2007
<b>Função de tutela e accionista</b>	S	2015
<b>Modelo de Governo / Identificação dos Órgãos Sociais:</b>		
Identificação dos Órgãos Sociais	S	2015
Estatuto Remuneratório Fixado	S	2015
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2015
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2015
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2015
<b>Esforço Financeiro Público</b>	S	2015
<b>Ficha Síntese</b>	S	2015
<b>Informação Financeira histórica e actual</b>	S	2015
<b>Princípio de Bom Governo</b>	S	2015
<b>Regulamentos e Transacções:</b>		
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	2015
Transacções Relevantes com Entidades relacionadas	S	2015
Outras Transacções	S	2015
<b>Análise da Sustentabilidade da empresa nos domínios:</b>		
Económico	S	2015
Social	S	2015
Ambiental	S	2015
<b>Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo</b>	S	2015
<b>Código de Ética</b>	S	2009

Legenda:

S/N/N.A. - Sim/Não/Não Aplicável

A tabela seguinte sistematiza a informação quanto ao cumprimento das orientações legais, conforme preconizam as instruções do ofício circular ref.<sup>a</sup> DSPE/DAA/EPE 1268, de 27 de fevereiro de 2017, referentes ao processo de prestação de contas.



Tabela 21 – Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	CUMPRIDO			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
<b>Objetivos de Gestão</b>	✓				Ver detalhe ponto - 1 1)
Metas a Atingir constantes no PAO 2016	✓				Ver detalhe ponto - 1 2)
Princípios Financeiros de Referência	✓				Ver detalhe ponto - 1)
Grau de Execução do Orçamento carregado no SIGO	✓			Orçamento de Receita: 99% Orçamento de Despesa: 75%	Ver quadro no ponto - 1 2)
Gestão do Risco Financeiro	✓			2.03%	Ver quadro no ponto - 2)
Limites de Crescimento do Endividamento	✓			De acordo com o OE 2016	Ver quadro no ponto - 3)
Evolução do PMP a Fornecedores	✓			PMP dez 2016 = 30 d PMP dez 2015 = 31 d	Ver explicação no ponto - 4)
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	✓			A 31 dez 2016 não apresenta atrasos de pagamento	Ver quadro no ponto - 4)
Recomendações do Acionista na Última Aprovação de Contas	✓			Não aplicável	As demonstrações financeiras de 2015 foram aprovadas pelas Tutelas a 13 de fevereiro de 2017 - ver ponto - 5)
<b>Ramunerações</b>					Ver detalhe ponto - 6
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art. 41.º da Lei 82-B/2014, de 31/12, mantido em vigor pelo art.º 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30/03	✓				Ver detalhe ponto - 6 1)
CA - Reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	✓			6 697,76 €	As reduções remuneratórias foram aplicadas, de acordo com o disposto na Lei n.º 7-A/2016, de 30/03 e com o disposto na Lei n.º 75/2014, de 12/09
Fiscalização (ROC) - Reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	✓			1 007,31 €	As reduções remuneratórias foram aplicadas, de acordo com o disposto na Lei n.º 7-A/2016, de 30/03 e com o disposto na Lei n.º 75/2014, de 12/09
Auditor Externo - Reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016			✓	Não aplicável	Ver detalhe ponto - 6 2)
Restantes Trabalhadoras - Reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	✓			98 211,10 €	As reduções remuneratórias foram aplicadas, de acordo com o disposto na Lei n.º 7-A/2016, de 30/03 e com o disposto na Lei n.º 75/2014, de 12/09
Restantes Trabalhadores - Proibição de valorização remuneratória, nos termos do art. 38.º da L. 82-B/2014, mantido em vigor pelo art.º 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30/03	✓				
<b>Artigos 32.º e 33.º do EGP</b>					
Utilização de cartões de crédito	✓				Ver detalhe no ponto - 7)
Não Reembolso de despesas de representação pessoal	✓				
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	✓				
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	✓				
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16º do DL n.º 133/2013</b>					
Proibição de realização de Despesas não documentadas ou confidenciais	✓				não foram realizadas despesas não documentadas conforme ponto - 8)
<b>Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	✓			<a href="http://www.parque-escolar.pt/pt/empresa/principios-de-bom-governo.aspx">http://www.parque-escolar.pt/pt/empresa/principios-de-bom-governo.aspx</a>	O Relatório foi alvo de aprovação pelo Conselho de Administração da Parque Escolar e publicado internamente e no respetivo sítio da Internet. Ver explicação no ponto 9)
<b>Prevenção da Corrupção - n.º 1 do artigo 46º do DL n.º 133/2013</b>					
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da Corrupção	✓			<a href="http://www.parque-escolar.pt/pt/empresa/prevencao-de-riscos.aspx">http://www.parque-escolar.pt/pt/empresa/prevencao-de-riscos.aspx</a>	Ver detalhe no ponto - 10)
<b>Contratação Pública</b>					
Aplicação das Normas de Contratação Pública pela Empresa	✓				
Aplicação das Normas de Contratação Pública pelas Participadas			✓	Não aplicável	
Contratos Submetidos a Visto Prévio do TC	✓			Em 2016 foram submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas 14 contratos, com preço global de 12 190 865,56 euros	Ver detalhe no ponto - 11)
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>	✓				Ver explicação no ponto 16)
<b>Parque Automóvel</b>	✓				
Nº de Viaturas	✓			2016 37 viaturas	
Gastos com Viaturas	✓			Variação negativa face a 2015 de 14 114,55€	Ver detalhe no ponto 13)
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>	✓			Em 2016 cumpriram-se as orientações	Ver quadro no ponto - 14)
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (art 28.º do DL 133/2013)</b>	✓			100%	Ver explicação no ponto 15)
<b>Disponibilidades Centralizadas no IGCP em 31 de Dezembro 2016</b>	✓			100%	Ver explicação no ponto 15)
<b>Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial</b>	✓			0%	A totalidade das disponibilidades da Empresa estão agora centralizadas no IGCP conforme ponto 15)
<b>Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado</b>	✓			Em 2016 não foram recebidos juros referentes a depósitos da banca comercial	Ver detalhe no quadro 19

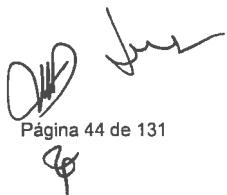
Legenda:  
S - Sim  
N - Não  
N.A. - não aplicável

## 18. Boas Práticas de Governação Societária

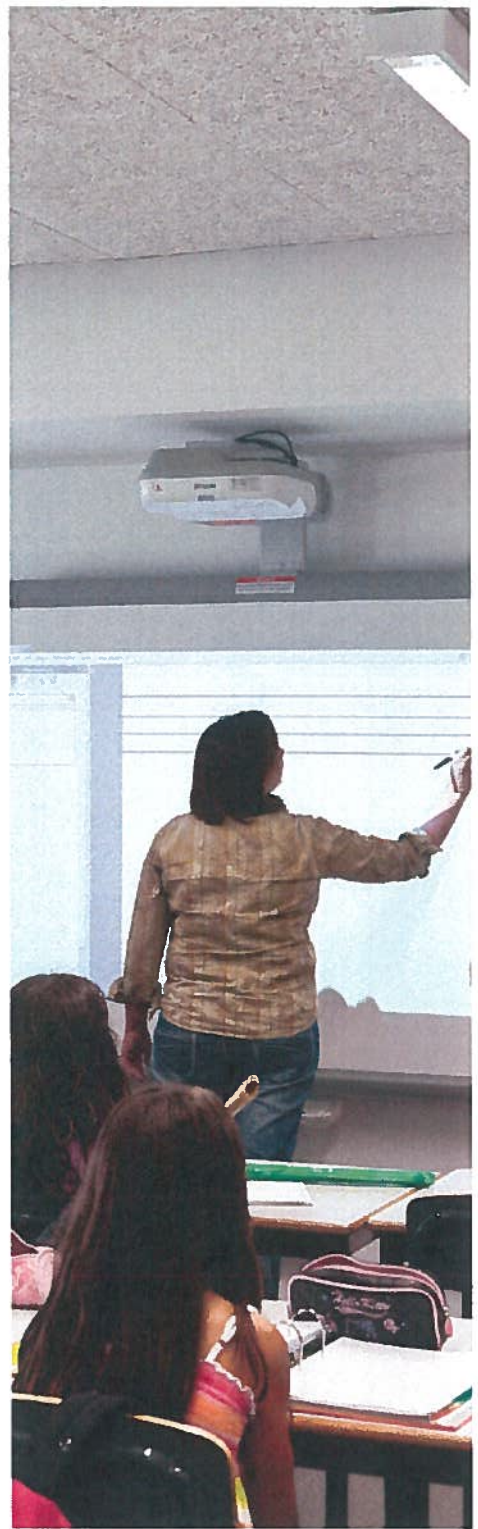
A Parque Escolar é uma entidade pública empresarial totalmente detida pelo Estado. Embora não se trate de uma sociedade aberta, a Empresa tem vindo a implementar e a adotar as melhores práticas do governo societário, pautando a sua conduta por elevados padrões de ética e responsabilidade social.

Nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, foi elaborado pela Parque Escolar o Relatório de Governo Societário, relativo às boas práticas de governo societário adotadas em 2016.

O modelo do referido documento foi disponibilizado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças no *site* da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial ([www.utam.pt](http://www.utam.pt)), conforme instruções do ofício circular ref.ª DSPE/DAA/EPE 1268, de 27 de fevereiro de 2017,



Página 44 de 131



# 03

## RELATÓRIO DE GESTÃO

*Jan*  
*[Signature]*

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*


## 03\_RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1. CONTEXTO MACROECONÓMICO

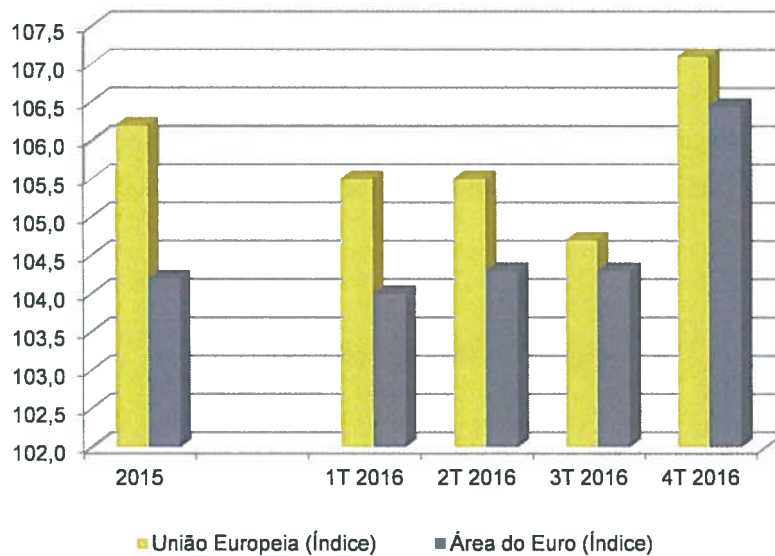
#### 1.1 Economia Mundial<sup>6</sup>

No último trimestre do ano de 2015, assistiu-se a um abrandamento da economia europeia, relacionada sobretudo com a diminuição do crescimento da economia Alemã e do Reino Unido, muito embora se tenha assistido ao fortalecimento das economias de Espanha, França e Itália.

Neste contexto, o ano de 2016 iniciou-se com uma evolução descendente no que diz respeito ao indicador de sentimento económico, que diminuiu tanto para a União Europeia (UE) como para a Área do Euro (AE)<sup>7</sup>. No início do terceiro trimestre do ano, o mesmo indicador apresentou uma degradação significativa associada às preocupações dos agentes económicos em torno da provável saída do Reino Unido da UE.

No final do ano de 2016, o indicador de sentimento económico recuperou tanto na UE como na AE, em resultado da melhoria de todos os indicadores de confiança (Figura 3).

Figura 3 – Indicador de Sentimento Económico



Fonte: Boletim Mensal Economia Portuguesa (Ministério Economia)

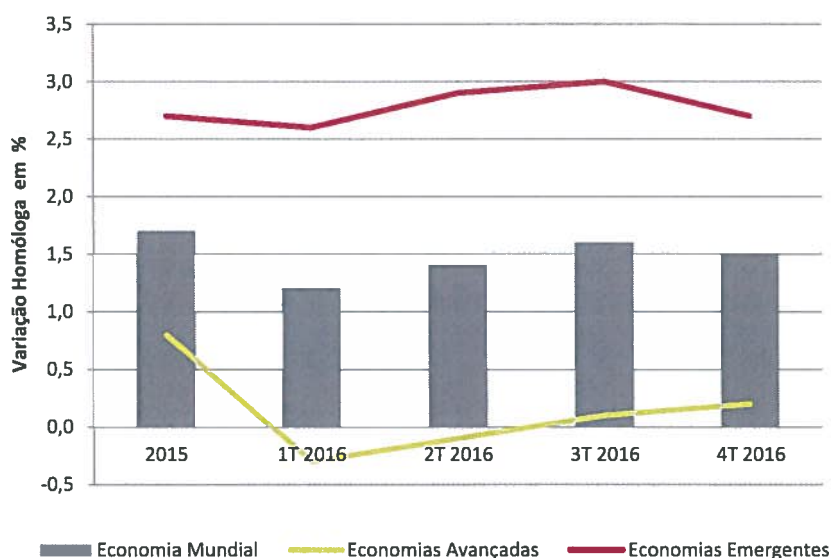
No início do quarto trimestre de 2016, assistiu-se a uma ligeira desaceleração da produção industrial mundial e a um enfraquecimento global das trocas comerciais das economias avançadas e dos países emergentes e em desenvolvimento. A desaceleração deste indicador contrariou os sinais de melhoria verificados no segundo trimestre do ano, em que, o comércio mundial de mercadorias tinha ganho algum dinamismo, em resultado da melhoria das trocas comerciais dos países emergentes, essencialmente os países asiáticos (Figura 4).

<sup>6</sup> Este ponto baseia-se nas seguintes fontes: publicações "Boletim Mensal de Economia Portuguesa" do Ministério da Economia e das Finanças e "Síntese Económica de Conjuntura" do INE.

<sup>7</sup> Composto por cinco indicadores sectoriais: confiança na indústria, confiança nos serviços, confiança na construção, confiança no comércio a retalho e confiança dos consumidores. Fonte: INE



**Figura 4 – Produção Industrial**

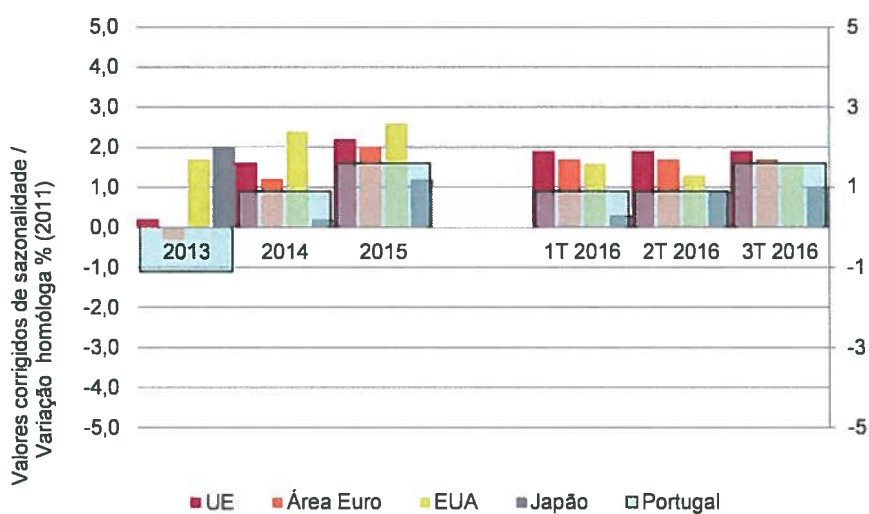


Fonte: Boletim Mensal Economia Portuguesa (Ministério Economia)

Os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2016 no que diz respeito aos Estados Unidos da América (EUA) indicam uma melhoria da atividade económica (produção industrial, vendas a retalho) e do mercado de trabalho.

De entre as economias avançadas, registou-se uma melhoria do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA e do Japão com respeito ao início do 4º trimestre de 2016; em contrapartida, o PIB da economia europeia estabilizou (Figura 5).

**Figura 5 – Produto Interno Bruto**



Fonte: INE

*[Assinatura]*  
 Página 48 de 131  
*[Assinatura]*

No início do 4º trimestre de 2016, a taxa de desemprego diminuiu quer para a UE, quer para a AE, correspondendo às taxas mais baixas apresentadas desde março e agosto de 2009 respetivamente, tendo-se registado igualmente uma descida da taxa de desemprego dos EUA.

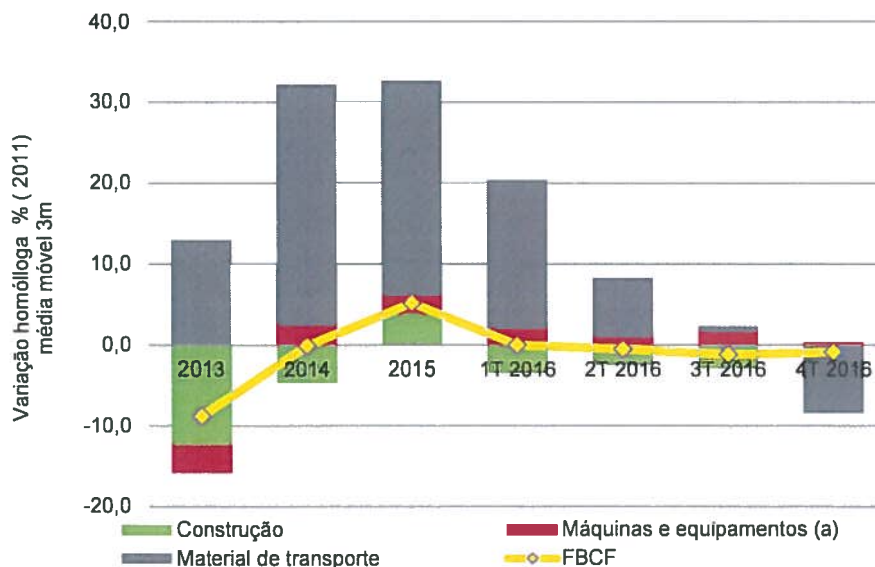
## 1.2 Economia Portuguesa<sup>8</sup>

Segundo o Banco de Portugal “a economia portuguesa tem mantido uma dinâmica de recuperação moderada desde 2013. As projeções do Boletim Económico do Banco de Portugal de dezembro de 2016 apontam para que o crescimento da atividade em Portugal registre um nível próximo do projetado para a área do euro no período 2017-2019.

Persistem, no entanto, vários constrangimentos estruturais ao crescimento da economia portuguesa, incluindo o elevado nível de endividamento dos vários setores da economia – famílias, empresas não financeiras e setor público, um elevado nível de desemprego de longa duração e um ritmo de recuperação do investimento aquém do observado em recuperações anteriores. O impacto destes fatores tende a ser exacerbado no atual quadro de incerteza, a nível interno e externo.”

No que se refere aos indicadores de Síntese de Investimento (Figura 6), é de salientar que a FBCF, disponível até ao início do 4º trimestre, retomou o movimento descendente iniciado em abril de 2015<sup>9</sup>. Para este facto contribuíram a evolução negativa e acentuada da componente de material de transporte, bem como o contributo menos positivo dos restantes componentes, construção e material de transporte.

Figura 6 – Indicador de Síntese de Investimento



Fonte: INE

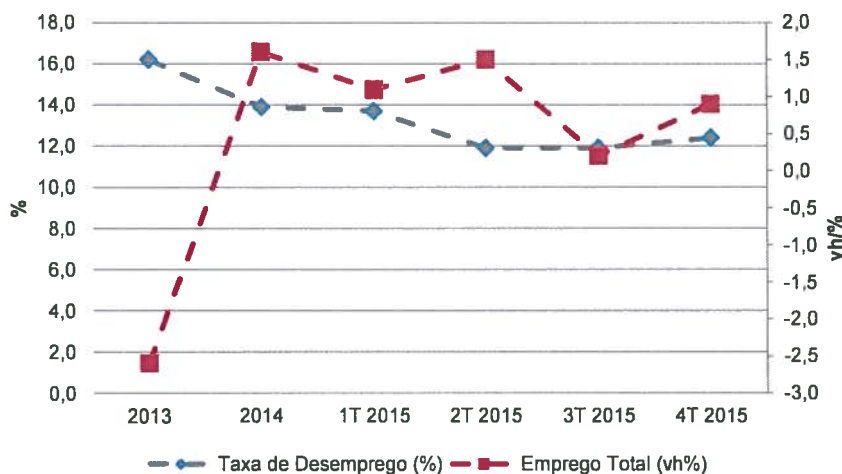
<sup>8</sup> Este ponto baseia-se nas seguintes fontes: publicações “Boletim Económico” do Banco de Portugal de dezembro de 2016; “Conjuntura da Construção” - FEPICOP (Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas) e “Síntese Económica de Conjuntura” do INE.

<sup>9</sup> Formação Bruta de Capital Fixo - Variável estimada pelo INE através da agregação de séries referentes ao investimento em construção, em máquinas e equipamentos e em material de transporte.

Conforme é possível aferir na Figura 7, registou-se uma evolução favorável ao nível do mercado de trabalho, com um aumento do número de pessoas empregadas do 2º para o 3º trimestre de 2016 em linha com uma diminuição assinalável da taxa de desemprego.

Neste contexto, o indicador de emprego durante o 3º trimestre de 2016 prolongou o movimento ascendente iniciado em abril, tendo registado o valor máximo desde outubro de 2001 (Figura 7).

**Figura 7 – Indicador de Emprego**



Fonte: INE

Importa por fim dar nota da evolução do setor da construção civil e obras públicas por se refletir diretamente na atividade da Parque Escolar<sup>10</sup>.

Face ao enquadramento favorável descrito ao nível dos indicadores relacionados com o Emprego, de acordo com a FEPICOP "...o mercado das obras públicas revelou nos últimos meses do ano de 2016, sinais de uma eventual recuperação, invertendo a tendência de quebra que manteve por um longo período. Até ao final de setembro de 2016, o montante das empreitadas de obras públicas lançadas a concurso registou um crescimento de 16,4% em termos homólogos, enquanto o valor total dos contratos celebrados cresceu 11,7%. Estes sinais revelam uma possível recuperação da atividade da construção, que se poderão repercutir no emprego e no crescimento económico do país."

## 2. ATIVIDADE DA PARQUE ESCOLAR

### 2.1 Investimento

A atividade de investimento da Parque Escolar, em 2016, consistiu em intervenções que se podem enquadrar em dois grupos: obras que estavam em curso em 2015, tendo algumas sido objeto de suspensão em 2011 e; intervenções que tendo sido objeto de resolução do contrato de empreitada, quer por

<sup>10</sup> Fonte: publicação FEPICOP (Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas) – "Conjuntura da Construção"

incumprimento das obrigações contratuais ou por decisões de tribunais arbitrais, aguardam a adjudicação de novas empreitadas para a conclusão das obras.

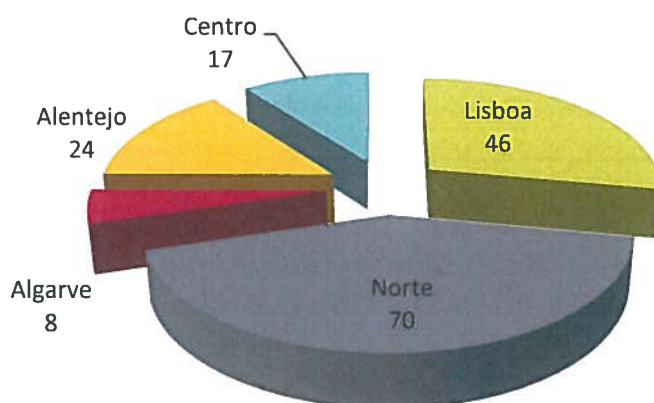
A execução do investimento durante o ano de 2016 foi em larga medida prejudicada pelo atraso na obtenção das autorizações necessárias para o lançamento e adjudicação dos concursos públicos para a conclusão daquelas empreitadas, nomeadamente, as Portarias de Extensão de Encargos, ficando por isso, aquém das previsões do Plano de Atividades e Orçamento.

Atualmente, o PMEES integra um total de 173 escolas (conforme anexo 6), das quais 165 estão concluídas. Em 2016, foram concluídas 12 escolas, mantendo-se no final do ano em fase de construção 8 escolas cujas obras se encontram nos seguintes estados:

- 2 escolas com obra a decorrer:
  - Escola Secundária de Ponte de Lima, cuja intervenção após adjudicação de novo contrato para a conclusão da empreitada teve início em janeiro de 2016, e que se prevê esteja concluída em maio de 2017;
  - Escola Secundária Padrão da Légua cuja consignação da nova empreitada ocorreu em 25 agosto de 2016, estando prevista a sua conclusão em agosto de 2017.
- 4 escolas com procedimentos de contratação em curso em 2016 para conclusão da empreitada após resolução do contrato inicial:
  - Escola Artística António Arroio, Escola Secundária de Monte da Caparica e a Escola Secundária de Amarante, cujos procedimentos de contratação se encontram concluídos, aguardando-se a publicação das Portarias de Extensão de Encargos e subsequentemente o visto do Tribunal de Contas, para a consignação das empreitadas;
  - Escola Secundária João de Barros, cuja Portaria de Extensão n.º 44/2017 foi publicada dia 23 de fevereiro, estando o reinício das obras previsto ocorrer no início do 2º semestre de 2017.
- A Escola Secundária Gago Coutinho aguarda a conclusão da alteração do projeto de execução com vista à redução do custo da intervenção, sendo previsto que tal ocorra até abril de 2017, seguindo-se o lançamento de concurso público para adjudicação da empreitada ainda durante o 1º semestre.
- A Escola Secundária Quinta do Marquês foi parcialmente disponibilizada, estando por concluir a intervenção no pavilhão desportivo e no refeitório. A requalificação destes espaços funcionais estava prevista realizar-se nos terrenos da Escola Básica Conde de Oeiras, que com a mesma confina, para utilização de ambas as escolas. Encontra-se pendente a resolução da questão associada à propriedade dos terrenos, decorrente da transferência da Escola Básica Conde de Oeiras para o Município de Oeiras (Contrato interadministrativo de delegação de competências n.º 558/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 145 – 28 de julho de 2015).



**Figura 8 – Distribuição Geográfica das escolas concluídas**



## 2.2 Conservação e Manutenção

Em 2016 a atividade de conservação e manutenção dos edifícios escolares do PMEES e dos edifícios não escolares, mobilizou mais recursos da empresa na sequência da conclusão e entrada em operação de mais escolas.

A plataforma Web SIGMO (Sistema Informático de Gestão da Manutenção e Operação), que permite um efetivo acompanhamento e registo das solicitações decorrentes das necessidades de manutenção e conservação dos edifícios em interação com os seus utilizadores, tem assumido um papel crescente na gestão desta atividade. Em 2016 foram implementadas novas funcionalidades, encontrando-se disponível para a gestão da globalidade dos contratos.

### 2.2.1 Edifícios Escolares

Na atividade de conservação e manutenção dos edifícios escolares do PMEES, em 2016, a Parque Escolar:

- Executou a prestação de serviços de Conservação, Manutenção e Apoio à Exploração (CMAE) em 20 escolas da fase 1 do PMEES, incluída no contrato de empreitada até janeiro de 2020;
- Executou 11 contratos de prestação de serviços de Conservação, Manutenção e Apoio à Exploração (CMAE) para um conjunto de 83 escolas das fases 0, 1 e 2;
- Executou contratos de prestação de serviços de manutenção do tipo simples a 216 equipamentos de elevação, das 134 escolas das fases 0, 1, 2 e 3;
- Assegurou a prestação de serviços de Técnico Polivalente Residente (TPR) até março de 2016 para um conjunto de 40 escolas da fase 3. De forma a garantir a continuidade deste serviço, foi lançado Concurso Público Internacional e adjudicada a prestação de serviços, que englobou um conjunto de 60 escolas. A Portaria de Extensão de Encargos, pendente desde janeiro, foi obtida em outubro de 2016. A subsequente decisão de adjudicação foi alvo de impugnação, aguardando-se a decisão do tribunal competente ao recurso interposto por um dos concorrentes;



- Celebrou contratos de prestações de serviços de conservação e manutenção preventiva, corretiva e funcional, sempre que se revelou necessário.

### 2.2.2 Edifícios Não Escolares

Na atividade de conservação e manutenção dos edifícios não escolares, em 2016, a Parque Escolar:

- Executou 2 contratos de prestação de serviços de Conservação, Manutenção e Apoio à Exploração (CMAE) para um conjunto de 9 edifícios não escolares e para as Escolas de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Porto, cujo período de execução termina em outubro e novembro de 2017 respetivamente;
- Executou contratos de prestação de serviços de manutenção completa aos equipamentos de elevação de 9 edifícios não escolares;
- Executou o contrato de prestação de serviços de higiene e limpeza para as instalações da Parque Escolar sitas em Lisboa, Porto, Évora e Faro, celebrado ao abrigo do “Acordo de Quadro de Higiene e Limpeza 2015, Lote 24 – Nível Nacional” da ESPAP com efeitos a dezembro de 2015 e término a novembro de 2018;
- Executou o contrato de prestação de serviços combinados de vigilância e segurança humana e de ligação à central de receção e monitorização de alarmes para as instalações da sede da Parque Escolar, bem como para outros 3 edifícios sitos em Lisboa, pertencentes ao património não escolar da empresa, celebrado em janeiro de 2016 ao abrigo do “Acordo de Quadro nº 14.13.20 – Região Lisboa e Vale do Tejo” da ESPAP, com um período de execução de 24 meses;
- Adjudicou após Concurso Público Nacional a execução da empreitada de “Reabilitação das Coberturas e Tardoz do Edifício da Av. 24 de julho em Lisboa”.

### 2.3 Projeto e Gestão de Ativos

No que respeita à atividade de projeto e gestão de ativos, em 2016 a Empresa:

- Desenvolveu, no âmbito da gestão dos edifícios de sua propriedade, diligências conducentes à ocupação remunerada dos espaços disponíveis, tendo celebrado um contrato de arrendamento com a Secretaria Geral da Educação e Ciência de um espaço no edifício da Avenida Infante Santo, em Lisboa, para funcionamento dos serviços do Programa Operacional Temático Capital Humano (POCH) em substituição da cessação do contrato com o ex-POPH, tendo-se mantido os restantes espaços arrendados;
- Realizou a revisão do documento técnico “Especificações Técnicas de Arquitetura para projeto do edifício escolar – ET:A”, aprovado em abril de 2013;
- Elaborou o Relatório de Avaliação da Qualidade do Serviço, concluído em dezembro de 2016;
- Adjudicou a 18 de maio de 2016 a contratação da prestação de serviços para coordenação e elaboração da revisão de projeto da Escola Secundária de Gago Coutinho em Alverca do Ribatejo, tendo acompanhando as fases de estudos, inspeções e ensaios e avaliação técnica do estado de



execução e conservação dos trabalhos executados na fase 1 da empreitada suspensa em 2011, e as fases de estudo prévio e anteprojecto do projecto em revisão;

No âmbito das intervenções atribuídas pelo Ministério da Educação, alcançaram-se os seguintes desenvolvimentos:

- Na sequência da aprovação pelo Senhor Ministro da Educação do Programa de intervenção no edifício do Conservatório Nacional em Lisboa para as Escolas de Música e de Dança, desenvolveu as peças tipo para a contratação do Concurso Público Internacional para prestação de serviços para a elaboração e coordenação do projecto de reabilitação, lançado a 16 de setembro de 2016;
- Elaborou a Proposta de Programa Funcional de referência da Escola Secundária de Camões em Lisboa oficiado para conhecimento e decisão do senhor Ministro da Educação em junho de 2016, e que recebeu despacho de aprovação em setembro de 2016;
- Elaborou as peças tipo para a contratação da prestação de serviços para coordenação e elaboração de projecto da Escola Secundária de Camões. O convite foi enviado ao prestador de serviços a 5 de outubro de 2016 e a adjudicação aguarda aprovação e publicação em Diário da República da respetiva Portaria de Extensão de Encargos;
- Elaborou a Proposta de Programa Funcional de referência para conclusão da Escola Básica Integrada com Jardim de Infância do Parque das Nações oficiado para conhecimento e decisão do senhor Ministro da Educação em junho de 2016, e que recebeu despacho de aprovação em setembro de 2016;
- Elaborou as peças tipo para a contratação da prestação de serviços para coordenação e elaboração de projecto da Escola Básica Integrada com Jardim de Infância do Parque das Nações e aguarda aprovação e publicação em Diário da República da respetiva Portaria de Extensão de Encargos;

## 2.4 Gestão Financeira e Orçamental

Relativamente à área financeira e orçamental, importa referir o seguinte:

- Recebimento em julho de 2016, de uma tranche de 30 milhões de euros do empréstimo contratualizado com o BDCE, ficando por desembolsar 70 milhões de euros.
- Foi autorizada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2016 de 21 de janeiro, a realização da despesa relativa à execução do Contrato Programa para o triénio 2016-2018, no montante global máximo de 340 milhões de euros (valor a que acresce IVA à taxa legal em vigor).
- Na sequência da aprovação da Lei do Orçamento do Estado (LOE) para 2016 (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março) e do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2016 (Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril), a Parque Escolar tomou conhecimento das condições de execução do seu orçamento para 2016 e, em particular, da cativação de 51,5% da dotação orçamental para despesa enquadrável no agrupamento “02 – Aquisição de Bens e Serviços”.

- De forma a poder cumprir o seu Plano de Atividades e as suas responsabilidades decorrentes do Contrato Programa a PE adotou um *Plano de Contingência de Tesouraria* para garantir as receitas necessárias, tendo em conta a incerteza na disponibilidade de receitas previstas no seu orçamento, decorrente: do atraso no recebimento da Remuneração do Contrato Programa, dependente da conclusão do processo da Segunda Revisão e; do montante e momento do recebimento das verbas dos Fundos Europeus do QREN contratadas em regime de *overbooking*, nos seguintes termos:
  - Solicitou autorização ao IGeFE para a utilização dos 29,14 milhões de euros de Fundos Europeus do saldo de gestão de 2015, a mobilizar como *Receita de Investimento*, tendo sido pedida autorização ao Ministério das Finanças (MF) para, em caso da existência de necessidade ao nível da gestão da Tesouraria da PE e transitoriamente, ocorrer a mobilização de 10 milhões de euros daquele montante como receita de Funcionamento;
  - Solicitou autorização ao Ministério das Finanças para a utilização dos 15,21 milhões de euros de Receitas Próprias do saldo de gestão de 2015, a mobilizar como receita de Funcionamento;
  - Afetou, ao Funcionamento, a totalidade das Receitas Próprias do Contrato Programa (em vigor) orçamentadas para o Investimento, recebidas (10,87 milhões de euros) e a receber, com caráter meramente transitório e a reverter assim que obtidas as receitas de Funcionamento provenientes da assinatura e visto da Segunda Revisão do Contrato Programa.
  - Desembolsou em julho 30 milhões de euros do financiamento do BDCE, a mobilizar como *Receita de Investimento*;
  - Utilizou o *Fundo de Reserva* de 9,99 milhões de euros para reforço da receita de Funcionamento, com caráter meramente transitório e a reverter assim que obtidas as receitas de Funcionamento provenientes da assinatura e visto da Segunda Revisão do Contrato Programa.

## 2.5 Auditoria Interna

No âmbito do trabalho desenvolvido pela Direção de Auditoria Interna (DAI), foi elaborado o Plano de Auditoria Interna para 2016 e propostas as seguintes atividades que se realizaram durante o ano de 2016:

- Auditoria à componente de Prestação de Serviços de Conservação e Manutenção dos Contratos das Escolas da Fase 1 do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário – Lotes 1, 2 e 3, sendo auditados 3 contratos, englobando um total de 10 escolas;
- Auditoria aos Contratos de Manutenção de Apoio à Exploração – CMAE, centrada em 8 contratos, englobando 8 escolas, trabalho este em fase de conclusão.



## 2.6 Deliberações Do Conselho De Administração

Entre as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração em 2016, salientam-se as seguintes:

- Aprovação de Contas Finais referentes a diversos contratos de empreitada;
- Aprovação da proposta relativa ao “Procedimento para Tramitação necessária à Receção Definitiva da Empreitada e o Modelo de Auto de Receção”;
- Aprovação da proposta referente à minuta do Termo de Aceitação da candidatura conjunta com a DGEEC ao Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA 2020);
- Aprovação da proposta relativa à nova versão do “Procedimento para Revisão de Preços de Contratos de Empreitada”;
- Aprovação da proposta relativa ao “Procedimento para Apuramento e Imputação de Responsabilidade aos Projetistas por Erros e Omissões”;
- Aprovação da proposta relativa ao “Plano de Formação para o ano de 2016”;
- Aprovação da segunda e terceira alteração à “Delegação de Competências do Conselho de Administração da Parque Escolar, E.P.E., de 25 de novembro de 2014”;
- Aprovação da alteração à “Proposta de Orçamento da Parque Escolar para 2016”;
- Aprovação da proposta relativa à “Aprovação dos Instrumentos de Prestação de Contas da Parque Escolar, E.P.E. referentes a 2015”;
- Aprovação da proposta relativa à “Aprovação de Candidaturas do Programa Operacional Regional do Norte”;
- Aprovação da “Celebração da Segunda Revisão do Contrato Programa celebrado entre o Estado Português e a Parque Escolar”, bem como aprovação da respetiva minuta;
- Aprovação da proposta relativa ao “Relatório de Execução e Avaliação de 2015 do Plano Prevenção de Riscos”;
- Aprovação da Proposta relativa à “Instrução de Serviço para as Receções Provisórias das Empreitadas”, com extinção do grupo de trabalho criado para o efeito;
- Aprovação da Proposta relativa ao “Orçamento de Receita da Parque Escolar para 2016 – Plano de contingência para a Tesouraria”;
- Aprovação da proposta relativa à “Auditoria aos Contratos de Manutenção CMAE”;
- Aprovação da proposta relativa à “Atualização do Procedimento para Solicitação de Vistorias à ANPC”;
- Aprovação da proposta relativa ao “Anteprojeto do Código dos Contratos Públicos - Contributos da Parque Escolar, E.P.E.”, ratificando o conteúdo do documento que integra os contributos da Parque Escolar, no âmbito da discussão pública do Anteprojeto de Revisão do Código dos Contratos Públicos, bem como o envio do mesmo ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P;
- Aprovação da proposta relativa ao “Contrato de empréstimo celebrado entre a Parque Escolar e o Estado Português para fazer face ao pagamento das 5ª e 6ª amortizações do empréstimo concedido pela DGTF em junho de 2012 no montante de 90 milhões de euros”;



- Ratificação do pedido de prorrogação do prazo de conclusão da Fase 3 do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário até 28/02/2019, nos termos do ofício dirigido ao Banco Europeu de Investimento em 27/10/2016;
- Aprovação do “Relatório de Governo Societário de 2015”;
- Aprovação da proposta relativa ao “Plano de Atividades e Orçamento da Parque Escolar para 2017”;
- Aprovação de Instrução de Serviço relativa à “Intervenção prioritária em escolas não abrangidas por contratos de conservação e manutenção”;

Em 2016 o Conselho de Administração, tendo em conta a necessidade de dar resposta a temas considerados pertinentes para a atividade da Empresa, deliberou ainda a criação de Grupos de Trabalho com os seguintes objetivos:

- Confirmação e definição do processo de tramitação necessário à receção provisória da empreitada e o modelo de auto de receção, em harmonia com o procedimento relativo à receção definitiva da empreitada, aprovado pelo Conselho de Administração;
- Elaboração de relatório específico e autónomo sobre a execução do Programa de Modernização das Escolas Destinadas ao Ensino Secundário, com informação sobre cada uma das escolas objeto de intervenção e elaboração de um relatório de avaliação da implementação do “Plano de Contenção de Custos de Investimento na Fase 3”;
- Implementação da conta corrente da empreitada, prevista no artigo 389.º do Código dos Contratos Públicos;
- Definição do modelo do plano de conservação e manutenção em fase de projeto.

### 3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O *Resultado Antes de Impostos* (RAI) da Parque Escolar, ascendeu, no final do exercício de 2016, a 29.934 milhares de euros, em linha com a tendência crescente deste indicador já registada no ano 2015.

Para este resultado, contribuíram quer o decréscimo em cerca de 40%, dos *Gastos Operacionais*, quer em menor extensão, o incremento dos *Ganhos Operacionais* de 4% face a 2015.

#### 3.1 Ganhos e Gastos Operacionais

Em 2016 a redução verificada nos *Gastos Operacionais*, resultou sobretudo da redução nas rubricas de *Provisões e Perdas por Imparidade*, onde os montantes relacionados com as reversões superaram os reforços realizados no ano.

Os *Gastos Operacionais* beneficiaram ainda de uma redução nas rubricas de *Fornecimentos e Serviços Externos* (FSE) e *Gastos com Pessoal* de respetivamente de 2,9% e 1,8% respetivamente.

A variação nos FSE, está relacionada com as limitações impostas à execução do Plano de Atividades de Conservação e Manutenção, na sequência da aprovação da Lei do Orçamento do Estado para 2016,



decorrente da cativação de 51,5% da dotação orçamental para despesa enquadrável no agrupamento “02 – Aquisição de Bens e Serviços”.

Nos *Gastos com Pessoal* a pequena variação decorre da diminuição do número de trabalhadores de 144 para 138 em 2016 e da reversão da redução remuneratória em conjunto com a redução de situações de ausência e dispensa asseguradas pela Segurança Social face ao ano anterior.

**Tabela 22 – Principais Indicadores**

Unid.: milhares de euros

RUBRICA	2016	2015	Variação	Variação %
<b>N.º de Trabalhadores <sup>1</sup></b>	<b>141</b>	<b>147</b>	<b>(6)</b>	<b>(4)</b>
<b>N.º de Escolas em Operação</b>	<b>165</b>	<b>153</b>	<b>12</b>	<b>8</b>
Ganhos Operacionais	132.731	127.867	4.864	4
Gastos Operacionais	(19.936)	(33.039)	13.103	(40)
<b>EBITDA</b>	<b>112.795</b>	<b>94.827</b>	<b>17.968</b>	<b>19</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	(59.573)	(60.652)	1.079	(2)
Gastos/Imparidade de Investimentos depreciáveis/amortizáveis	(7)	0	(7)	100
<b>EBIT</b>	<b>53.214</b>	<b>34.175</b>	<b>19.039</b>	<b>56</b>
Gastos Líquidos de Financiamento <sup>2</sup>	(23.281)	(27.234)	3.953	(15)
<b>RAI</b>	<b>29.934</b>	<b>6.941</b>	<b>22.992</b>	<b>331</b>
Imposto Sobre o Rendimento do Período	(5.044)	(10)	(5.034)	51.435
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>24.890</b>	<b>6.931</b>	<b>17.959</b>	<b>259</b>
<b>N.º de Escolas em Intervenção (final do ano)</b>	<b>8</b>	<b>20</b>	<b>(12)</b>	<b>(60)</b>
Ativo Não Corrente	2.166.559	2.217.029	(50.470)	(2)
Ativo Corrente	132.607	100.548	32.060	32
<b>Ativo Total</b>	<b>2.299.166</b>	<b>2.317.576</b>	<b>(18.410)</b>	<b>(1)</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>878.151</b>	<b>850.602</b>	<b>27.549</b>	<b>3</b>
Passivo Não Corrente	1.230.290	1.328.352	(98.062)	(7)
Passivo Corrente	190.724	138.621	52.103	38
<b>Passivo Total</b>	<b>1.421.015</b>	<b>1.466.973</b>	<b>(45.958)</b>	<b>(3)</b>
Cashflow	29.581	(83.356)	112.937	(135)

Nota:

<sup>1</sup>Inclui Conselho de Administração

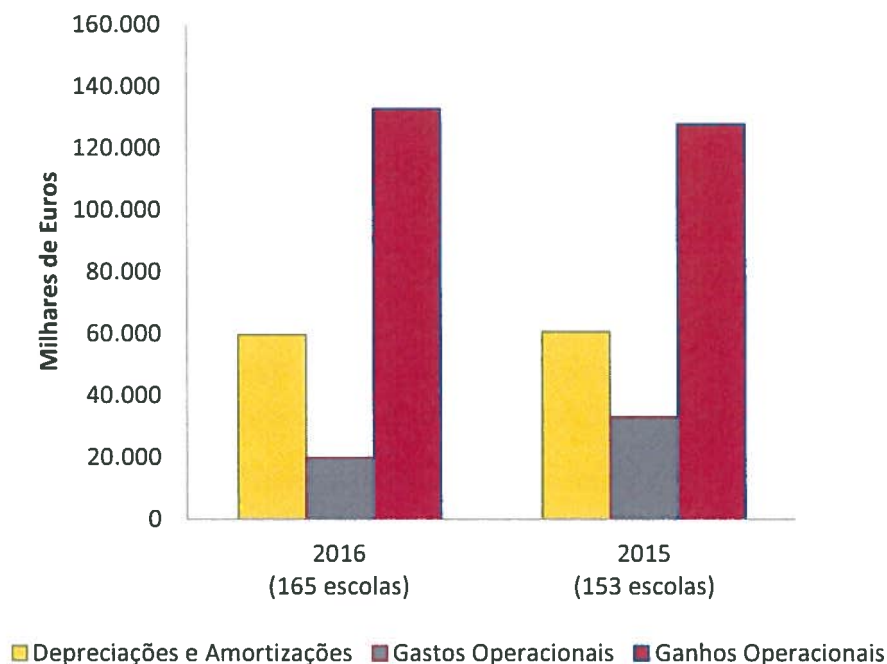
<sup>2</sup>O valor dos juros relativos ao Programa de Modernização é remunerado pela remuneração de investimento liquidada pelas escolas em operação.

A evolução positiva dos *Ganhos Operacionais* em 2016 resulta sobretudo dos seguintes fatores:

- ✓ Aumento dos ganhos associados ao reconhecimento dos rendimentos de subsídios recebidos, na proporção das depreciações das escolas em operação, inerente à inclusão de 12 novas escolas que foram disponibilizadas à comunidade em 2016;
- ✓ Impacto positivo da reversão dos valores provisionados: com efeito, seguindo a tendência já verificada no ano 2015, de diminuição dos processos de contencioso em que a Parque Escolar é demandada, em 2016 foram registados movimentos de reversão, no seguimento do desfecho de processos, que superaram em larga medida os registos de dotação/reforço dos montantes provisionados;

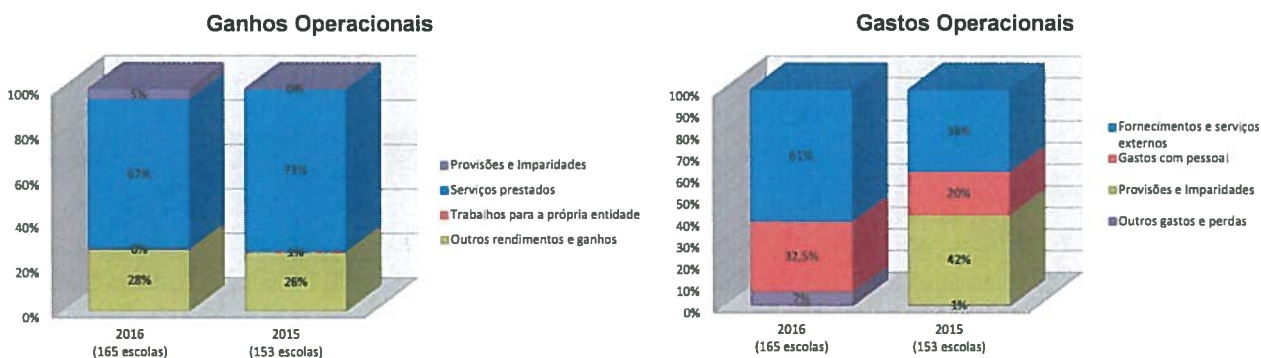
- ✓ Reversão, em cerca de dois terços, da perda por imparidade constituída em 2015, relacionada com dívidas de outros devedores, nomeadamente empreiteiros, relacionada com as multas aplicadas conforme decisão do Tribunal Arbitral. A reversão ocorreu na sequência de aqueles montantes terem sido cobrados às entidades envolvidas e/ou considerados na provisão para processos judiciais em curso nos casos em que foi interposta nova ação judicial.

**Figura 9 – Evolução dos Ganhos e Gastos Operacionais**



A Figura 10 mostra a evolução da composição dos ganhos e *Gastos Operacionais* e o peso que os fluxos económicos associados às multas – *Outros Rendimentos e Ganhos* e *Provisões e Imparidades* – têm nos anos considerados.

**Figura 10 – Composição dos Ganhos e Gastos Operacionais**



### 3.2 Gastos de Financiamento e Rendimentos Financeiros

Ao nível dos financiamentos reembolsáveis, em 2016 procedeu-se, conforme previsto no Plano de Negócios e no Orçamento, à celebração de novo empréstimo à DGTF no valor de 22.500 milhares de euros, para fazer face ao pagamento das quinta e sexta amortizações do empréstimo de 90.000 milhares de euros, celebrado em 2012 entre a Parque Escolar e a DGTF.

Em 2016 foi prosseguido o plano de amortização, dos empréstimos de 300.000 milhares de euros e de 600.000 milhares de euros, contratados com o BEI, com o pagamento de prestações de respetivamente, 2.160 milhares de euros e em 36.960 milhares de euros.

No que diz respeito ao empréstimo contratado com o BDCE, procedeu-se por um lado, ao desembolso de uma tranche de 30 milhões de euros no mês de julho, e por outro ao pagamento da primeira amortização de capital do empréstimo no valor de 3.571 milhares de euros.

Tendo em conta o previsível atraso na conclusão do processo conducente à Segunda Revisão do Contrato Programa e a conseqüente impossibilidade de recebimento da Remuneração devida no âmbito do contrato, foram previstos e inscritos no Orçamento da Parque Escolar dois empréstimos para fazer face ao cumprimento das obrigações decorrentes dos financiamentos com as entidades externas.

Assim, em março e outubro de 2016 foram contraídos dois empréstimos com a DGTF nos montantes de 30.089 milhares de euros e 32.521 milhares de euros respetivamente, para fazer face ao pagamento do serviço da dívida dos empréstimos do BEI e do BDCE.

Com a obtenção em 13 de outubro de 2016 do visto do Tribunal de Contas à Segunda Revisão do Contrato Programa, a Empresa pôde receber ainda no exercício uma parte significativa da remuneração, tendo liquidado em 30 de dezembro os empréstimos contratados com a DGTF.

Destes acontecimentos resultou a redução do passivo remunerado no valor de 12.691 milhares de euros, que, em conjunto com a diminuição das taxas de juro aplicáveis aos empréstimos de longo prazo contraídos pela Parque Escolar (em virtude do comportamento descendente da Euribor no mercado), se traduziu numa diminuição dos *Gastos Financeiros* em 14%, conforme apresentado na tabela 23.

**Tabela 23 – Evolução dos Gastos Financeiros**

	Unid.: Milhares de Euros			
	2016	2015	Variação	Variação %
Gastos Financiamento MLPrazo	22 400	25 894	(3 493)	(13)
Outros Gastos de Financiamento	893	1 350	(457)	(34)
<b>Gastos Financiamento</b>	<b>23 293</b>	<b>27 243</b>	<b>(3 950)</b>	<b>(14)</b>

Os *Rendimentos Financeiros*, apresentados na tabela 24, resultam de juros de mora recebidos no seguimento de decisões de sentenças proferidas nos tribunais arbitrais.

**Tabela 24 – Evolução dos Rendimentos Financeiros**

Unid.: Milhares de Euros

	2016	2015	Variação	Variação %
Rendimentos Financeiros	13	10	3	35
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>35</b>

### 3.3 Ativo

A evolução do *Ativo Corrente* e do *Ativo não Corrente* da Parque Escolar é apresentada na tabela 25.

**Tabela 25 – Evolução do Ativo Corrente e Não Corrente**

Unid.: milhares de euros

	2016	2015	Variação	Variação %
Ativo Não corrente	2.166.559	2.217.029	(50.470)	(2)
Ativo corrente	132.607	100.548	32.059	32
<b>Total Ativo</b>	<b>2.299.166</b>	<b>2.317.576</b>	<b>(18.410)</b>	<b>(1)</b>

Em 2016, o *Ativo não Corrente* constituía 94% do total do *Ativo* da Empresa, representando os montantes de investimento líquido de depreciações, relativos ao Programa de Modernização e aos edifícios afetos à “Valorização Patrimonial”.

Durante o ano de 2016 foram disponibilizadas 12 escolas à comunidade escolar, incrementando por essa via o valor dos ativos associados ao PMEES, no seguimento da transferência do *Investimento* acumulado nessas escolas para *Propriedades de Investimento*, cujo valor é deduzido pelo montante anual da *Depreciação* das 165 escolas que fazem parte do *Ativo* da Parque Escolar.

A rubrica de *Investimento em Curso* registou, em 2016, um decréscimo de cerca de 66% face ao ano anterior, refletindo: por um lado, os desvios na execução de algumas obras e os atrasos no relançamento das empreitadas cujos contratos foram alvo de resolução por fatores exógenos à empresa e; por outro, a transferência para a rubrica de *Propriedades de Investimento* o valor do *Investimento* das escolas concluídas no ano.

Em junho de 2016 o Conselho de Administração aprovou a implementação de um *Plano de Contingência para a Tesouraria* para garantir a receita, face ao cenário de incerteza provocado: pelas cativações efetuadas ao seu orçamento; pela incerteza quanto ao momento do recebimento da Remuneração do Contrato Programa de 2016, que aguardava àquela data, a obtenção do visto do Tribunal de Contas e; pelo valor e momento do recebimento das verbas dos Fundos Europeus do QREN contratadas em regime de *overbooking*.

No âmbito do Plano de Contingência, a Parque Escolar procedeu em agosto de 2016, à disponibilização da conta referente ao *Fundo de Reserva* existente para a Grande Manutenção e Manutenção Funcional que

totalizava 9.988 milhares de euros, com reflexo na diminuição do *Ativo não Corrente* e, em contrapartida num aumento da receita disponível, com impacto positivo no *Ativo Corrente*.

**Tabela 26 – Evolução do Ativo Não Corrente**

	Unid.: milhares de euros			
	2016	2015	Variação	Variação %
Ativos fixos tangíveis	278	274	5	2
Propriedades de investimento	2.076.656	1.945.736	130.920	7
Investimento em curso	86.132	254.263	(168.131)	(66)
Ativos intangíveis	3	4	(2)	(37)
Outros ativos financeiros	-	9.988	0	0
Ativos por impostos diferidos	3.490	6.764	(3.274)	(48)
<b>Total Ativo Não corrente</b>	<b>2.166.559</b>	<b>2.217.029</b>	<b>(50.470)</b>	<b>(2)</b>

No que se refere ao *Ativo Corrente*, que representa 6% do total do ativo, verificou-se um aumento de 32% face ao exercício de 2015, resultante sobretudo do aumento da dívida de *Clientes* e das *Disponibilidades*.

Tendo a Segunda Revisão do Contrato Programa obtido o visto do Tribunal de Contas no mês de outubro, apenas foi possível faturar a Remuneração do Contrato Programa no último trimestre do ano. Assim, a 31 de dezembro de 2016, o valor da dívida de *Clientes* ascendeu a 34.429 milhares de euros, respeitante às faturas emitidas em novembro e em dezembro, relativas à RCP de 59 edifícios escolares cujo recebimento só veio a concretizar-se em 2017.

O aumento das *Disponibilidades* decorreu essencialmente do desembolso, em julho de 2016, de 30.000 milhares de euros do financiamento do BDCE, a mobilizar como *Receita de Investimento*, e da utilização da conta do *Fundo de Reserva* no valor de 9.988 milhares de euros para reforço da receita de *Funcionamento*, medidas que integraram o Plano de Contingência para a Tesouraria em 2016.

**Tabela 27 – Evolução do Ativo Corrente**

	Unid.: milhares de euros			
	2016	2015	Variação	Variação %
Clientes	34.429	3.626	30.803	850
Estado e outros entes públicos	319	286	33	12
Outras contas a receber	23.395	51.637	(28.242)	(55)
Diferimentos	531	647	(115)	(18)
Caixa e depósitos bancários	73.933	44.352	29.581	67
<b>Total Ativo corrente</b>	<b>132.607</b>	<b>100.548</b>	<b>32.060</b>	<b>32</b>



### 3.4 Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2016 o *Capital Próprio* da Parque Escolar era de 878.151 milhares de euros, apresentando a distribuição e evolução face ao ano anterior apresentada na tabela 28.

Em 2016 as variações verificadas no *Capital Próprio* resultaram dos seguintes movimentos:

- Aplicação do *Resultado Líquido* positivo do ano anterior em *Resultados Transitados* (5.545 milhares de euros) e a constituição de *Reserva Legal* (1.386 milhares de euros);
- Recebimento dos *Subsídios ao Investimento* durante o ano de 2016 no valor de 38.463 milhares de euros, referentes a fundos comunitários enquadrados no QREN e respetivos *Impostos Diferidos* associados (8.654 milhares de euros);
- Regularização de valores de *Subsídios ao Investimento*, no âmbito do mecanismo *TOP-UP* (18.502 milhares de euros) e respetivos *Impostos Diferidos* associados (4.163 milhares de euros)<sup>11</sup>;
- Reconhecimento dos rendimentos associados aos *Subsídios Recebidos*, na proporção das depreciações das escolas que se encontram em operação no montante de 36.213 milhares de euros, e respetivos *Impostos Diferidos* associados (8.148 milhares de euros).
- Reconhecimento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nomeadamente na parte respeitante a anos anteriores, em *Resultados Transitados* (3.126 milhares de euros), onde se incluem os montantes efetivamente cobrados pela Administração Tributária e a estimativa de encargos prováveis com este imposto<sup>12</sup>;
- Movimento realizado no quarto trimestre de 2016 de reafecção dos valores considerados no *Ativo* da Empresa relativos às 39 escolas que deixaram formalmente de estar incluídas no PMEES, reconhecendo-os como "Gastos", afetando assim, quer o *Resultado Líquido* do Exercício, em cerca de 53 milhares de euros, quer os *Resultados Transitados* em aproximadamente 16.700 milhares de euros<sup>13</sup>;
- Correção da *Depreciação* e do reconhecimento de *Subsídios ao Investimento* e respetivo *Imposto Diferido* associado, na sequência da necessidade de retificação do cálculo da depreciação do

---

11 A operação tem impacto na rubrica de Resultados Transitados, no reconhecimento do valor dos rendimentos imputáveis ao ano anterior (1.182 milhares de euros) e respetiva regularização do Imposto Diferido associado (266 mil euros)

12 Ao abrigo das alíneas o) e l) do n.º 1 e n.º 8 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Parque Escolar pode beneficiar de Isenção de IMI. Nos casos em que por falta de elementos de identificação das escolas não foi possível apresentar os pedidos de isenção dentro do prazo, a empresa tem vindo a apresentar a competente reclamação graciosa, para as quais ainda não se conhece a decisão, e, sempre que notificada para o efeito, tem pago voluntariamente o Imposto.

13 Este movimento ocorreu no seguimento da assinatura da Segunda Revisão do Contrato Programa em julho último, com obtenção do competente visto do Tribunal de Contas a 13 de outubro. A Adenda formalizou, na cláusula 2ª, quais as Infraestruturas Escolares que integram o PMEES, remetendo para a sua identificação no Anexo I. O Anexo I passou a incluir 173 Escolas, das quais 165 já se encontram requalificadas e 7 cuja requalificação está em curso, tendo sido excluídas as 39 escolas cujo investimento havia sido suspenso em 2011.

equipamento básico das *Propriedades de Investimento* (ver Nota 5 do capítulo 4 – *Demonstrações Financeiras*).

**Tabela 28 – Evolução do Capital Próprio**

	Unid.: milhares de euros			
	2016	2015	Variação	Variação %
Capital subscrito	91 343	91 343	0	0
Reservas Legais	1 386	0	1 386	100
Resultados transitados	(100 070)	(92 365)	(7 706)	8
Outros variações no capital próprio	860 603	844 693	15 910	2
Resultado líquido do período	24 890	6 932	17 958	259
<b>Total Capital Próprio</b>	<b>878 151</b>	<b>850 603</b>	<b>27 548</b>	<b>3</b>

### 3.5 Passivo

A tabela 29 apresenta a evolução do *Passivo Corrente e não Corrente* da Parque Escolar.

**Tabela 29 – Evolução do Passivo**

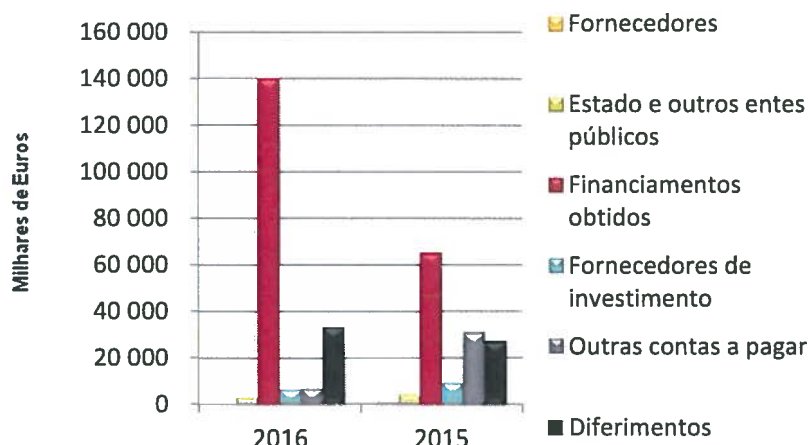
	Unid.: milhares de euros			
	2016	2015	Variação	Variação %
Passivo Não corrente	1 230 290	1 328 352	(98 062)	(7)
Passivo corrente	190 724	138 621	52 103	38
<b>Total Passivo</b>	<b>1 421 015</b>	<b>1 466 973</b>	<b>(45 958)</b>	<b>(3)</b>

No que diz respeito ao *Passivo Corrente*, em 2016 procedeu-se: à transferência de 139.967 milhares de euros de *Financiamentos de Médio e Longo Prazo* para *Financiamentos de Curto Prazo*, em conformidade com o plano de amortização de capital dos empréstimos contratados com a DGTF, BDCE e BEI previsto para 2017 e; foi contraído novo empréstimo à DGTF no valor de 22.500 milhares de euros, para a amortização de capital do financiamento contraído com aquela entidade.

Estas operações, embora não se reflitam no *Total do Passivo*, determinaram um aumento dos *Financiamentos Curto Prazo* e uma diminuição dos *Financiamentos de Médio e Longo Prazo*.

A variação da rubrica de *Outras Contas a Pagar* diz respeito, essencialmente, à regularização em 2016 do adiantamento concedido por conta de candidaturas submetidas – POVT e ON.2 - (*Top-Up*) (18.490 milhares de euros) e aos encargos financeiros dos financiamentos de médio e longo prazo relativos a 2016 a liquidar no próximo ano (4.879 milhares de euros):

**Figura 11 – Distribuição do Passivo Corrente**



A variação verificada no *Passivo não Corrente* decorre sobretudo da diminuição no valor de 15.214 milhares de euros do saldo da rubrica de *Provisões*, representando uma variação negativa de 24% face ao ano 2015. Com efeito, durante o ano de 2016, manteve-se a tendência já verificada no ano anterior de diminuição do número de processos arbitrais em que a Parque Escolar é demandada, tanto por força da conclusão de vários processos, como do abrandamento na constituição de novos tribunais arbitrais, resultando na redução dos valores provisionados.

**Tabela 30 – Evolução do Passivo Não Corrente**

	Unid.: milhares de euros			
	2016	2015	Varição	Varição %
Provisões	46 916	62 130	(15 214)	(24)
Financiamentos obtidos	933 522	1 020 989	(87 467)	(9)
Passivos por impostos diferidos	249 852	245 233	4 619	2
<b>Total Passivo Não corrente</b>	<b>1 230 290</b>	<b>1 328 352</b>	<b>(98 062)</b>	<b>(7)</b>

Ainda em 2016, verificou-se uma diminuição dos *Financiamentos Obtidos* no valor de 12.691 milhares de euros, a que corresponde uma variação de 1% no seguimento da amortização de capital dos empréstimos contratados com as entidades BEI, BDCE e DGTF, no valor de 39.120, 3.571 e 22.500 milhares de euros respetivamente. Estas amortizações foram parcialmente compensadas pelo desembolso, em julho de 2016, de uma tranche de 30.000 milhares de euros, do empréstimo contraído com o BDCE. De salientar que, conforme já foi referido, no caso particular do empréstimo com a DGTF, o impacto da amortização tenha sido nulo, dado que se constituiu novo empréstimo no mesmo montante.

A tabela 31 apresenta as variações na rubrica de *Financiamentos*.

**Tabela 31 – Evolução Financiamentos obtidos**

Unid.: milhares de euros

	2016	2015	Varição	Varição %
Financiamentos Obtidos ML Prazo	933.522	1.020.989	(87.467)	(9)
Financiamentos Obtidos Curto Prazo	139.967	65.191	74.775	115
<b>Varição Financiamentos Obtidos</b>	<b>1.073.489</b>	<b>1.086.180</b>	<b>12.691</b>	<b>1</b>

O Programa de Modernização tem vindo a ser financiado, quer por subsídios não reembolsáveis, quer por financiamento bancário reembolsável a 20 anos, com possibilidade, no caso do empréstimo contraído ao BEI, de extensão até 7 anos. Por conseguinte, o modelo de sustentabilidade financeira da Parque Escolar assenta nas seguintes fontes de financiamento:

- Recebimento da remuneração paga pelas escolas intervencionadas e já em fase de operação, conforme estabelecido no Contrato Programa celebrado com o Estado Português;
- Contratualização de empréstimos de médio e longo prazo junto do BDCE e do BEI;
- Recebimento de fundos comunitários no âmbito do QREN 2007-2013;
- Recebimento de subsídios do Estado Português;
- Recebimento de rendas dos edifícios não escolares património da Parque Escolar.

### 3.5.1 Financiamento Não Reembolsável

Em 2016, o valor do financiamento não reembolsável recebido pela Empresa, ascendeu aos 38.463 milhares de euros (FEDER), no âmbito dos contratos de financiamento comunitário assinados com as entidades gestoras de dois programas do quadro comunitário QREN 2007-2013, designadamente:

- *O Programa Operacional Regional do Norte – ON.2*
- *O Programa Operacional Valorização do Território – POVT*

Na região Norte, o investimento realizado na Escola de Hotelaria e Turismo do Porto, em parceria com o Turismo de Portugal, I.P., beneficiou de um financiamento não reembolsável FEDER de 70% do custo elegível, ou seja um total de 5.672 milhares de euros. Este valor foi já recebido na totalidade com o encerramento formal da operação cofinanciada.

Com maior peso no total do financiamento não reembolsável e com uma abrangência nacional, o POVT cofinancia 85% do custo elegível do investimento realizado em 114 escolas com ensino secundário, das Fases 1, 2 e 3 do Programa de Modernização, que estão localizadas nas regiões elegíveis Norte, Centro e Alentejo. No final de 2016, o valor recebido de financiamento não reembolsável ascendeu ao total de 930.963 milhares de euros.

Há a considerar ainda valores de FEDER em *overbooking*, cujo financiamento da *Despesa de Investimento* fica condicionado à existência de verbas FEDER que ascendem a 50.706 milhares de euros.

No cumprimento estrito dos prazos estabelecidos pela Comissão Europeia foram submetidos os 73 relatórios finais das operações cofinanciadas ao abrigo do POVT, para efeitos de encerramento das operações, tendo os mesmos sido aprovados. O cumprimento das recomendações é monitorizado mensalmente junto do POSEUR, entidade que acompanha o encerramento formal do financiamento comunitário no âmbito do QREN.

### 3.5.2 Financiamento Reembolsável

O Plano de Financiamento do PMEES prevê o recurso a financiamento reembolsável, concretizado na figura de empréstimos de médio e longo prazo, contraídos com o BEI e o BDCE no valor total de 1.150.000 milhares de euros.

Os empréstimos contratados com o BEI no montante de 900.000 milhares de euros, foram desembolsados e usados na totalidade. O empréstimo contratado com o BDCE, no total de 250.000 milhares de euros, foi desembolsado em 180.000 milhares de euros<sup>14</sup>.

Foi ainda contratado um empréstimo de médio e longo prazo à DGTF, no valor de 90.000 milhares de euros, totalmente utilizado em 2012 na amortização das contas caucionadas que foram revogadas nesse exercício. O plano de amortização deste empréstimo prevê a contração de novos empréstimos para fazer face aos seus reembolsos, sendo no final a dívida incorporada no capital da Empresa.

Assim, em 2016, foi desembolsado um novo empréstimo no valor de 22.500 milhares de euros, destinado a regularizar as duas amortizações do empréstimo, que se venciam em 2016.

Finalmente, em março e outubro de 2016 e conforme previsto no orçamento da Parque Escolar, foram contraídos dois empréstimos à DGTF nos montantes de 30.089 milhares de euros e 32.521 milhares de euros respetivamente, para fazer face ao pagamento do serviço da dívida dos empréstimos do BEI e do BDCE, dado o atraso na outorga e obtenção de visto do Tribunal de Contas à Segunda Revisão do Contrato Programa e a consequente impossibilidade de recebimento da Remuneração, em particular da sua *Componente de Investimento*.

Após a obtenção do visto em 13 de outubro, a Empresa recebeu ainda no exercício uma parte significativa da remuneração, pelo que liquidou em 30 de dezembro os empréstimos contratados com a DGTF.

### 3.6 Cash Flow

A tabela 32 apresenta a evolução, decomposição e variação do *Cash Flow*. Em 2016 o *Cash Flow* apresentou uma variação positiva no valor de 112.937 milhares de euros face ao ano anterior, relativamente à qual se identificam de seguida os principais desvios.

<sup>14</sup> Relativamente a este financiamento, foi concedida a possibilidade de aumento do prazo de utilização de 7 para 10 anos, ao abrigo da Lei n.º112/97, na sequência da publicação da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017). Neste contexto, deliberou o Conselho de Administração da Parque Escolar, a 21 de fevereiro de 2017, solicitar ao Conselho de Administração do BDCE, a extensão do prazo de utilização do empréstimo, no montante por desembolsar de 70.000 milhares, até 30 de junho de 2020.



O *Cash Flow da Atividade Operacional* apresentou um desvio negativo decorrente do facto de a Parque Escolar não ter faturado a totalidade da Componente de Manutenção da Remuneração do Contrato Programa prevista para 2016. Conforme explicitado nas secções 2.1 e 3.3, o atraso na conclusão do processo conducente à Segunda Revisão do Contrato Programa e os constrangimentos de ordem orçamental e na obtenção de Portarias de Extensão de Encargos necessárias ara a adjudicação de certos serviços de conservação e manutenção, impossibilitaram a empresa de prestar a totalidade desses serviços. Assim a Parque Escolar procedeu à revisão da faturação da Componente de Manutenção tendo em conta a valorização dos serviços efetivamente prestados às escolas.

A variação positiva do *Cash Flow de Investimento* resulta em 2016, da diminuição dos pagamentos associados à atividade de *Investimento*, traduzindo as dificuldades associadas ao processo de relançamento das empreitadas, bem como, a morosidade na obtenção das autorizações indispensáveis para o lançamento e adjudicação dos concursos públicos, nomeadamente, as Portarias de Extensão de Encargos e o visto do Tribunal de Contas.

Por outro lado, a antecipação da execução do Investimento, nos últimos meses de 2015, de forma a garantir a conclusão das intervenções das escolas cofinanciadas, cuja data limite para elegibilidade da despesa ao abrigo do quadro comunitário 2007-2013 era de 31 de dezembro de 2015, refletiu-se negativamente nos pagamentos associados ao investimento no primeiro semestre de 2016.

A disponibilização do *Fundo de Reserva* no montante de 9.988 milhares de euros, em agosto de 2016, para reforço da receita de funcionamento, no âmbito do Plano de Contingência para a Tesouraria, gerou um aumento das disponibilidades que veio reforçar a variação positiva do *Cash Flow de Investimento* (ver secção 2.4).

Em 2016, o vencimento das amortizações de capital dos empréstimos contratados com o BEI e com o BDCE constituíram um esforço financeiro considerável que foi parcialmente compensado pelo desembolso da tranche do empréstimo contraído ao BDCE no valor de 30.000 milhares de euros, refletindo-se numa variação positiva do *Cash Flow de Financiamento* face ao ano 2015. Cumulativamente, a diminuição das taxas de juro em virtude do comportamento descendente da Euribor permitiu uma redução dos encargos financeiros que se refletiu positivamente no *Cash Flow de Financiamento*.

A Empresa recebeu e liquidou no exercício dois empréstimos com a DGTF nos montantes de 30.089 milhares de euros e 32.521 milhares de euros e suportou os respetivos juros, o que resultou numa variação negativa do *Cash Flow de Financiamento*.

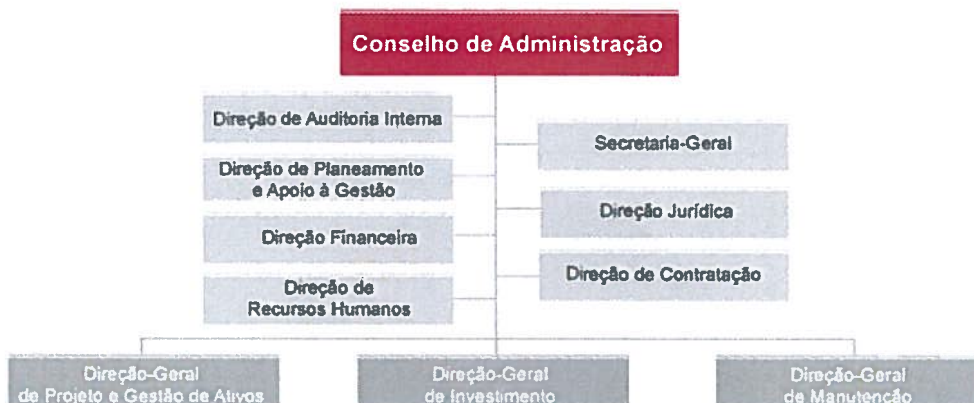
**Tabela 32 – Evolução do Cash Flow**

	Unid.: milhares de euros		
	2016	2015	Variação
<b>Cash Flow Operacional</b>	<b>55 674</b>	<b>64 076</b>	<b>(8 402)</b>
Recebimentos respeitantes a Investimento	48 451	43 603	4 848
Pagamentos respeitantes a Investimento	(37 640)	(123 490)	85 850
<b>Cash Flow Investimento</b>	<b>10 810</b>	<b>(79 887)</b>	<b>90 698</b>
<b>Cash Flow Financiamento</b>	<b>(36 904)</b>	<b>(67 545)</b>	<b>30 642</b>
<b>VARIAÇÃO CASH FLOW</b>	<b>29 581</b>	<b>(83 356)</b>	<b>112 937</b>

## 4. RECURSOS HUMANOS

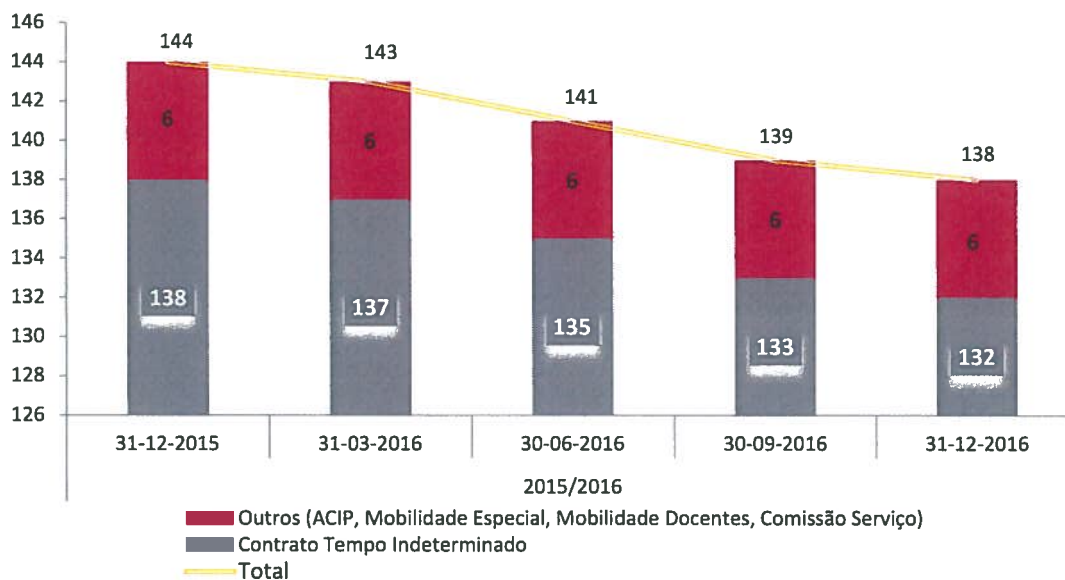
A figura 12 mostra o organograma da Empresa em 31 de dezembro de 2016:

Figura 12 – Organograma da Empresa



A Parque Escolar iniciou o ano de 2016 com 144 trabalhadores, sendo que, a 31 de dezembro o número total de trabalhadores era de 138, dos quais 96% com contrato por tempo indeterminado e 4% por acordo de cedência de interesse público.

Figura 13 – Evolução do Número de Trabalhadores por Tipo de Contrato em 2016

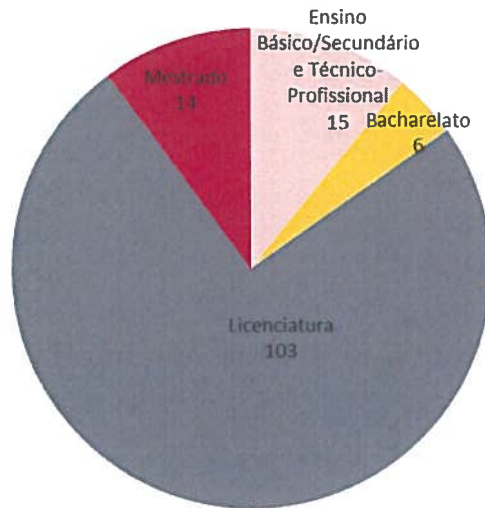


*[Assinatura manuscrita]*

#### 4.1 Distribuição de Trabalhadores por Nível de Qualificações

Dado que a estrutura orgânica da empresa se manteve relativamente estável no biénio 2015-2016, manteve-se o elevado nível de qualificação dos recursos humanos da Parque Escolar, tendo em conta que, 89% dos trabalhadores têm formação de nível superior.

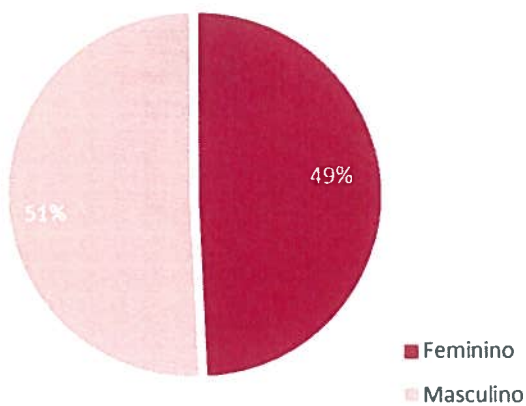
**Figura 14 – Distribuição de Trabalhadores por Nível de Habilitações a 31 de dezembro de 2016**



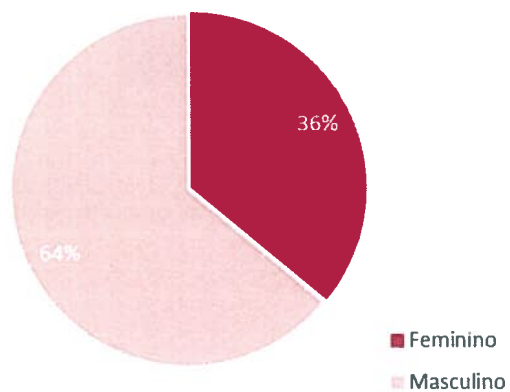
#### 4.2 Distribuição de Trabalhadores por Género

No que respeita à distribuição por género, os recursos humanos da Parque Escolar estão equitativamente distribuídos. O sexo feminino representa 49% do total e 36% dos quadros dirigentes.

**Figura 15 – Total de Trabalhadores**



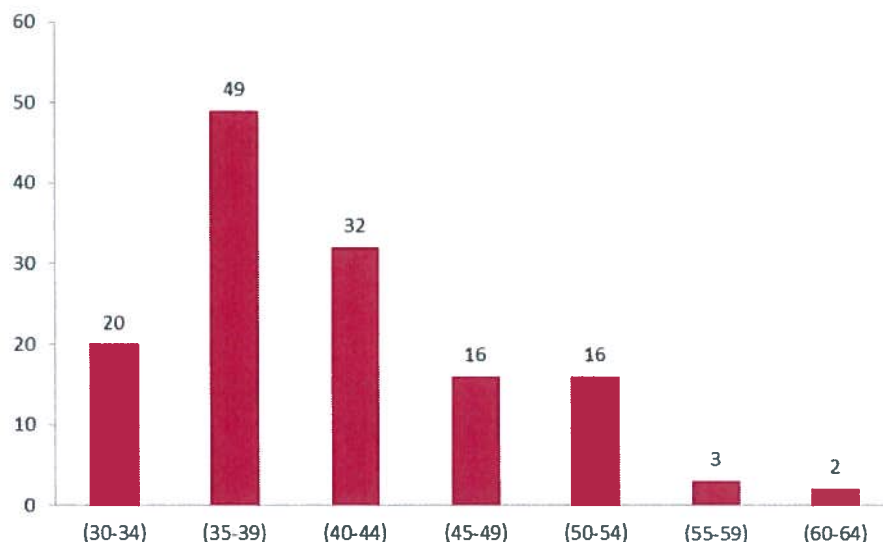
**Figura 16 – Total de Dirigentes**



### 4.3 Estrutura Etária

A idade média dos trabalhadores da Parque Escolar é de 41 anos, sendo que cerca de 59% tem entre 35 a 44 anos.

Figura 17 – Distribuição por Faixa Etária



### 4.4 Carreiras e Remunerações

Quanto aos níveis e categorias profissionais e respetivos posicionamentos remuneratórios, durante o ano de 2016 foi cumprido o disposto na Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

### 4.5 Formação

Durante o ano de 2016, o número total de horas de formação ascendeu a 1.015, representando 89 horas de formação interna e 926 horas de formação externa. Face ao ano 2015, o número de horas de formação registou uma variação positiva de 10,5%, sendo que, do total de horas de formação ministradas, 9% dizem respeito a horas de formação interna.

## 5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Parque Escolar, de acordo com as disposições em vigor, propõe:

- ✓ Em relação à aplicação do *Resultado Líquido* apurado nas *Demonstrações Financeiras* relativas ao exercício de 2016, no montante positivo de 24.889.815,13 euros (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quinze euros e treze cêntimos), que seja transferido 19.911.852,10 € para *Resultados Transitados* e 4.977.963,03 € para constituição de *Reserva Legal*.

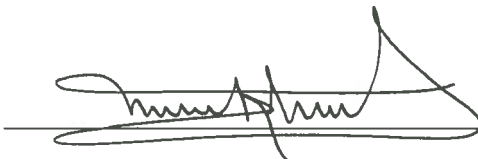
Lisboa, 29 de Março de 2017

### O Conselho de Administração



Luís Manuel Flores de Carvalho

(Presidente)



Filipe António Alves da Silva

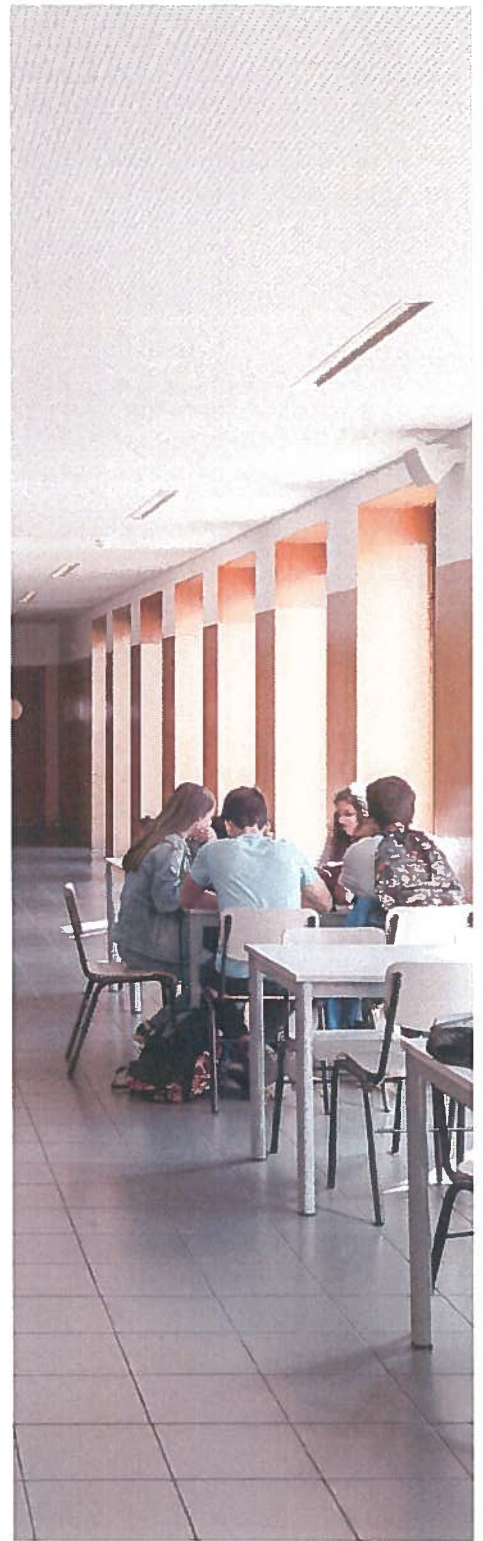
(Vogal)



Montezuma Boaventura Guimarães Dumangane

(Vogal)





# 04

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Handwritten signatures and initials.*

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*



# 04\_DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 4.1 BALANÇO

Tabela 33 – Balanço

Unid: milhares de euros

RUBRICA	NOTA	2016	2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	278	274
Propriedades de investimento	8	2.076.656	1.945.736
Investimento em curso	7	86.132	254.263
Ativos intangíveis	9	3	4
Outros ativos financeiros	10	-	9.988
Ativos por impostos diferidos	20	3.490	6.764
		<b>2.166.559</b>	<b>2.217.029</b>
<b>Corrente</b>			
Cientes	11	34.429	3.626
Estado e outros entes públicos	12	319	286
Outras contas a receber	13	23.395	51.637
Diferimentos	14	531	647
Caixa e depósitos bancários	4	73.933	44.352
		<b>132.607</b>	<b>100.548</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.299.166</b>	<b>2.317.576</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO &amp; PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	15	91.343	91.343
Reservas legais	16	1.386	-
Resultados transitados	16	(100.070)	(92.365)
Outras variações no capital próprio	17	860.603	844.693
Resultado líquido do período		24.890	6.931
<b>Total do capital próprio</b>		<b>878.151</b>	<b>850.602</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Não corrente</b>			
Provisões	18	46.916	62.130
Financiamentos obtidos	19	933.522	1.020.989
Passivos por impostos diferidos	20	249.852	245.233
		<b>1.230.290</b>	<b>1.328.352</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores	21	738	1.351
Estado e outros entes públicos	12	3.141	4.270
Financiamentos obtidos	19	139.967	65.191
Fornecedores de investimento	22	6.620	9.529
Outras contas a pagar	23	7.061	31.070
Diferimentos	14	33.197	27.210
		<b>190.724</b>	<b>138.621</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.421.015</b>	<b>1.466.973</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>2.299.166</b>	<b>2.317.576</b>

O Contabilista Certificado n.º 73.752

Ana Rita Franca Lobo

O Conselho de Administração  
 Luís Manuel Flores de Carvalho  
 António José  
 Matilde Probst de Sousa  
 Parque Escolar | RELATÓRIO E CONTAS | 2016

## 4.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Tabela 34 – Demonstração dos Resultados por Natureza

Unid: milhares de euros				
RUBRICA	NOTA	2016	2015	
Serviços prestados	24	89.412	93.310	
Trabalhos para a própria entidade	25	577	1.043	
Fornecimentos e serviços externos	26	(12.143)	(12.505)	
Gastos com pessoal	27	(6.469)	(6.591)	
Imparidade de dívidas a receber	11,13	4.063	(6.088)	
Provisões	18	1.969	(7.659)	
Outros rendimentos e ganhos	28	36.711	33.514	
Outros gastos e perdas	29	(1.323)	(196)	
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>112.795</b>	<b>94.827</b>	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7,8	(59.573)	(60.652)	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	7	(7)	-	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>53.214</b>	<b>34.175</b>	
Juros e rendimentos similares obtidos	30	13	10	
Juros e gastos similares suportados	30	(23.293)	(27.243)	
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>29.934</b>	<b>6.941</b>	
Imposto sobre o rendimento do período	20,31	(5.044)	(10)	
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>24.890</b>	<b>6.931</b>	

O Contabilista Certificado n.º 73.752

Ana Rita Franca Lobo

O Conselho de Administração

Luis Manuel Flores de Carvalho

Margarida Mariana Almeida Almeida

## 4.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Tabela 35 – Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Unid: milhares de euros

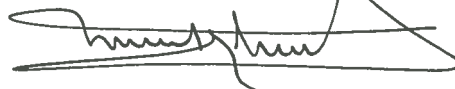
DESCRIÇÃO	NOTA	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
Posição no início do período de 2015		91.343	-	(75.468)	833.321	(21.561)	827.635
<b>Alterações no período</b>							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	4.857	(3.301)	-	1.556
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	(21.754)	14.673	21.561	14.480
				(16.897)	11.372	21.561	16.036
Resultado líquido do período		-	-	-	-	6.931	6.931
<b>Resultado integral</b>		<b>91.343</b>	<b>-</b>	<b>(92.365)</b>	<b>844.693</b>	<b>6.931</b>	<b>850.602</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>							
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2015	15 a 17	91.343	-	(92.365)	844.693	6.931	850.602
<b>Alterações no período</b>							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-
Alterações políticas/estimativas contabilísticas		-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	2	(4.619)	-	(4.617)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	1.386	(7.707)	20.528	(6.931)	7.276
		-	1.386	(7.705)	15.910	(6.931)	2.659
Resultado líquido do período		-	-	-	-	24.890	24.890
<b>Resultado integral</b>		<b>91.343</b>	<b>1.386</b>	<b>(100.070)</b>	<b>860.603</b>	<b>24.890</b>	<b>878.151</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>							
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2016	15 a 17	91.343	1.386	(100.070)	860.603	24.890	878.151

O Contabilista Certificado n.º 73.752

Ana Rita França Lobo

O Conselho de Administração

Luis Manuel Flores de Carvalho



Marta Maria Bravura Almeida



## 4.4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Tabela 36 – Demonstração de Fluxos de Caixa

Unid: milhares de euros				
RUBRICA	NOTA	2016	2015	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>				
Recebimentos de clientes		101.446	113.392	
Pagamentos a fornecedores		(15.001)	(17.468)	
Pagamentos ao pessoal		(3.228)	(3.308)	
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>83.217</u>	<u>92.616</u>	
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(3.168)	(67)	
Outros recebimentos/pagamentos		(24.375)	(28.472)	
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]</i>		<u>55.674</u>	<u>64.076</u>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>				
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>				
Ativos fixos tangíveis		(2)	(4)	
Propriedades de investimento		-	-	
Investimento em curso		(37.639)	(116.640)	
Ativos fixos intangíveis		-	(6)	
Investimentos financeiros		-	(6.841)	
<i>Recebimentos provenientes de:</i>				
Ativos fixos tangíveis		-	-	
Ativos fixos intangíveis		-	-	
Investimentos financeiros		9.988	-	
Outros ativos		-	-	
Subsídios ao investimento		38.462	43.602	
Juros e rendimentos similares		-	1	
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]</i>		<u>10.810</u>	<u>(79.887)</u>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>				
<i>Recebimentos provenientes de:</i>				
Financiamentos obtidos		114.483	22.500	
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>				
Financiamentos obtidos		(127.174)	(61.680)	
Juros e gastos similares		(22.951)	(26.845)	
Outras operações de financiamento		(1.261)	(1.520)	
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]</i>		<u>(36.904)</u>	<u>(67.545)</u>	
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		<u>29.581</u>	<u>(83.356)</u>	
Efeitos das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		44.352	127.708	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<u>73.933</u>	<u>44.352</u>	

O Contabilista Certificado n.º 73.752

Ana Rita França Lobo

O Conselho de Administração  
 Luís Manuel Flores de Carvalho  
 António Almeida  
 António Almeida  
 Parque Escolar | RELATÓRIO E CONTAS | 2016

## 4.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Introdução

A Parque Escolar E.P.E. (também referida neste documento como “Parque Escolar”, “PE” ou “Empresa”), foi constituída pelo Decreto – Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2009, de 2 de abril, sendo-lhe atribuída a natureza de pessoa coletiva de direito empresarial, sujeita à tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação e tendo como objeto o planeamento, a gestão, o desenvolvimento e a execução do Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário (doravante também designado por “Programa” ou “PMEES”), aprovado pela resolução do Conselho de Ministros nº1/2007, de 3 de janeiro. O Contrato Programa celebrado entre o Estado Português e a PE em 14 de outubro de 2009 e revisto em 6 de dezembro de 2012 e em 1 de julho de 2016, na sequência do primeiro Contrato Programa celebrado em 29 de setembro de 2007, regula as obrigações das partes na concretização do Programa.

Estas *Demonstrações Financeiras* foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 29 de março de 2017. É opinião do Conselho de Administração que estas *Demonstrações Financeiras* refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Parque Escolar, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Estas *Demonstrações Financeiras* foram preparadas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2011 ou emitidas e adotadas antecipadamente a essa mesma data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (“NCRF”) 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

No exercício de 2016, não foram adotadas pela Comissão de Normalização Contabilística novas normas ou interpretações.

A preparação das *Demonstrações Financeiras*, em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Parque Escolar, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. No entanto, é convicção do Conselho de Administração que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as *Demonstrações Financeiras* são apresentadas na nota designada 3.20.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As *Demonstrações Financeiras* da Parque Escolar, relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2016, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, mantidos de acordo com a legislação em vigor.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das *Demonstrações Financeiras* são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

#### 3.1 CONVERSÃO CAMBIAL

i) Moeda funcional e de apresentação

As *Demonstrações Financeiras* da Parque Escolar e respetivas notas deste anexo são apresentadas em milhares de euros, salvo indicação explícita em contrário, que coincide com a moeda do ambiente económico em que a Empresa opera (moeda funcional).

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações, bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na *Demonstração de Resultados*, na rubrica de *Gastos de Financiamento*, se relacionadas com empréstimos ou em *Outros Ganhos ou Perdas Operacionais*, para todos os outros saldos/transações.

No período em causa, não se verificaram transações em moedas diferentes do euro.

#### 3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os *Ativos Tangíveis* encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

**Tabela 37 – Vidas Úteis dos Ativos Fixos Tangíveis**

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 15 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 4 a 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 10 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 10 a 20 anos

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na *Demonstração de Resultados*.

### 3.3 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As *Propriedades de Investimento* correspondem a imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas e remunerações dos serviços prestados ao abrigo do Contrato Programa, sendo constituído pelas escolas que integram o PMEES e os edifícios não escolares (de valorização patrimonial). As *Propriedades de Investimento* foram valorizadas de acordo com o *modelo de custo depreciado*.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este se encontre na sua condição de utilização.

A Empresa optou por não reconhecer, como parte do custo de construção do ativo, os gastos incorridos com empréstimos, uma vez que os mesmos serão, nos termos do Contrato Programa celebrado com o Estado Português, debitados às escolas na componente de remuneração de investimento.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida do balanço.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com a desmontagem, desmantelamento ou remoção de ativos, quando se traduzam em montantes significativos, serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de forma plena. A sua imputação é realizada de forma sistemática, utilizando o método das quotas constantes, durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo e o desgaste natural esperado.

As vidas úteis estimadas para as *Propriedades de Investimento* são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções - Escolas	
Estaleiro, trabalhos preparatórios, demolições, movimentos de terras, arranjos exteriores, estruturas, paredes, elementos de cantaria, carpintaria, serralharia, materiais plásticos e instalações e equipamentos de telecomunicações	50 anos
Revestimentos e acabamentos, instalações e equipamentos de águas e elétricos e elevadores	40 anos
Isolamentos e impermeabilizações, vidros e espelhos, instalações e equipamentos de AVACs, gás, segurança integrada e GTC	30 anos
Pinturas e Diversos	15 anos
Edifícios e outras construções - Outros Edifícios	50 anos
Equipamento básico	Entre 5 a 30 anos
Rendas e Alugueres de faseamento	1 ano

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor das *Propriedades de Investimento* são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso.

De acordo com o normativo contabilístico adotado, e no que se refere especificamente ao critério de valorização de acordo com o *modelo do custo depreciado*, é requerida a divulgação do justo valor das *Propriedades de Investimento* nas *Demonstrações Financeiras*.

O justo valor dos terrenos e edifícios é determinado por peritos avaliadores externos, que se baseiam na estimativa do custo de reposição. (ver notas 3.5 e 8.2)

### 3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os *Ativos Intangíveis* adquiridos separadamente refletem, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreendem:

- O preço de compra, incluindo os custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Parque Escolar valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – *Ativos Intangíveis*, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os *Ativos Intangíveis* com vida útil definida são, portanto, amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Os *Ativos Intangíveis* da Empresa são constituídos na sua totalidade por programas de computador e as amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes por um período de 3 anos.



### 3.5 IMPARIDADE DE ATIVOS

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas *Demonstrações Financeiras* não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e, se for esse o caso, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

As avaliações são efetuadas por peritos independentes registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e baseiam-se no método do custo depreciado, sendo que a estimativa do valor não tem necessariamente correspondência direta com custos de obras, empreitadas ou remodelações que tenham sido efetuadas, uma vez que se trata de uma aproximação a um custo provável.

Com referência a 31 de dezembro de 2016, foram realizadas avaliações aos seguintes edifícios escolares e não escolares:

- 7 edifícios que fizeram parte do aumento de capital de 2008 e constavam do anexo II do Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro;
- 22 edifícios que constam do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Educação, de 2 de dezembro de 2010;
- 75 edifícios que constam do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência, de 5 de novembro de 2013;
- 39 edifícios que constam do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência, de 1 de outubro de 2015;
- 6 edifícios não escolares adquiridos à Estamo nos anos de 2010 e 2011.

### 3.6 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os *Outros Ativos Financeiros* correspondem ao depósito bancário efetuado pela Empresa, relativamente ao montante diferido da componente de conservação e manutenção da remuneração na parte que respeita à Grande Manutenção e Manutenção Funcional.

No exercício de 2015 procedeu-se ao reforço deste depósito nos termos da proposta do Conselho de Administração de reforço do *Fundo de Reserva* constituído, após aprovação pelas Tutelas do Relatório de Gestão e as Contas de 2012.

Em agosto de 2016, a Empresa viu-se na contingência de utilizar a totalidade deste depósito para garantir o normal desenvolvimento da atividade de funcionamento no âmbito do PMEES e de conservação e

manutenção das escolas. As restrições impostas pelas cativações efetuadas ao seu orçamento e o elevado risco decorrente do eventual não recebimento das receitas previstas relativas à remuneração do Contrato Programa de 2016, que a esta data aguardava o visto do Tribunal de Contas, colocavam a Empresa numa situação deficitária ao nível da sua tesouraria.

### **3.7 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER E FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR**

As rubricas de *Clientes* e *Outras Contas a Receber* constituem direitos a receber pela prestação de serviços ou outros débitos no decurso normal da atividade da Parque Escolar. Estes direitos são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas com base na avaliação das perdas associadas a ativos de cobrança duvidosa na data do balanço, para que reflitam o seu valor recuperável líquido, sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração de resultados, em ajustamento de contas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

As contas a pagar, incluídas nas rubricas de *Fornecedores* e *Fornecedores de Investimento* e *Outras Contas a Pagar* que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito da atualização financeira é considerado imaterial.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### **3.8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses.

### **3.9 CAPITAL SOCIAL**

O capital social é totalmente detido pelo Estado Português, sendo que foi realizado em numerário o montante de 1.400.000 euros e os restantes 89.942.805,50 euros resultam da transferência de sete escolas secundárias do Estado Português para o património da Parque Escolar, em conformidade com o previsto no Decreto – Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2009, de 2 de abril.

### 3.10 SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A Parque Escolar reconhece os subsídios do Governo, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor na base do seu recebimento, uma vez que não existe uma certeza razoável de que o subsídio será efetivamente atribuído até ser recebido.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de *Capital Próprio, Outras Variações de Capital*, sendo subseqüentemente creditados na *Demonstração de Resultados* numa base *pro rata* da depreciação dos ativos a que estão associados. Adicionalmente, e uma vez que os subsídios atribuídos à entidade não traduzem um aumento do capital próprio absoluto, já que são sujeitos a tributação, a quantia contratualizada com a entidade gera a necessidade de reconhecimento do efeito fiscal associado, pelo que a Parque Escolar reconheceu o respetivo passivo por imposto diferido.

### 3.11 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os *Financiamento Obtidos* são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e de montagem incorridos. Os financiamentos são subseqüentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na *Demonstração de Resultados* ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os *Financiamento Obtidos* são classificados no *Passivo Corrente*, exceto se a Parque Escolar possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

### 3.12 PROVISÕES

As *Provisões* são reconhecidas quando: i) a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para essa obrigação é mais provável que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Parque Escolar divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As *Provisões* são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### 3.13 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas *Demonstrações Financeiras*, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios

económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

### 3.14 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O *Imposto sobre Rendimento* do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na *Demonstração de Resultados*, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas *Demonstrações Financeiras*.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos *Impostos Diferidos Ativos* ou na data do pagamento dos *Impostos Diferidos Passivos*. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporárias tributáveis são consideradas na *Demonstração de Resultados*.

Os *Impostos Diferidos Ativos* são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os *Impostos Diferidos Passivos* são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

### 3.15 LOCAÇÕES

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais a Parque Escolar detenha substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, são classificadas como *Locações Financeiras*. São igualmente classificadas como *Locações Financeiras* os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como *Locações Operacionais*.

As *Locações Financeiras* são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na *Demonstração de Resultados*, no período a que dizem respeito.

Os *Ativos Tangíveis* adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação, quando a Parque Escolar não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na *Demonstração de Resultados* numa base linear, durante o período da locação.

### 3.16 GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, caso se qualifiquem como tal.

### 3.17 RÉDITO

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da Empresa.

Uma vez que os serviços prestados são desempenhados por um número indeterminado de atos durante o período, o rédito é reconhecido numa base de linha reta, exceto quando um ato específico seja muito mais significativo do que quaisquer outros atos. Neste caso, o reconhecimento do rédito é adiado até que o ato significativo seja executado.

O rédito reconhecido contabilisticamente relativo ao Contrato Programa inclui:

- A faturação às escolas que se encontravam em operação no final do período, incluindo a componente de manutenção (apurada de acordo com a área disponibilizada, considerando o custo mensal por m<sup>2</sup> que é definido no Contrato Programa) e de investimento (juros, comissões e amortizações de capital pagas no período);
- O diferimento da grande manutenção e manutenção funcional ainda não efetuada (cujo rédito apenas será reconhecido quando ocorrer a despesa relacionada);
- O acréscimo de proveitos de encargos financeiros do período a faturar na componente de investimento no período seguinte (o rédito é reconhecido em simultâneo com o gasto, mas apenas é faturado no exercício em que o encargo financeiro é pago).

### 3.18 COMPENSAÇÃO DE SALDOS E TRANSAÇÕES

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos, não são compensados salvo se tal for exigido ou permitido pelas NCRF.

### 3.19 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas *Demonstrações Financeiras* da Parque Escolar são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de



Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

### 3.19.1 PROVISÕES

A Parque Escolar analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de *Provisões* anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Os montantes relativos aos processos judiciais em curso foram revistos e registada a reversão/dotação necessárias em resultado da análise efetuada. Foram, ainda, constituídas *Provisões* para os processos judiciais interpostos no exercício corrente.

### 3.19.2 ATIVOS TANGÍVEIS, INTANGÍVEIS, PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na *Demonstração de Resultados* de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e atividade em questão.

Adicionalmente, para efeitos de divulgação, o cálculo do justo valor das *Propriedades de Investimento* à data da transição foi efetuado de acordo com a natureza de cada ativo. A Parque Escolar considerou, na determinação do justo valor, as avaliações independentes que foram efetuadas por avaliadores certificados relativamente aos terrenos das escolas e aos outros terrenos e edifícios por ela detidos.

### 3.19.3 IMPARIDADE

A determinação de uma eventual *Perda por Imparidade* pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

Conforme é referido na nota 3.5, no caso dos edifícios registados em *Propriedade de Investimento* foram realizadas atualizações das avaliações, não tendo sido reconhecida qualquer imparidade.

Em 2016, o montante da *Perda por Imparidade* de clientes foi reavaliada tendo-se procedido ao seu reforço. Relativamente aos outros devedores foi revista neste exercício a perda por imparidade constituída em 2015, tendo-se procedido à sua redução.

#### **3.19.4 SERVIÇOS PRESTADOS**

O rédito da Parque Escolar é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade. Porém, quando surja uma incerteza acerca da cobrança de uma quantia já incluída no rédito, esta é reconhecida como gasto, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Conforme é referido na nota 3.17, o rédito relativo à componente de manutenção da remuneração prevista no Contrato Programa é diferido na parte que respeita à grande manutenção e manutenção funcional.

#### **3.20 EVENTOS SUBSEQUENTES**

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas *Demonstrações Financeiras*. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados nas notas às *Demonstrações Financeiras*.

### **4. Fluxos de Caixa**

#### **4.1 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NÃO DISPONÍVEIS PARA USO**

No 1º trimestre de 2015 foi efetuada uma penhora eletrónica na conta à ordem sediada na banca comercial, nomeadamente no Banco Português de Investimento (BPI), no montante de 55 milhares de euros, tendo por base a execução de um acórdão arbitral, na sequência do qual a Parque Escolar intentou uma ação de anulação do referido acórdão, que correu termos no Tribunal Central Administrativo do Sul, tendo sido cancelada em maio de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 a Parque Escolar não possui saldos de caixa ou equivalentes de caixa com restrições de utilização.

#### **4.2 DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa apresentava a seguinte decomposição:

**Tabela 38 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
Caixa	-	-
Depósitos Bancários	73.933	44.352
Aplicações de Tesouraria	-	-
	<b>73.933</b>	<b>44.352</b>

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No exercício de 2016, a Empresa procedeu à regularização do seu capital próprio pela necessidade de corrigir erros e insuficiências nas estimativas contabilísticas. Estas correções na rubrica de *Resultados Transitados* de 2016 teriam os seguintes impactos nas *Demonstrações Financeiras* comparativas:

**Tabela 39 – Resultados Transitados**

	Unid: milhares de euros	
	Resultado do Exercício	Resultados Transitados
Depreciações Prop. Investimento	2.321	4.029
Reconhecimento de subsídios	(260)	483
Gastos escolas suspensas	(536)	(16.164)
Imposto Municipal s/ Imóveis	(1.165)	(1.961)
Ativos por Impostos Diferidos	2	-
	<b>362</b>	<b>(13.613)</b>

- Depreciações de *Propriedades de Investimento*: excesso de depreciação dos equipamentos básicos (mobiliário e equipamento informático) das escolas;
- Reconhecimento de subsídios:
  - i. Correção do reconhecimento de subsídios ao investimento pela regularização do valor de *Top-Up* recebido em 2013 e 2014 no montante de 1.182 milhares de euros em *Resultados Transitados*;
  - ii. Correção do reconhecimento de subsídios ao investimento pela correção da depreciação do equipamento básico das *Propriedades de Investimento*, no montante de 260 milhares de euros no resultado do exercício e 699 milhares de euros em *Resultados Transitados*;
- Gastos escolas suspensas: reconhecimento como gasto o valor do investimento das escolas que não fazem parte do PMEES, conforme consta da Segunda Revisão do Contrato Programa (ver nota 7);

- Imposto Municipal s/ Imóveis: em 2016, a Empresa liquidou IMI relativo aos anos de 2011 a 2015 pela entrega fora de prazo dos pedidos de isenção das escolas da fase 2 que constam do Despacho Conjunto n.º 14546/2013, de 5 de novembro (ver nota 29);
- *Ativos por Impostos Diferidos*: diz respeito à imparidade de ativos constituída em 2012.

## 6. Ativos Fixos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

**Tabela 40 – Ativos Fixos Tangíveis**

Unid: milhares de euros

	Terrenos	Edif. e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Total
<b>1 de janeiro de 2015</b>						
Valor bruto	-	145	223	1.057	28	1.452
Depreciações acumuladas	-	(35)	(182)	(860)	(24)	(1.100)
<b>Valor líquido</b>	-	<b>110</b>	<b>41</b>	<b>197</b>	<b>4</b>	<b>353</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>						
Adições	-	-	2	2	1	5
Transferências e abates	-	-	-	(4)	-	(4)
Depreciação - exercício	-	(8)	(11)	(63)	(2)	(83)
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	4	-	4
<b>Valor líquido</b>	-	<b>102</b>	<b>33</b>	<b>136</b>	<b>3</b>	<b>274</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>						
Valor bruto	-	145	225	1.055	29	1.454
Depreciações acumuladas	-	(43)	(193)	(919)	(26)	(1.181)
<b>Valor líquido</b>	-	<b>102</b>	<b>32</b>	<b>136</b>	<b>3</b>	<b>274</b>
<b>1 de janeiro de 2016</b>						
Valor bruto	-	145	225	1.055	29	1.454
Depreciações acumuladas	-	(43)	(193)	(919)	(26)	(1.181)
<b>Valor líquido</b>	-	<b>102</b>	<b>32</b>	<b>136</b>	<b>3</b>	<b>274</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>						
Adições	-	-	25	78	-	103
Transferências e abates	-	-	(44)	-	-	(44)
Depreciação - exercício	-	(6)	(9)	(67)	(2)	(84)
Depreciação -transf. e abates	-	-	29	-	-	29
<b>Valor líquido</b>	-	<b>96</b>	<b>33</b>	<b>147</b>	<b>1</b>	<b>278</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>						
Valor bruto	-	145	206	1.133	29	1.513
Depreciações acumuladas	-	(49)	(173)	(986)	(28)	(1.236)
<b>Valor líquido</b>	-	<b>96</b>	<b>33</b>	<b>147</b>	<b>1</b>	<b>278</b>

## 7. Investimento em Curso

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os movimentos registados em *Investimento em Curso* foram os seguintes:

**Tabela 41 – Investimento em Curso**

	Unid: milhares de euros
	<b>Investimento Curso</b>
<b>1 de janeiro de 2015</b>	<b>317.357</b>
Adições	108.605
Diminuições	-
Transferências	(171.360)
Outras transferências	-
Imparidade acumulada	(338)
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>254.263</b>
Adições	33.474
Diminuições	(18)
Outras transferências	(16.632)
Transferências P. Investimento	(184.949)
Imparidade exercício	(7)
<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>86.132</b>

Os movimentos registados nesta rubrica dizem respeito ao investimento realizado nas escolas que fazem parte do Programa e nos edifícios não escolares (valorização patrimonial) os quais são transferidos para *Propriedades de Investimento* na data de início da sua utilização.

Em 2014 a Empresa reclassificou o montante anteriormente registado na rubrica de inventário relativo ao mobiliário e equipamento informático das escolas em curso para a rubrica de *Investimento em Curso*. Face à incerteza quanto às condições em que esses bens se encontram, foi mantida a perda por imparidade em montante idêntico ao da aquisição dos bens.

A Adenda ao Contrato Programa celebrado entre a PE e o Estado Português assinada em 1 de julho de 2016 e que obteve visto do Tribunal de Contas em 13 de outubro, inclui nos seus considerandos a menção à suspensão do investimento nas 39 escolas suspensas da fase 3, conforme indicação do Senhor Ministro da Educação e Ciência em agosto de 2011, referindo a retificação do número de escolas abrangidas pelo PMEES, que passam a ser 173 infraestruturas escolares.

Assim, a Empresa procedeu à anulação dos valores considerados em *Investimento em Curso* afetando o *Resultado Líquido do Exercício* em 53 milhares de euros e o *Resultado Transitado* em 16.700 milhares de euros.



## 7.1 DETALHE DOS INVESTIMENTOS EM CURSO

A rubrica *Investimentos em Curso* apresenta os seguintes movimentos durante os exercícios de 2016 e 2015:

Tabela 42 – Detalhe do Investimento em Curso

Fase	Unid. milhares de euros								
	1 janeiro 2015	Adições	Transf. P. Investimento	31 dezembro 2015	Adições	Diminuições	Outras Transferências	Transf. P. Investimento	31 dezembro 2016
Programa Modernização	315.805	104.996	(171.360)	249.440	38.190	(18)	(16.631)	(185.014)	85.967
Fase 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fase 1	-	11	(11)	-	280	-	22	(301)	-
Fase 2	23.995	2.957	67	27.019	232	-	(583)	(22)	26.646
Fase 3	290.442	101.982	(171.416)	221.014	37.627	(8)	(15.355)	(184.691)	58.586
Outras	654	45	-	695	29	-	(724)	-	-
Novas intervenções	-	-	-	-	32	-	-	-	32
Armazém Geral	712	-	-	712	(10)	(10)	10	-	702
Valorização Patrimonial	-	-	-	-	(65)	-	-	65	-
Autos & Faturas em Conferência	1.553	3.609	-	5.161	(4.651)	-	-	-	510
Total	317.358	108.605	(171.360)	254.601	33.474	(18)	(16.632)	(184.949)	86.477

O saldo em 31 de dezembro de 2016 relativo a autos e faturas em conferência, reflete o montante de investimento efetuado nas escolas que se encontram em obra para o qual não foi recebida fatura ou a mesma se encontra em conferência.

O montante refletido no armazém geral diz respeito ao mobiliário e equipamento informático em armazém em 31 de dezembro de 2016.

As novas intervenções englobam a reabilitação dos seguintes edifícios escolares:

- Conservatório de Música e Dança de Lisboa;
- Escola Secundária de Camões;
- Escola Básica Integrada com Jardim de Infância do Parque das Nações.

As transferências de *Investimento em Curso* para *Propriedades de Investimento* ocorridas em 2016 e 2015 referem-se ao investimento nas escolas que passaram para a fase de operação.

## 7.2 AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CURSO

Dado que não foram identificados indícios de imparidade nos edifícios registados na rubrica de *Investimento em Curso*, não foram realizadas avaliações a estes ativos.

## 8. Propriedades de Investimento

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos registados em *Propriedades de Investimento* foram os seguintes:

**Tabela 43 – Propriedades de Investimento**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
<b>1 de janeiro</b>		
Valor Bruto	2.256.837	2.084.972
Depreciações Acumuladas	(311.101)	(250.536)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.945.736</b>	<b>1.834.436</b>
Adições	-	511
Alienações	-	-
Diminuições	(942)	(5)
Transferências	184.949	171.360
Depreciações	(53.088)	(60.567)
<b>Valor líquido</b>	<b>2.076.656</b>	<b>1.945.736</b>
<b>31 de dezembro</b>		
Valor Bruto	2.440.845	2.256.837
Depreciações Acumuladas	(364.189)	(311.101)
<b>Valor líquido</b>	<b>2.076.656</b>	<b>1.945.736</b>

As *Propriedades de Investimento* correspondem: (i) aos terrenos e edifícios escolares intervencionados pela Parque Escolar no âmbito do PMEES ao abrigo do Contrato Programa e; (ii) a outros edifícios não escolares que se destinam ao arrendamento.

Em 2016, a Empresa foi reembolsada do Imposto Municipal s/ Transmissões relativo ao Edifício sito na Avenida Infante Santo, n.º 2, pelo reconhecimento da isenção, no montante de 890 milhares de euros.

O remanescente das diminuições do exercício diz respeito à anulação do montante transferido de *Investimento em Curso* relativo a rendas e alugueres de faseamento das escolas suspensas que deixaram de integrar o PMEES, conforme descrito na nota 7.

### 8.1 DETALHE DAS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe das *Propriedades de Investimento* e os *Rendimentos e Gastos Operacionais* diretos associados foram os seguintes:

**Tabela 44 – Detalhe das Propriedades de Investimento, Rendimentos e Gastos Operacionais diretos**

Edifício	Prop. de Investimento		Rendimentos		Gastos Operacionais		Unid: milhares de euros	
	Valor Líquido						Valor Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Programa de Modernização</b>	<b>1.975.551</b>	<b>1.841.912</b>	<b>18.955</b>	<b>22.156</b>	<b>13.305</b>	<b>8.988</b>	<b>5.768</b>	<b>13.177</b>
Fase 0	83.309	84.561	681	652	413	349	268	304
Fase 1	297.227	302.568	3.605	3.567	1.846	1.746	1.758	1.821
Fase 2	816.608	840.275	11.124	11.044	9.419	5.067	1.705	5.976
Fase 3	778.409	614.508	3.545	6.893	1.625	1.826	2.037	5.076
Valorização Patrimonial	101.104	103.824	6.151	6.355	888	825	5.264	5.530
	<b>2.076.656</b>	<b>1.945.736</b>	<b>25.106</b>	<b>28.510</b>	<b>14.192</b>	<b>9.813</b>	<b>11.031</b>	<b>18.707</b>

Os rendimentos incluem, no caso do Programa de Modernização, a componente de manutenção da remuneração debitada às escolas deduzida da parte relativa à grande manutenção e manutenção funcional, cujo reconhecimento do réditó é diferido para o momento da ocorrência do gasto correspondente.

Os rendimentos dos edifícios afetos à valorização patrimonial incluem as rendas cobradas ao abrigo dos contratos de arrendamento em vigor.

Os *Gastos Operacionais* incluem os gastos com a manutenção dos edifícios, mobiliário e TIC's, gastos correntes e gastos de estrutura, e ainda gastos indiretos afetos à fase de operação.

## 8.2 AVALIAÇÃO DAS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Com referência a 31 de dezembro de 2016, a avaliação das *Propriedades de Investimento* foi efetuada por dois peritos avaliadores independentes, registados na CMVM. As avaliações incidiram sobre a totalidade dos edifícios de valorização patrimonial bem como sobre as escolas que constam do aumento do capital estatutário de 2008 e dos despachos conjuntos de 2010, 2013 e 2015 para aumento do capital estatutário da empresa através da transmissão dos imóveis do domínio privado do Estado para o património próprio da Parque Escolar.

Conforme é referido na nota 3.5, foi utilizado o *Método do Custo* (critério baseado no princípio da substituição – determinação do custo atual de reposição ou substituição de uma construção, depreciando-a em função do seu estado atual).

Das avaliações efetuadas aos edifícios e terrenos registados em *Propriedades de Investimento* verificam-se diferenças negativas entre o valor líquido contabilístico e a média aritmética do valor das avaliações nas seguintes *Propriedades de Investimento*:

**Tabela 45 – Avaliação das Propriedades de Investimento**

Descrição	Unid: milhares de euros				
	Terreno	Edifício	Avaliação		Diferença
		Valor Líquido	Terreno	Edifício	
D. JOÃO DE CASTRO	12.263	13.505	5.314	13.398	(7.057)
PASSOS MANUEL	13.142	29.431	5.900	16.358	(20.316)
PEDRO NUNES	16.985	19.132	4.464	14.606	(17.047)
MACHADO DE CASTRO	11.804	17.809	4.304	15.963	(9.346)
EDIFÍCIO INFANTE SANTO	3.422	9.713	1.582	10.182	(1.371)

## 9. Ativos Intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se ao *software* adquirido para suporte das atividades da Empresa. A evolução registada para os períodos apresentados (2016 e 2015) é como segue:

**Tabela 46 – Ativos Intangíveis**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
<b>1 de janeiro</b>		
Valor Bruto	384	384
Depreciações Acumuladas	(380)	(379)
<b>Valor líquido</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Adições	-	5
Transferências	-	(5)
Depreciações	(1)	(1)
<b>Valor líquido</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
<b>31 de dezembro</b>		
Valor Bruto	384	384
Depreciações Acumuladas	(381)	(380)
<b>Valor líquido</b>	<b>3</b>	<b>4</b>

## 10. Outros Ativos Financeiros

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos registados em *Outros Ativos Financeiros* foram como segue:

**Tabela 47 – Outros Ativos Financeiros**

	Unid: milhares de euros
	Investimentos Financeiros
<b>1 de janeiro de 2015</b>	<b>9.988</b>
Adições	-
Transferências	-
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>9.988</b>
Adições	
Diminuições	(9.988)
Transferências	-
<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>-</b>

A rubrica *Outros Ativos Financeiros* corresponde ao depósito bancário efetuado pela Empresa relativamente ao montante diferido da remuneração de manutenção na parte que respeita à Grande Manutenção e Manutenção Funcional nos anos de 2010, 2011 e 1º semestre de 2012.

Em 2015 foi realizado o reforço da Reserva de Grande Manutenção e Manutenção Funcional referente ao 2º semestre de 2011 e 1º semestre de 2012, no montante de 3.764 milhares de euros e 3.076 milhares de euros, respetivamente. Este reforço decorre da aprovação pelas Tutelas em setembro de 2014, dos Relatórios e Contas de 2011 e 2012 e respetivas propostas de aplicação de resultados.

Em agosto de 2016 a Empresa utilizou a globalidade do depósito conforme descrito na nota 3.6.

## 11. Clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a decomposição da rubrica *Clientes* é como se segue:

**Tabela 48 – Clientes**

	Unid: milhares de euros					
	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes	34.429	-	<b>34.429</b>	3.626	-	<b>3.626</b>
Clientes de cobrança duvidosa	190	-	<b>190</b>	128	-	<b>128</b>
	<b>34.619</b>	-	<b>34.618</b>	<b>3.754</b>	-	<b>3.754</b>
Ajustamento de clientes	(190)	-	<b>(190)</b>	(128)	-	<b>(128)</b>
	<b>34.429</b>	-	<b>34.429</b>	<b>3.626</b>	-	<b>3.626</b>

Na rubrica *Clientes* encontram-se registados os saldos a receber das escolas (34.597 milhares de euros), decorrentes da faturação da remuneração do Contrato Programa relativa ao ano de 2016, no montante de 34.407 milhares de euros e 190 milhares de euros de períodos anteriores. O valor em dívida relativo a 2016 foi recebido no decorrer do 1º trimestre de 2017.

A rubrica de *Clientes* inclui ainda 22 milhares de euros de rendas dos edifícios de valorização patrimonial.

A 31 de dezembro de 2016, a rubrica de *Clientes* apresenta a seguinte antiguidade:

**Tabela 49 – Antiguidade de saldos de Clientes**

	Unid: milhares de euros					Total
	Não Vencido	Até 60 dias	De 60 a 90 dias	De 90 a 120 dias	Mais de 120 dias	
Programa Modernização	-	34.407	-	-	190	34.597
Valorização Património	-	22	-	-	-	22
	-	34.429	-	-	190	34.619

Em 2015, a Empresa reconheceu perdas por imparidade da globalidade dos saldos com antiguidade superior a 120 dias, dos quais 127 milhares de euros dizem respeito a parte da remuneração de manutenção de quatro escolas e 1 milhar de euros a aluguer do espaço de uma escola.

Em 2016, a Empresa cobrou uma parte da dívida relativa à remuneração de manutenção, tendo por isso revertido a perda por imparidade respetiva.

Por outro lado, duas outras escolas não liquidaram a totalidade da remuneração de manutenção relativa aos 3º e 4º trimestre de 2015, tendo-se efetuado o registo da perda por imparidade desses valores.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos registados em ajustamentos de *Clientes* foram como segue:

**Tabela 50 – Ajustamentos de Clientes**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
1 de janeiro	(128)	(46)
Aumentos	(68)	(82)
Utilizações	-	-
Reduções	6	-
31 de dezembro	(190)	(128)



## 12. Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos referentes às rubricas de *Estado e Outros Entes Públicos* são como segue:

**Tabela 51 – Estado e Outros Entes Públicos**

	Unid: milhares de euros			
	2016		2015	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento	-	166	28	1.591
Retenções de impostos s/ rendimentos	-	105	-	98
Imposto s/ valor acrescentado	319	-	257	2.448
Contribuições p/ segurança social	-	132	-	133
Imposto municipal s/ imóveis	-	2.739	-	-
<b>Total</b>	<b>319</b>	<b>3.141</b>	<b>286</b>	<b>4.270</b>

Para os períodos apresentados, o saldo da rubrica *Imposto sobre o Rendimento* tem a seguinte decomposição:

**Tabela 52 – Imposto sobre o Rendimento**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
Pagamento Especial por Conta	70	330
Pagamento por Conta	1.528	-
Retenções na fonte	5	2
Estimativa de IRC	(1.768)	(1.916)
IRC a receber	-	22
<b>Total Imposto s/ rendimento</b>	<b>(166)</b>	<b>(1.563)</b>

O montante de 2.739 milhares de euros correspondem ao imposto municipal sobre imóveis (IMI) estimado relativo a 2016 a liquidar em 2017 para os edifícios em que o pedido de isenção de IMI foi entregue fora de prazo.

## 13. Outras Contas a Receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a decomposição da rubrica *Outras Contas a Receber* é como segue:

**Tabela 53 – Outras Contas a Receber**

	Unid: milhares de euros					
	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acréscimo de rendimentos	14.304	-	14.304	28.865	-	28.865
Outros devedores	10.972	-	10.972	28.777	-	28.777
Ajustamento	(1.881)	-	(1.881)	(6.006)	-	(6.006)
	<b>23.395</b>	<b>-</b>	<b>23.395</b>	<b>51.637</b>	<b>-</b>	<b>51.637</b>

O *Acréscimo de Rendimentos* refere-se a encargos financeiros suportados em 2016 a debitar às escolas em 2017, nos termos do Contrato Programa celebrado com o Estado Português, no montante de 4.675 milhares de euros e à componente de investimento relativa ao segundo semestre de 2012 não faturada às escolas, no montante de 9.629 milhares de euros.

A rubrica *Outros Devedores* refere-se essencialmente à contrapartida do saldo devedor de *Fornecedores de Investimento* relativo a multas contratuais aplicadas essencialmente em 2012 e 2013, e que à data de balanço se encontram por descontar.

Face à incerteza quanto à cobrabilidade de parte deste valor foi reconhecido em 2015, um *Ajustamento para Outros Devedores*. Em 2016 a Empresa reajustou o valor face aos montantes recebidos ao longo do exercício.

Assim, durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos registados em *Ajustamentos de Outros Devedores* foram como segue:

**Tabela 54 – Ajustamentos de Outros Devedores**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
<b>1 de janeiro</b>	<b>(6.006)</b>	-
Aumentos	(461)	(6.006)
Utilizações	-	-
Reduções	4.586	-
<b>31 de dezembro</b>	<b>(1.881)</b>	<b>(6.006)</b>

## 14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa apresenta na rubrica *Diferimentos* os seguintes saldos:

**Tabela 55 – Diferimentos**

	Unid: milhares de euros			
	2016		2015	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Manutenção Equipamento Informático	-	-	1	-
Seguros	531	-	646	-
Contrato Programa	-	31.476	-	26.519
Outros Proveitos Diferidos	-	1.721	-	691
	<b>531</b>	<b>33.197</b>	<b>647</b>	<b>27.210</b>

O saldo devedor da rubrica de seguros engloba o gasto a reconhecer em 2017 relativo aos seguros do património e dos trabalhadores da Parque Escolar para os quais o prémio foi liquidado no presente exercício.

O rédito a reconhecer relativo ao Contrato Programa diz respeito à parte da componente de manutenção que visa assegurar a grande manutenção e manutenção funcional, no momento em que estas venham a ocorrer.

A rubrica outros proveitos diferidos identifica os montantes recebidos de indemnizações de seguros patrimoniais e execuções de garantias bancárias a reconhecer no momento de concretização do respetivo gasto.

## 15. Capital

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Parque Escolar encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

No art.º 4º do Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro, é estabelecido que a Parque Escolar terá inicialmente um capital estatutário de 1.400.000,00 euros, detido pelo Estado e realizado em numerário. Este montante foi recebido em Maio de 2007.

No ano de 2008, o capital estatutário da Parque Escolar foi acrescido no montante de 89.942.805,50 euros por transferência de bens do domínio privado do Estado, constantes no anexo II do Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro. O valor atribuído aos bens resultou da média aritmética de duas avaliações efetuadas por entidades independentes, deduzido do valor do investimento realizado até à data de referência das avaliações.

## 16. Reservas e Resultados Transitados

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

**Tabela 56 – Reservas e Resultados Transitados**

	Unid: milhares de euros			
	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Total
<b>1 de janeiro de 2015</b>	-	-	(75.468)	(75.468)
Aplicação do resultado do exercício	-	-	(21.561)	(21.561)
Distribuição	-	-	-	-
Outros movimentos	-	-	5	5
<b>31 de dezembro de 2015</b>	-	-	(92.365)	(92.365)
Aplicação do resultado do exercício	1.386	-	5.545	6.932
Distribuição	-	-	-	-
Outros movimentos	-	-	(13.250)	(13.250)
<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>1</b>	-	<b>(100.070)</b>	<b>(98.683)</b>

O detalhe dos outros movimentos ocorridos em *Resultados Transitados* encontra-se detalhado na nota 5.

## 17. Outras variações no Capital Próprio

A rubrica Outras Variações no Capital Próprio refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

**Tabela 57 – Outras Variações no Capital Próprio**

	Unid: milhares de euros		
	Subsídios	Imposto Diferido (subsídios)	Total
<b>1 de Janeiro de 2015</b>	<b>1.075.253</b>	<b>(241.932)</b>	<b>833.321</b>
Adições	44.962	(10.117)	34.846
Diminuições	-	6.815	6.815
	<b>1.120.216</b>	<b>(245.234)</b>	<b>874.982</b>
Regularização por resultados	(30.289)	-	(30.289)
<b>31 de Dezembro de 2015</b>	<b>1.089.927</b>	<b>(245.234)</b>	<b>844.693</b>
Adições	38.462	(8.654)	29.809
Regularizações	18.502	(4.163)	14.340
Diminuições	-	8.198	8.198
	<b>1.146.891</b>	<b>(249.853)</b>	<b>897.040</b>
Regularização por resultados	(36.213)	-	(36.213)
Regularizações por resultados transitados	(223)	-	(223)
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	<b>1.110.455</b>	<b>(249.853)</b>	<b>860.603</b>

Os subsídios ao investimento recebidos durante o exercício de 2016 provêm dos seguintes programas de financiamento comunitário:

- ON.2 (QREN 2007-2013) relativo ao investimento realizado na Escola de Hotelaria e Turismo do Porto, no montante de 367 milhares de euros, ficando formalmente encerrado o processo da operação;
- POVT (QREN 2007-2013) relativo ao investimento realizado em 114 escolas, no montante de 38.095 milhares de euros.

A regularização no montante de 18.502 milhares de euros diz respeito ao reconhecimento no *Capital Próprio* dos valores recebidos através do mecanismo de *Top-Up*, isto é, montantes recebidos entre 2013 e 2014 por conta de candidaturas recebidas). O reconhecimento desta regularização do reconhecimento do subsídio foi registado na rubrica de *Resultados Transitados*, conforme descrito na nota 5.

## 18. Provisões para riscos e encargos

A evolução das *Provisões para Riscos e Encargos* é como segue:

**Tabela 58 – Provisões para Riscos e Encargos**

	Unid: milhares de euros			
	Processos Judiciais	Impostos	Outras	Total
<b>1 de janeiro de 2015</b>	<b>72.865</b>	-	<b>2.855</b>	<b>75.720</b>
Dotação	26.341	-	1.857	<b>28.198</b>
Reversão	(18.578)		(1.960)	<b>(20.537)</b>
	7.763	-	(103)	<b>7.659</b>
Utilização	(20.925)	-	(324)	<b>(21.249)</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>59.702</b>	-	<b>2.428</b>	<b>62.130</b>
Dotação	11.609	-	3	<b>11.612</b>
Reversão	(12.860)	-	(722)	<b>(13.581)</b>
	(1.250)	-	(719)	<b>(1.969)</b>
Utilização	(12.996)	-	(248)	<b>(13.245)</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>45.455</b>	-	<b>1.461</b>	<b>46.916</b>
Saldo Corrente	45.455	-	1.461	<b>46.916</b>
Saldo Não corrente	-	-	-	-
	<b>45.455</b>	-	<b>1.461</b>	<b>46.916</b>

As *Provisões* registadas em 2016 dizem respeito: a processos judiciais em curso; ao montante apurado de juros de mora a liquidar aos fornecedores para os quais o prazo de pagamento definido contratualmente foi ultrapassado e; ao juros compensatórios resultantes do IMI de anos anteriores que a Empresa espera vir a

liquidar pela entrega fora de prazo dos respetivos pedidos de isenção. Não obstante os pagamentos deste imposto, a Empresa tem exercido o seu direito a contestar judicialmente essa cobrança.

Os processos judiciais em curso dizem respeito na sua maioria a litígios com empreiteiros decorrentes de incumprimento de prazos contratuais na execução das obras.

## 19. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos de empréstimos são os seguintes:

**Tabela 59 – Empréstimos**

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	139.967	933.522	1.073.489	65.191	1.020.989	1.086.180
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
	<b>139.967</b>	<b>933.522</b>	<b>1.073.489</b>	<b>65.191</b>	<b>1.020.989</b>	<b>1.086.180</b>

No final do exercício de 2016, a Empresa fruí das seguintes linhas de crédito contratadas:

**Tabela 60 – Linhas de Crédito contratadas**

Entidade	Prazo	Valor		Taxa de Juro	Garantias
		Negociado	Utilizado		
<b>Não Corrente</b>					
BE	20 anos	300.000	300.000		Aval do Estado Português
1º pedido de desembolso			130.000	variável	Eur 6M + 0,403%
2º pedido de desembolso			100.000	variável	Eur 6M + 0,452%
3º pedido de desembolso			70.000	variável	Eur 6M + 0,358%
BE	20 anos	600.000	600.000		Aval do Estado Português
1º pedido de desembolso			100.000	fixa	2,036%
2º pedido de desembolso			150.000	fixa	1,894%
3º pedido de desembolso			300.000	fixa	3,727%
4º pedido de desembolso			50.000	variável	Eur 6M + 1,413%
CEB	19,5 anos	250.000	180.000		Aval do Estado Português
1º pedido de desembolso			50.000	variável	Eur 6M + 0,49%
2º pedido de desembolso			100.000	fixa	4,102%
3º pedido de desembolso			30.000	variável	Eur 6M + 0,29%
DGTF		90.000	90.000		
1º desembolso	5 anos e 5 meses		90.000	fixa	2,780%
DGTF		22.500	22.500		
1º desembolso	3 anos e 6 meses		11.250	fixa	1,950%
2º desembolso	3 anos		11.250	fixa	1,040%
DGTF		22.500	22.500		
1º desembolso	2 anos e 6 meses		11.250	fixa	0,480%
2º desembolso	2 anos		11.250	fixa	0,168%
DGTF		22.500	22.500		
1º desembolso	1 ano e 6 meses		11.250	fixa	0,260%
2º desembolso	1 ano		11.250	fixa	0,250%
<b>Total</b>		<b>1.307.500</b>	<b>1.237.500</b>		



A maturidade dos empréstimos bancários é a seguinte:

**Tabela 61 – Maturidade dos Empréstimos Bancários**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
Até 1 ano	139.967	65.191
Entre 2 a 5 anos	199.926	267.427
Superior a 5 anos	733.596	753.562
	<b>1.073.489</b>	<b>1.086.180</b>

## 20. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos reconhecidos relativamente a *Impostos Diferidos* são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de *Impostos Diferidos*, ocorrido nos períodos apresentados, foi como se segue:

**Tabela 62 – Impostos Diferidos**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
Imposto diferido ativo	3.490	6.764
Imposto diferido passivo	(249.852)	(245.233)
	<b>(246.362)</b>	<b>(238.469)</b>
Demonstração de Resultados		
Imposto diferido	3.275	(1.907)
Imposto corrente	1.768	1.916
	<b>5.044</b>	<b>10</b>

Em 2016, a Empresa apresenta lucro tributável no valor de 15.236 milhares de euros relativamente aos quais registou o respetivo *Imposto Diferido Ativo* por existirem certezas, a esta data, quanto à sua recuperação no período de 5 anos para o prejuízo fiscal gerado em 2013 e no período de 12 anos para o gerado em 2014.

Os prejuízos fiscais reportáveis são os seguintes:

### Tabela 63 – Prejuízos Fiscais

Unid: milhares de euros

	2016
Prejuízos fiscais reportáveis:	
Ano 2013	2.633
Ano 2014	9.832
	<b>12.465</b>

Foram ainda reconhecidos os *Impostos Diferidos Ativos* para outras diferenças temporais, tais como, as perdas por imparidade de *Cientes, Outros Devedores e Ativos* e a provisão para juros de mora.

## 21. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica *Fornecedores* é como se segue:

### Tabela 64 – Fornecedores

Unid: milhares de euros

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores c/c	723	-	723	1.346	-	1.346
Fornecedores - cauções	15	-	15	5	-	5
	<b>738</b>	-	<b>738</b>	<b>1.351</b>	-	<b>1.351</b>

O saldo desta rubrica reflete, na sua maioria, os custos com fornecimentos e serviços externos.

A 31 de dezembro de 2016, a rubrica de *Fornecedores* apresenta a seguinte antiguidade:

### Tabela 65 – Antiguidade de saldos de Fornecedores

Unid: milhares de euros

	Não Vencido	Até 60 dias	De 60 a 90 dias	De 90 a 120 dias	Mais de 120 dias	Total
Fornecedores c/c	356	270	-	-	111	738
	<b>356</b>	<b>270</b>	-	-	<b>111</b>	<b>738</b>

## 22. Fornecedores de Investimento

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica de *Fornecedores de Investimento* é o seguinte:

**Tabela 66 – Fornecedores de Investimento**

	Unid: milhares de euros					
	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Forn. investimento c/c	1.561	-	1.561	1.579	-	1.579
Forn. investimento - estimativas	-	-	-	13	-	13
Forn. investimento - cauções	5.059	-	5.059	7.937	-	7.937
<b>Total</b>	<b>6.620</b>	<b>-</b>	<b>6.620</b>	<b>9.529</b>	<b>-</b>	<b>9.529</b>

A 31 de dezembro de 2016, a rubrica de *Fornecedores de Investimento c/c* apresenta a seguinte antiguidade:

**Tabela 67 – Antiguidade de saldos de Fornecedores de Investimento**

	Unid: milhares de euros					
	Não Vencido	Até 60 dias	De 60 a 90 dias	De 90 a 120 dias	Mais de 120 dias	Total
Fornecedores investimento	980	2	-	-	579	1.561
<b>Total</b>	<b>980</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>579</b>	<b>1.561</b>

O saldo vencido há mais de 120 dias diz respeito a faturas retidas por motivos imputáveis ao credor.

Na rubrica *Fornecedores de Investimento – cauções*, registam-se os saldos relativos às retenções efetuadas como garantia da boa execução das obras de construção e manutenção das escolas, nos casos em que o adjudicatário não entrega uma garantia bancária, tal como previsto no contrato de empreitada e no Decreto-Lei n.º 18/2008. O montante desta rubrica reflete o valor retido nas faturas.

Os saldos mais significativos da rubrica de *Fornecedores de Investimento* em 31 de dezembro de 2016 correspondem aos seguintes adjudicatários:

**Tabela 68 – Fornecedores de Investimento**

Fornecedor	Unid: milhares de euros				
	C/C	Trab. aprovados e estimativas	Cauções	Total	
Lúcio da Silva Azevedo e Filhos, SA	895	-	47	942	
FDO Construções	560	-	53	613	
Ferreira Construção, Alberto Couto Alves - Eng ACE	-	-	542	542	
Outros	106	-	4.417	4.523	
<b>Total</b>	<b>1.561</b>	<b>-</b>	<b>5.059</b>	<b>6.620</b>	

## 23. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica de *Outras Contas a Pagar* é como segue:

**Tabela 69 – Outras Contas a Pagar**

	Unid: milhares de euros					
	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Outros Credores</b>						
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
<b>Credores por Acréscimos</b>						
Férias e subsídio de férias	890	-	890	900	-	900
Juros a liquidar	4.879	-	4.879	5.429	-	5.429
Seguros a Liquidar	-	-	-	-	-	-
FEDER	-	-	0	13	-	13
IFDR, IP / Top Up - Norte 2020	-	-	0	18.490	-	18.490
Indemnizações a liquidar	242	-	242	151	-	151
Outros acréscimos de custos	959	-	959	5.982	-	5.982
Outros	91	-	91	105	-	105
<b>Total</b>	<b>7.061</b>	<b>-</b>	<b>7.061</b>	<b>31.070</b>	<b>-</b>	<b>31.070</b>

- Férias e subsídios de férias: o saldo desta rubrica reflete o valor a pagar aos funcionários da Empresa em 2017 relativo a férias e subsídio de férias.
- Juros a liquidar: esta rubrica reflete o valor a pagar em 2017 de encargos financeiros dos financiamentos de médio e longo prazo, como segue:

**Tabela 70 – Juros a pagar**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
DGTF	111	170
BEI e CEB	4.768	5.258
	<b>4.879</b>	<b>5.429</b>

- Indemnizações a liquidar: o saldo desta rubrica refere-se às indemnizações a pagar no caso de decisão desfavorável à Empresa no âmbito dos processos judiciais movidos por ex-colaboradores.
- Outros acréscimos de custos: esta rubrica reflete o valor estimado de gastos com investimento nas escolas em obra no montante de 703 milhares de euros e gastos com *Fornecimentos e Serviços Externos* no montante de 256 milhares de euros relativos a 2016, cuja fatura não foi recebida até ao encerramento do exercício.

## 24. Serviços Prestados

O montante de serviços prestados reconhecido na *Demonstração dos Resultados* é detalhado como segue:

**Tabela 71 – Serviços Prestados**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
<b>Contrato Programa Estado Português</b>	<b>82.553</b>	<b>86.222</b>
Remuneração Manutenção	19.052	23.209
Remuneração Investimento	63.501	63.013
<b>Rendas de Valorização Património</b>	<b>6.859</b>	<b>7.059</b>
Turismo de Lisboa	1.540	1.540
Turismo do Porto	519	518
Edif. 24 de Julho	2.312	2.308
Edif. Infante Santo	217	405
Palácio Valadares	6	24
Direções Regionais de Educação	2.264	2.264
<b>Outros</b>	<b>-</b>	<b>28</b>
	<b>89.412</b>	<b>93.310</b>

A Segunda Revisão do Contrato Programa outorgada em 1 de julho de 2016 obteve visto favorável do Tribunal de Contas em 13 de outubro. Esta revisão inclui a regularização da remuneração de investimento do 2º semestre de 2012 dividida em partes iguais pelos 3 anos.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 2/2016 de 1 de janeiro autorizou a realização de despesa no montante total de 340.410.109 euros para o triénio 2016-2018.

O atraso na conclusão do processo conducente à Segunda Revisão do Contrato Programa e as restrições orçamentais decorrentes do atraso na obtenção das autorizações necessárias à adjudicação de serviços no âmbito da atividade de conservação e manutenção nas escolas em operação, traduziu-se na não prestação parcial desses serviços.

Assim, a Empresa ajustou o montante da componente de conservação e manutenção a faturar em 2016 de acordo com os seguintes critérios:

- As 9 escolas disponibilizadas após o 3º trimestre de 2015, não dispuseram de serviços permanentes de manutenção e conservação, ainda que abrangidas pelos seguros patrimoniais e de responsabilidade civil e demais obrigações legais aplicáveis, não foram objeto de qualquer faturação;
- As 104 escolas abrangidas por contratos de CMAE (conservação, manutenção e apoio à exploração) ou por contratos de empreitada, dispuseram dos serviços completos de manutenção e conservação previstos para 2016, pelo que foram objeto de faturação nos termos do Contrato Programa;

- As 49 escolas que dispuseram de serviços permanentes de manutenção e conservação até ao final de março de 2016 e nas quais foram realizadas, após essa data, as intervenções pontuais de manutenção que se mostraram necessárias, para além de estarem abrangidas pelos seguros patrimoniais e de responsabilidade civil e demais obrigações legais, foi aplicada uma redução de 56,51% sobre o valor da remuneração total anual, dedução essa que reflete a valorização dos serviços não usufruídos pelas escolas.

Assim, o rédito do Contrato Programa inclui a faturação às escolas que se encontravam em operação no final do exercício de 2016, o diferimento da grande manutenção e manutenção funcional ainda não efetuada e o acréscimo de rendimentos de encargos financeiros de 2016 a faturar na componente de investimento em 2017 (ver notas 13 e 14).

Em 2016, a remuneração de manutenção, inclui 123 milhares de euros de indemnização recebida, conforme decisão do Tribunal Arbitral, pelo atraso do empreiteiro na disponibilização das Escolas Secundárias de Augusto Gomes, Padrão da Légua e Castelo da Maia.

Esta rubrica abrange ainda as rendas debitadas do edifício sito na Avenida 24 de julho e Infante Santo, as rendas debitadas à Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, Escola de Hotelaria e Turismo do Porto e Palácio Valadares, e também as rendas debitadas às Direções Regionais de Educação do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

## 25. Trabalhos para a própria Empresa

Esta rubrica reflete os gastos com *Fornecimentos e Serviços Externos* e *Gastos com Pessoal* que são capitalizados no investimento.

O montante de *Trabalhos para a Própria Empresa* reconhecido durante os períodos em análise foi como segue:

**Tabela 72 – Trabalhos para a Própria Empresa**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
Custos com Pessoal	531	953
Fornecimentos e Serviços Externos	46	90
	<b>577</b>	<b>1.043</b>

## 26. Fornecimentos e Serviços Externos

A tabela seguinte apresenta a decomposição do valor de *Fornecimentos e Serviços Externos* nos períodos de 2016 e 2015:



**Tabela 73 – Fornecimentos e Serviços Externos**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
Conservação e reparação	8.028	8.143
Rendas e alugueres	1.089	1.296
Seguros	936	965
Trabalhos especializados	776	680
Vigilância e segurança	523	384
Contencioso	262	382
Limpeza, higiene e conforto	111	124
Honorários	92	113
Electricidade	86	85
Comunicação	63	98
Deslocações e estadas	62	74
Combustíveis	41	50
Outros	75	110
	<b>12.143</b>	<b>12.505</b>

A rubrica com maior peso inclui os gastos com a conservação das escolas em fase de operação (165 escolas no final de 2016), bem como dos edifícios não escolares (valorização patrimonial). Apesar do aumento do número de escolas concluídas verifica-se uma diminuição face ao ano transato conforme descrito na nota 24.

A rubrica rendas e alugueres apresenta um valor bastante significativo em resultado do contrato de arrendamento do edifício da Direção Regional de Educação do Norte assinado em 2014, que se encontra subalugado, sendo esta despesa anulada pelo proveito gerado, bem como do aluguer dos monoblocos das escolas com contratos de empreitada resolvidos.

## **27. Gastos com Pessoal**

Os *Gastos com Pessoal*, incorridos durante os períodos de 2016 e 2015, apresentam-se com a seguinte decomposição:

**Tabela 74 – Gastos com Pessoal**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
Remunerações		
Orgãos Sociais	218	208
Pessoal	4.839	4.946
	<b>5.057</b>	<b>5.154</b>
Encargos Sociais		
Prémios de desempenho	-	-
Encargos sobre remunerações	1.156	1.172
Seguros acidentes de trabalho	20	34
Outros	236	231
	<b>1.412</b>	<b>1.437</b>
	<b>6.469</b>	<b>6.591</b>

Nos anos de 2016 e 2015, o número médio de colaboradores da Parque Escolar ascendeu a 144 e 151, respetivamente.

## 28. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica *Outros Rendimentos e Ganhos* é decomposta como segue:

**Tabela 75 – Outros Rendimentos e Ganhos**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
Imputação subsídios p/ investimentos	36.213	30.289
Rendimentos suplementares	399	2.330
Correções de exercícios anteriores	43	828
Descontos de p.p. obtidos	9	8
Outros	46	57
	<b>36.711</b>	<b>33.514</b>

Os subsídios ao investimento são reconhecidos no Capital Próprio, sendo o movimento na rubrica *Imputação Subsídios p/ Investimento* resultado do reconhecimento destes numa base *pro-rata* da depreciação dos ativos a que estão associados.

O saldo da rubrica *Rendimentos Suplementares* apresenta a seguinte decomposição em 2016 e 2015:

**Tabela 76 – Rendimentos Suplementares**

		Unid: milhares de euros	
		2016	2015
Processos de Concurso		16	9
Multas	a)	226	2.254
Outros		157	67
		<b>399</b>	<b>2.330</b>

a) Montante relativo às multas aplicadas aos empreiteiros pelo atraso na execução das obras.

## 29. Outros Gastos e Perdas

O detalhe da rubrica *Outros Gastos e Perdas* é apresentado na tabela seguinte:

**Tabela 77 – Outros Gastos e Perdas**

		Unid: milhares de euros	
		2016	2015
Impostos		802	157
Correções de exercícios anteriores		20	20
Outras Penalidades		470	11
Outros		31	8
		<b>1.323</b>	<b>196</b>

No exercício de 2016, a rubrica de impostos inclui o IVA suportado pela Parque Escolar pela: (i) aplicação do *pro-rata* relativamente aos rendimentos obtidos com os edifícios sitos na Av. 24 de Julho e Av. Infante Santo e sedes dos Serviços Regionais de Educação do Alentejo, Algarve e Centro (17 milhares de euros) e; (ii) afetação real relativamente aos rendimentos obtidos com os edifícios sitos na Av. 24 de julho e Av. Infante Santo, Escolas de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Porto, Palácio Valadares e sedes dos Serviços Regionais de Educação do Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve (107 milhares de euros), para os custos relacionados com a conservação e reparação e outros gastos correntes dos imóveis, uma vez que os contratos em vigor estão enquadrados no art.º 9º do CIVA.

Em 2016, a Empresa liquidou IMI relativo aos edifícios escolares cujos pedidos de isenção, por falta de elementos de identificação das escolas não foram entregues no prazo, tendo sido apresentada a competente reclamação graciosa.

O IMI registado nesta rubrica refere-se ao exercício de 2016 e ascende a 678 milhares de euros. O remanescente do imposto pago no ano por se referir a exercícios anteriores encontra-se refletido na rubrica de *Resultados Transitados*, conforme descrito na nota 5.

Acréscce ainda a esta rubrica o valor do imposto de selo liquidado pelos contratos de arrendamento celebrados no ano.

A rubrica outras penalidades diz respeito a uma indemnização liquidada no âmbito de um processo arbitral para o qual a provisão constituída se mostrou insuficiente.

### 30. Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos *Gastos e Rendimentos Financeiros* dos períodos de 2016 e 2015 é como segue:

**Tabela 78 – Gastos e Rendimentos Financeiros**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
<b>Gastos Financeiros</b>		
Juros e gastos similares financeiros	(23.293)	(27.243)
	<b>(23.293)</b>	<b>(27.243)</b>
<b>Rendimentos Financeiros</b>		
Juros e rendimentos similares obtidos	13	10
	<b>13</b>	<b>10</b>

Os juros suportados pela Empresa dizem respeito, essencialmente, aos juros dos empréstimos contratualizados, assim como outros gastos bancários relacionados com financiamentos que são contabilizados como gasto no período em que ocorrem.

O valor registado em 2016 na rubrica *Juros e Gastos Financeiros* engloba 22.400 milhares de euros relativos a financiamento de longo prazo.

O restante valor diz respeito aos juros de mora liquidados que não se encontravam provisionados.

O saldo da rubrica *Juros e Rendimentos Obtidos*, no montante de 13 mil euros, engloba juros de mora recebidos conforme decisão do Tribunal Arbitral.

### 31. Imposto do período

A decomposição do montante de *Imposto do Período* reconhecido nas *Demonstrações Financeiras* é conforme segue:

**Tabela 79 – Imposto sobre o Rendimento**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
Imposto s/ Rendimento Corrente	(1.768)	(1.916)
Imposto s/ Rendimento Diferido	(3.275)	1.907
<b>Imposto s/ Rendimento</b>	<b>(5.044)</b>	<b>(10)</b>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 22,5%.

A reconciliação do montante de *Imposto do Período* é conforme segue:

**Tabela 80 – Reconciliação do Imposto**

	2016	2015
Resultado antes de imposto	29.934	6.941
Taxa de imposto	22,5%	22,5%
	<b>6.735</b>	<b>1.562</b>
Variações patrimoniais positivas	7.534	-
Variações patrimoniais negativas	(20.785)	(4.857)
Custos não dedutíveis	9.773	14.506
Rendimentos não tributáveis	(6.176)	(9.912)
Derrama	795	870
Tributação autónoma	13	14
	<b>(8.845)</b>	<b>621</b>
Imposto s/ Rendimento Corrente	1.768	1.916
Imposto s/ Rendimento Diferido	3.275	(1.907)
Imposto s/ Rendimento	<b>5.044</b>	<b>10</b>
<b>Taxa Efetiva de Imposto</b>	<b>16,8%</b>	<b>0,1%</b>

A taxa de imposto aplicável na determinação do montante de *Imposto sobre o Rendimento* do período, foi em 2016 e 2015 de:

**Tabela 81 – Taxa de Imposto**

	2016	2015
Taxa de imposto	21,0%	21,0%
Derrama	1,5%	1,5%
	<b>22,5%</b>	<b>22,5%</b>

## 32. Compromissos

Os *Compromissos* assumidos pela Parque Escolar, à data do balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, dividem-se em *Compromissos Contratados* e *Compromissos com Locação Financeira*:

### 32.1 Compromissos contratados

Os *Compromissos Contratados* incluem gastos de investimento das escolas em requalificação, gastos de manutenção e gastos com fornecimentos e serviços externos.

O valor dos *Compromissos Contratados* ainda não executados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

**Tabela 82 – Compromissos contratados**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
Compromissos	133.837	197.220
	<b>133.837</b>	<b>197.220</b>

### 32.2 Compromissos com locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor mínimo das rendas futuras a pagar no âmbito dos contratos de locação operacionais, não canceláveis, são como segue:

**Tabela 83 – Compromissos com Locações Operacionais**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
Até 1 ano	163	163
Entre 1 e 5 anos	110	273
Após 5 anos	-	-
	<b>273</b>	<b>436</b>

Estas rendas referem-se à locação de viaturas ligeiras de passageiros.

## 33. Contingências

As contingências identificadas pela Parque Escolar, à data do balanço do período findo em 31 de dezembro de 2016, apresentam-se nos pontos seguintes.



### 33.1 Passivos contingentes

#### Garantias bancárias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, a Parque Escolar não tem passivos contingentes decorrentes de garantias bancárias prestadas.

#### Auditorias

A Parque Escolar, enquanto entidade do Setor Empresarial do Estado, tem sido sujeita, desde a sua criação, a regulares e normais inspeções e auditorias por parte dos diversos organismos públicos com competência legal para o efeito, nomeadamente o Tribunal de Contas e a Inspeção-Geral de Finanças.

As conclusões das auditorias sobre a atuação da Parque Escolar não resultaram em qualquer ajustamento às suas contas.

No âmbito dos contratos de financiamento de investimento com fundos comunitários, a Parque Escolar tem sido alvo de auditorias/ações de acompanhamento por parte da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (AD&C), Inspeção Geral de Finanças, Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) e Tribunal de Contas.

O ponto de situação destas auditorias é o seguinte:

**Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.** — No conjunto das candidaturas aprovadas no âmbito do QREN 2007-2013, são realizadas anualmente auditorias a amostras selecionadas pela Estrutura de Auditoria Segregada da AD&C, com o intuito de verificar a regularidade e legalidade das despesas certificadas à Comissão Europeia, relacionadas com o cofinanciamento de operações pelo POSEUR.

No início de 2016, a AD&C encetou a 1.ª fase da auditoria em operações n.º 2/2016/POVT-QREN, à Despesa Pública Certificada à CE em 2015, a qual incidiu sobre uma amostra constituída por 3 operações abrangendo 4 escolas secundárias das Fases 2 e 3 do PMEES. Em agosto seguinte, a mesma entidade realizou a 2.ª fase da auditoria a 3 outras operações financiadas.

A auditoria foi concluída, com a notificação, em 6 de outubro último, dos respetivos relatórios finais, não tendo sido identificadas quaisquer situações que configurem irregularidades ou anomalias para efeito de cofinanciamento.

**Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos** — Conforme previsto no Regulamento n.º 1828/2006 da Comissão Europeia, a Autoridade de Gestão do POSEUR deve realizar regularmente ações de acompanhamento às candidaturas aprovadas, com o objetivo de verificar a conformidade da execução do investimento previsto, alvo de financiamento comunitário.

Em 2015, o POSEUR encetou uma ação de acompanhamento, abrangendo a verificação de 7 operações de modernização e requalificação de escolas secundárias da Fase 3 do PMEES.

A metodologia seguida implicou visitas às escolas integradas na amostra definida, bem como a análise da conformidade financeira e jurídica da documentação que integra os respetivos Dossiers de Operação.

No primeiro trimestre de 2016, o POSEUR encetou outra ação de acompanhamento, também abrangendo a verificação de 7 operações de modernização e requalificação de escolas secundárias da Fase 3 do PMEES. A referida ação está atualmente em fase de elaboração, pela Parque Escolar, do respetivo contraditório.

No decurso do segundo trimestre de 2016, foram notificados à Parque Escolar os relatórios finais relativos às operações auditadas, os quais encerravam recomendações para a apresentação, uma vez concluídas as empreitadas, de um conjunto de documentação, bem como de prestação de informação relacionada com os processos de contencioso em curso.

**Tribunal de Contas** — No segundo semestre de 2014, o Tribunal de Contas iniciou uma auditoria à Parque Escolar orientada ao PMEES, com incidência sobre o ano de 2013. Neste âmbito, e de forma que as respetivas conclusões pudessem integrar o Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2013 a emitir pelo Tribunal de Contas, foi produzido um Relatório Intercalar — sobre o qual houve oportunidade da Empresa previamente se pronunciar — de caracterização física e financeira do PMEES e do nível de endividamento da Parque Escolar. Neste relatório, é dirigida uma única recomendação à Parque Escolar, designadamente a elaboração de um relatório específico e autónomo do PMEES com informação detalhada sobre a caracterização física e financeira de cada uma das escolas objeto de intervenção.

Em dezembro último, a Parque Escolar foi notificada do conteúdo do relatório final da auditoria, nos termos do qual, atentas as conclusões formuladas, foram determinadas, pelo Tribunal de Contas à Parque Escolar, as seguintes recomendações:

- a) Diligenciar junto da Tutela no sentido da conversão em capital da Empresa, do empréstimo contraído junto da DGTF em 2012, na atempada celebração das revisões ao Contrato Programa celebrado com o Estado;
- b) Prosseguir na elaboração do relatório de execução do Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário e do relatório de execução do Plano de Contenção de Custos de Investimento e implementar contas correntes das empreitadas;
- c) Dar continuidade aos procedimentos inerentes à responsabilização de projetistas por erros e omissões que lhes sejam imputáveis na elaboração de projetos;
- d) Acautelar a necessidade de, nas situações de discordância entre as propostas dos empreiteiros e os pareceres da fiscalização, quanto ao valor dos trabalhos, ser a mesma documentalmente justificada, de modo a assegurar a transparência e adequada fundamentação das decisões dos responsáveis;
- e) Minimizar a atribuição de eficácia retroativa aos contratos celebrados e apenas quando preenchidos os pressupostos legais;
- f) Circunscrever o recurso a procedimentos de ajuste direto ao abrigo de critérios materiais às situações em que estão reunidos e demonstrados os pressupostos legais;
- g) Exclusão do recurso à equidade como critério de decisão nos processos submetidos a tribunal arbitral.

## Responsabilidades Contingentes – Contencioso

Os processos de contencioso em curso em 2016 foram considerados obrigações presentes e apresentam um risco elevado de virem a corresponder a saídas de recursos, pelo que se encontram registados na rubrica de *Provisões para Riscos e Encargos*.

Os processos de pré-contencioso não foram considerados passíveis de incluir na rubrica de *Provisões para Riscos e Encargos*, uma vez que não é possível à Empresa quantificar os recursos que podem advir desses processos bem como avaliar a probabilidade de ocorrência da saída desse recurso.

Em 2014, a Parque Escolar deu início a um processo de despedimento coletivo, o qual determinou a saída de nove trabalhadores da Empresa. Uma vez que dois desses trabalhadores devolveram a compensação paga e apenas outros dois celebraram acordos de cessação do contrato de trabalho no âmbito do referido processo, poderá vir a ser solicitada a impugnação do despedimento, bem como a reclamação de eventuais créditos laborais. Em 2016, a Empresa apurou o montante da indemnização desde a data da rescisão do contrato até 31 de dezembro de 2016 a liquidar a estes ex-colaboradores caso fossem reintegrados.

## Suspensão de Contratos

Nos casos de suspensão da execução dos contratos de empreitada, não foi considerado o direito ao pagamento de qualquer indemnização ao empreiteiro respetivo. Assim, não existe qualquer passivo contingente decorrente desta situação.

## 33.2 Ativos contingentes

Os artigos 4º e 5º dos estatutos da Parque Escolar preveem que o seu capital estatutário possa ser aumentado ou reduzido por despacho conjunto das tutelas, através de entradas patrimoniais ou mediante incorporação de reservas.

O Despacho Conjunto da Senhora Ministra da Educação e do Senhor Ministro de Estado e das Finanças de 2 de dezembro de 2010, e o Despacho Conjunto n.º 14546/2013 da Senhora Ministra das Finanças e do Senhor Ministro da Educação e Ciência, de 5 de novembro de 2013, aprovaram a lista de respetivamente, 24 e 75 bens imóveis, transmitidos do domínio privado do Estado para o património próprio da Parque Escolar.

A Parque Escolar procedeu às avaliações dos 99 imóveis transferidos pelos Despachos acima mencionados, cujo valor ainda não acresceu ao atual capital estatutário da empresa, estando previsto realizar-se no decorrer do exercício de 2017.



### 34. Informações exigidas por Diplomas Legais

Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, a Parque Escolar confirma não ser devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedora de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.

### 35. Partes relacionadas

Nos termos dos seus estatutos a Parque Escolar é tutelada pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Educação.

Os montantes recebidos do Estado Português, via Orçamento do Estado de 2016 e 2015, foram os seguintes:

**Tabela 84 – Partes Relacionadas**

Origem	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
Contrato Programa	94.438	106.165
Valorização Patrimonial	6.979	7.213
DGTF	85.110	22.500
	<b>186.527</b>	<b>135.878</b>

Em 2016, a Empresa recebeu a Remuneração do Contrato Programa relativa ao 4º trimestre de 2015 no montante de 14.841 milhares de euros. A remuneração de 2016 foi faturada em novembro e foram recebidos ainda no exercício 79.597 milhares de euros. O restante valor foi recebido no 1º trimestre de 2017.

Os montantes relativos ao Contrato Programa considerados em dívida à data de 31 de dezembro de 2016 encontram-se refletidos na rubrica de *Clientes* (vide nota 11).

Em 2012 foi celebrado um contrato de financiamento entre a Parque Escolar e a DGTF, como previsto no Orçamento do Estado retificativo de 2012, no montante de 90 milhões de euros, que teve como objetivo a amortização da totalidade dos financiamentos de curto prazo que aquela mantinha junto da banca comercial.

Em outubro de 2016 foi contraído um novo financiamento com a Direção Geral do Tesouro no montante de 22.500 milhares de euros. Este empréstimo, previsto no Plano de Negócios em vigor, destina-se ao refinanciamento da dívida decorrente das amortizações que se venceram em 2016, relativas ao financiamento celebrado em 2012.

Em 30 de março de 2016 foi contraído um financiamento com a Direção Geral do Tesouro no montante de 30.089 milhares de euros para cumprimento do serviço da dívida, relativo aos empréstimos do BEI e do CEB a vencer em abril, dado que a Segunda Revisão do Contrato Programa se encontrava a aguardar assinatura e envio para visto do Tribunal de Contas, o que impedia o recebimento da remuneração respetiva.

Pelo mesmo motivo, foi contraído um novo financiamento com a Direção Geral do Tesouro em 14 de outubro de 2016 no montante de 32.521 milhares de euros, neste caso, para cumprimento do serviço da dívida relativo aos empréstimos de BEI e do CEB a vencer em outubro.

Com a obtenção do visto do Tribunal de Contas em 13 de outubro de 2016 e o recebimento de parte da remuneração de investimento, a Empresa liquidou em 30 de dezembro os dois empréstimos contraídos.

### 36. Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Parque Escolar é considerado, de acordo com a NCRF 5, como sendo o único elemento “chave” da gestão da Empresa. Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da Parque Escolar foram de, respetivamente, 303 milhares de euros e 275 milhares de euros, conforme tabela abaixo.

**Tabela 85 – Remunerações do Conselho de Administração**

	Unid: milhares de euros	
	2016	2015
Remunerações	218	208
Encargos - Segurança Social	51	33
Benefícios curto-prazo	33	34
	<b>303</b>	<b>275</b>


### 37. Eventos subsequentes

Não existem acontecimentos materialmente relevantes ocorridos após a data do balanço que possam ter impacto nas *Demonstrações Financeiras* apresentadas.

O Contabilista Certificado n.º 73.752

Ara Rita Franca Lobo

O Conselho de Administração

Luis Manuel Gomes de Carvalho  


Marta Maria Prudente Pereira Almeida  


*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*







# 05

CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DAS CONTAS  
E RELATÓRIO E  
PARECER DO  
FISCAL ÚNICO

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*



**05\_CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E  
PARECER DO FISCAL ÚNICO**

Handwritten signature in black ink, consisting of a stylized name and a date '16'.

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*



Maria Fernanda Barreto M. Colaço  
Luis Manuel da Silva Rosa  
Alexandre da Paixão Coelho

Rua Castilho, nº 39 – 9º A  
1250-068 Lisboa  
Telefones 213 552 980  
213 530 665  
Fax 213 533 933  
Email geral@crc-sroc.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PARQUE ESCOLAR, EPE**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 2.299.166 mil euros e um total de capital próprio de 878.151 mil euros, incluindo um resultado líquido de 24.890 mil euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 (i), 1 (iii), 4 e 5 e excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 (ii), 2 e 3, mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PARQUE ESCOLAR, EPE** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a Opinião com Reservas

1. Do exame às demonstrações financeiras da **PARQUE ESCOLAR, EPE** do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, constatamos as seguintes situações relativas ao Investimento:
  - 1.i) A média das avaliações realizadas em 2016, por peritos independentes inscritos na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a 152 infraestruturas escolares e de património próprio adquirido à ESTAMO, SA, registadas em Propriedades de





Investimento e em Investimento em curso por cerca de 1.721.927 mil euros, revelam a existência de: Perdas por imparidade em cinco infra-estruturas escolares e em um edifício de valorização patrimonial, não registadas no Activo e no Capital Próprio no montante de 60.345 mil euros, conforme preconizado na NCRF 12. Acresce às referidas imparidades o valor de investimento em processo de contencioso e gastos inerentes, reconhecidos adequadamente nas demonstrações financeiras, cujo montante não foi prático quantificar.

1.ii) As avaliações efetuadas pelos peritos da CMVM às infraestruturas referidas em 1.(i), pelo método de custo de substituição depreciado, não abrangem a verificação física das empreitadas realizadas, nem das especificidades e materiais contratualizados, pelo que não é possível concluir sobre a eventual existência de imparidades incluídas em Propriedades de Investimento da PARQUE ESCOLAR, EPE em 31 de Dezembro de 2016, resultante da não conformidade de especificidades, materiais e/ou não execução de trabalhos contratualizados.

1.iii) O valor de Terrenos afecto:

- ◆ às infra-estruturas, transmitidas pelo Estado por Despacho Conjunto das Tutelas pendente de publicação desde 2010 e por Despacho nº 14546/2013 de 5 de Novembro de 2013;
- ◆ às restantes infraestruturas escolares concluídas; e
- ◆ a dois edifícios de valorização patrimonial, conforme previsto nos artigos 5º e 5ºA dos Estatutos da Empresa;

no montante total de cerca de 256.121 mil euros, não foi registado no Activo e no Capital Próprio, por o processo de avaliação, registo e posterior integração no capital social estar em curso.

1.iv) O mobiliário escolar e o equipamento informático adquirido pela **PARQUE ESCOLAR, EPE**, afecto às infra-estruturas escolares, não foi objecto de inventariação física, pelo que não podemos concluir, na presente data, sobre a existência de todos os bens e/ou sobre eventuais perdas por imparidade do valor dos bens registados nas demonstrações financeiras, em referência a 31 de Dezembro de 2016.



- 1.v) Não foram ainda objeto de avaliação por peritos independentes, as restantes 23 infraestruturas escolares concluídas registadas em Propriedades de Investimento e 8 infraestruturas escolares registadas em Investimentos em Curso, no montante total de cerca de 393.503 mil euros. Na ausência de avaliações, não dispomos de informação que nos permita concluir sobre eventual existência de perdas por imparidade não reconhecidas nas demonstrações financeiras da **PARQUE ESCOLAR, EPE** em 31 de Dezembro de 2016.
2. Por Ofício nº 2947, de 21 de Dezembro de 2011, do Ministério da Educação e da Ciência, foi dada orientação para suspensão parcial de 23 escolas, das quais foram apenas suspensas 14 escolas, originando gastos adicionais relativos ao aluguer de monoblocos cujo montante total não foi prático quantificar, sendo desconhecido à data o montante de eventuais desvios face aos gastos inicialmente projectados.
3. Desconhecemos se nesta data, foram instaurados processos, no âmbito da investigação em curso pelo Ministério Público, para apuramento de responsabilidades financeiras ou outras, inerentes à contratação e/ou pagamento de empreitadas e fiscalização de obras.
4. Da despesa apresentada ao FEDER de investimento em infraestruturas escolares, encontra-se em situação de “Overbooking”, o montante de cerca de 50.706 mil euros, por estar “condicionado à eventual existência de FEDER disponível para o efeito no POVT,...decorrente das quebras de execução de outras operações financiadas pelo POVT no âmbito do POVT”.
5. Não foi reconstituída a reserva do Fundo de Grande manutenção utilizada em 2016 pelo montante de 9.988 mil euros, pela demora na outorga da 2ª revisão do contrato programa e na obtenção da visto do Tribunal de Contas com impacto nos recebimentos de remuneração de 2016.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos





da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### Ênfases

Sem afectar a opinião expressa acima, chamamos atenção para as seguintes situações:

1. Suprimimos em 2016 as Reservas nºs 8.3 e 8.4 constantes da Certificação Legal de Contas de 2015, por terem disponibilizado relatórios de auditoria, o plano de negócios revisto e por ter sido reconhecido como gasto de exercícios anteriores o valor do investimento realizado em fase de projecto, nas 39 escolas objecto de suspensão em Agosto de 2011, no montante de 16.700 mil euros.
2. Verificámos o cumprimento das orientações das Tutelas da Educação e das Finanças relativamente: (i) à Lei dos Compromissos (Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro e o Decreto-Lei 127/2012); (ii) à reversão da redução remuneratória revista na Lei 159-A/2015, de 30 de Dezembro; (iii) verificámos um aumento de 1% no rácio gastos operacionais/vendas, comparativamente com o exercício anterior, inferior ao aumento de cerca de 4% previsto no PAO 2016, não aprovado pela Tutela por incumprimento da Lei do Orçamento de Estado de 2016; Analisámos a justificação NUI-2017-0001124 de 10 de Janeiro de 2017 da **PARQUE ESCOLAR, EPE** para a Tutela dando nota que “Ainda que os Gastos Operacionais de 2016 tenham sido inferiores aos estimados no PAO2016 e aos verificados em 2015, o encerramento do exercício de 2016 evidencia que o peso dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios foi superior, em 1 ponto percentual, à execução relativa a 2015, ao contrário do inicialmente estimado (que seria superior, em 4 pontos percentuais). Esta variação ocorre por força da redução do Volume de Negócios da PE, resultado, fundamentalmente, do ajustamento, em baixa relativamente ao previsto no Contrato Programa, no montante de 13.557 mil euros, realizado na faturação da componente de Serviços de Manutenção e Conservação de 2016, conforme oportunamente comunicado ao senhor Ministro da Educação, através do officio NUI-





2016-0019467, datado de 4 de novembro de 2016”; (iv) ao prazo médio de pagamento a fornecedores, que ascende a 30 dias, sendo inferior ao limite máximo estipulado de 60 dias. Verificámos igualmente o cumprimento da Lei nº 7-A/2016 – Unidade Tesouraria do Estado.

3. Conforme divulgado nas notas 1 e 3 do anexo, o objeto da **PARQUE ESCOLAR, EPE** consiste no planeamento, gestão, desenvolvimento e execução do Programa de Modernização e manutenção da rede pública de escolas secundárias e outros edifícios afectos ao Ministério de Educação. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações contudo, a viabilidade e sustentabilidade do modelo de negócio e do financiamento do Programa de modernização desenvolvido pela Empresa, está totalmente dependente do apoio financeiro do acionista e de eventuais deliberações futuras.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

### **Matérias Relevantes de Auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias devem ser consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

#### **1. Capitalização e vidas úteis**

O julgamento da Administração tem impacto na valorização das Propriedades de Investimento e do Investimento em Curso e com os seus respetivos perfis de depreciação. Este inclui:

- a decisão de capitalizar ou despesar gastos;
- a definição das vidas úteis dos ativos;
- a tempestividade com que se procede à transferência dos ativos em curso.

Anexo às demonstrações financeiras, nota 8 Propriedade de Investimento e nota 7 Investimento em Curso.



**Síntese da abordagem de auditoria**

Verificámos a monitorização dos controlos implementados sobre o ciclo de Investimento em Curso e das Propriedades de Investimento, avaliámos a razoabilidade das políticas de capitalização, realizámos testes de detalhe aos gastos capitalizados e avaliámos a tempestividade da transferência de Investimentos em Curso para Propriedades de Investimento. Revimos a natureza dos gastos capitalizados como parte do custo de aquisição; a razoabilidade das vidas úteis aplicadas no cálculo da depreciação dos investimentos.

**2. Imparidade de Imóveis**

- A **PARQUE ESCOLAR** é proprietária de ativos imobiliários avaliados em 1.978.048 mil euros em 31 de Dezembro de 2016 (31 de Dezembro de 2015: 1.907.938 mil euros). A valorização dos imóveis (incluindo alguns ativos imobiliários em curso) é uma área de julgamento significativa, baseada numa série de pressupostos.
- A **PARQUE ESCOLAR** utiliza avaliadores externos profissionalmente qualificados, para valorizar a sua carteira a cada intervalo de 1 ano. A carteira (excluindo os ativos imobiliários em curso) é avaliada utilizando o “Método de Custo Depreciado”.
- Anexo às demonstrações financeiras, notas 3.5, 7 e 8

**Síntese da abordagem de auditoria**

- Avaliámos a revisão efetuada pela Administração do trabalho realizado pelo avaliador externo e dos mecanismos de avaliação;
- Analisámos o método e os pressupostos significativos, áreas críticas de julgamento. Comparámos os valores obtidos nas avaliações de 2016 com os obtidos em avaliações de anos anteriores;
- Para os investimentos em curso não avaliados, analisámos os custos incorridos e a sua recuperabilidade tendo por base contratos de empreitada;
- Avaliámos a classificação e se a metodologia aplicada foi apropriada.
- Avaliámos as provisões para Outros riscos e encargos;
- Avaliámos a independência e a integridade do avaliador externo; e
- Realizámos procedimentos de auditoria para avaliar a integralidade da informação fornecida ao avaliador independente, incluindo verificar, com base numa amostra, a concordância com cadastro de imóveis (áreas / localização).





### **Responsabilidades do órgão de gestão**

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão e, se aplicável, do relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o





risco de não detetar uma distorção devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobre posição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevantes para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que seja apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionadas com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência em, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



## RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

### Sobre o Relatório do Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório do governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, excepto quanto ao seguinte:

1. Nos termos do nº 17 da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, e do artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de Outubro, que aprovou os Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, compete ao Fiscal Único efetuar a avaliação anual do desempenho individual dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor na Empresa.

Foram celebrados contratos de gestão entre a Tutela e cada um dos membros do Conselho de Administração, a 19 de Junho de 2013, estabelecendo metas individuais cujo grau de cumprimento das orientações estratégicas e dos objetivos fixados dos membros do Conselho de Administração da **PARQUE ESCOLAR, E.P.E.** foi determinado por autoavaliação em termos globais conforme Tabela 3 do Relatório de Gestão e do Relatório de Governo Societário.

Dado não existirem metas individuais específicas, nem informação individual sobre o desempenho de cada um dos membros do Conselho de Administração, apesar das medidas serem as mesmas para todos os membros, não podemos certificar o grau de cumprimento das metas individuais.





**Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez por Despacho do Ministério das Finanças nº 14572/2010, de 21 de Setembro de 2010 para um mandato compreendido entre 2010 e 2012. Fomos nomeados por Despacho do Ministério das Finanças nº 875/2013, de 13 de Setembro, para um segundo mandato compreendido entre 2013 e 2015. Em 2016 mantivemos em funções, de acordo com o Despacho de constituição, o Fiscal Único mantém-se em funções até nomeação de novo órgão de fiscalização pela Tutela das Finanças.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 31 de Março de 2017

**CRC - COLAÇO, ROSA, COELHO & ASSOCIADO, SROC, LDA.**  
Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço'.

Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço







Maria Fernanda Barreto M. Colaço  
Luis Manuel da Silva Rosa  
Alexandre da Paixão Coelho

Rua Castilho, nº 39 – 9º A  
1250-068 Lisboa  
Telefones 213 552 980  
213 530 665  
Fax 213 533 933  
Email geral@crc-sroc.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

De acordo com o disposto na lei e nos estatutos e no cumprimento das funções de Fiscal Único da **PARQUE ESCOLAR, E.P.E.**, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, procedemos à fiscalização dos atos da Administração da Empresa, averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos estatutos da Empresa, procedemos à verificação periódica dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos de suporte, efectuámos testes por amostragem às transações e saldos e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos ainda à verificação do Balanço, das Demonstrações dos Resultados e da Demonstração dos fluxos de caixa e respetivos Anexos, bem como dos princípios contabilísticos subjacentes. Da Administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados.

Verificámos o cumprimento das orientações das Tutelas da Educação e das Finanças relativamente: (i) à Lei dos Compromissos (Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro e o Decreto-Lei 127/2012); (ii) à reversão da redução remuneratória revista na Lei 159-A/2015, de 30 de Dezembro; (iii) verificámos um aumento de 1% no rácio gastos operacionais/vendas, comparativamente com o exercício anterior, inferior ao aumento de cerca de 4% previsto no PAO 2016, não aprovado pela Tutela por incumprimento da Lei do Orçamento de Estado de 2016; Analisámos a justificação NUI-2017-0001124 de 10 de Janeiro de 2017 da **PARQUE ESCOLAR, EPE** para a Tutela dando nota que “Ainda que os Gastos Operacionais de 2016 tenham sido inferiores aos estimados no PAO2016 e aos verificados em 2015, o encerramento do exercício de 2016 evidencia que o peso dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios foi superior, em 1 ponto percentual, à execução relativa a 2015, ao contrário do inicialmente estimado (que seria superior, em 4 pontos percentuais). Esta variação ocorre por força da redução do Volume de Negócios da PE, resultado, fundamentalmente, do ajustamento, em baixa relativamente ao previsto no Contrato Programa, no montante de 13.557



mil euros, realizado na faturação da componente de Serviços de Manutenção e Conservação de 2016, conforme oportunamente comunicado ao senhor Ministro da Educação, através do ofício NUI-2016-0019467, datado de 4 de novembro de 2016”; (iv) ao prazo médio de pagamento a fornecedores, que ascende a 30 dias, sendo inferior ao limite máximo estipulado de 60 dias. Verificámos igualmente o cumprimento da Lei nº 7-A/2016 – Unidade Tesouraria do Estado.

O Relatório de Gestão esclarece a atividade desenvolvida pela Empresa em 2016.

Nos termos do modelo disponibilizado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças através do Ofício Circular nº DSPE/DAA/EPE 1268, de 27 de Fevereiro de 2017, foi elaborado pela **PARQUE ESCOLAR, EPE**, o Relatório de Governo Societário, relativo às boas práticas de governo societário adotadas em 2016.

O Relatório de Gestão, o Balanço e as Demonstrações dos Resultados, bem como a Demonstração dos fluxos de caixa, e os respetivos Anexos, satisfazem os preceitos legais e do contrato de sociedade e mostram, conjuntamente com a informação contida na Certificação Legal das Contas, a situação da Empresa em 31 de Dezembro de 2016.

Atenta às Reservas incluídas na Certificação Legal das Contas emitida em 31 de Março de 2017, parágrafos 1 a 5 das Bases para Opinião com Reservas e parágrafo 1 sobre o Relatório do Governo Societário, a qual consideramos parte integrante deste relatório, somos de parecer que:

- a) Aproveis o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2016;
- b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação do resultado do exercício.

Lisboa, 31 de Março de 2017

O FISCAL ÚNICO

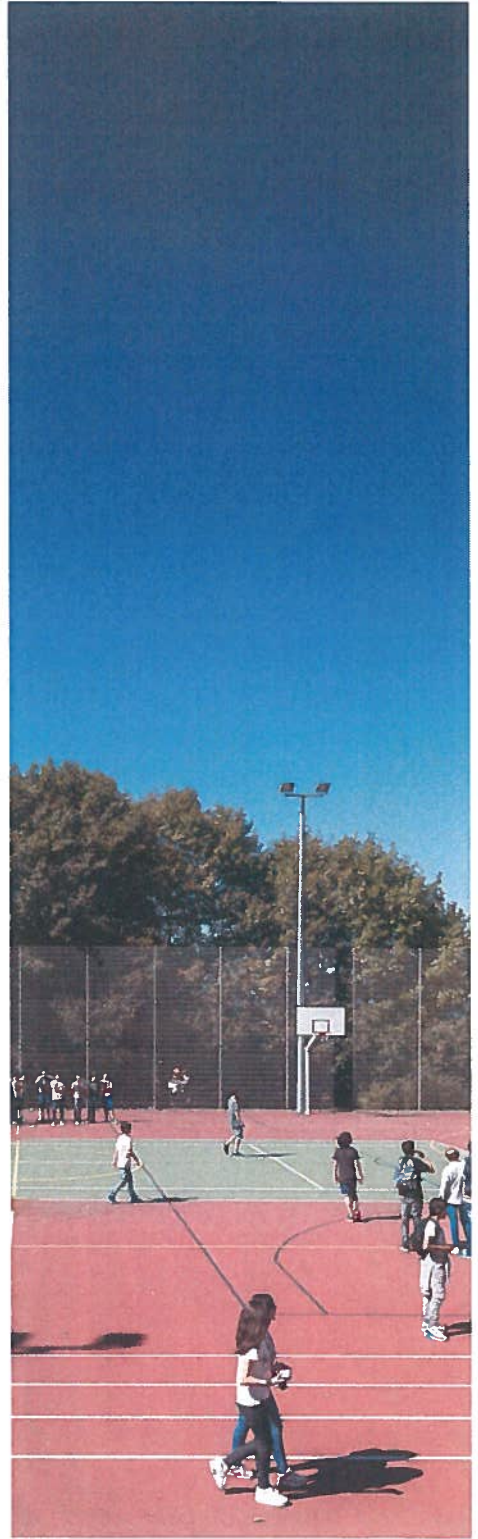
**CRC - COLAÇO, ROSA, COELHO & ASSOCIADO, SROC, LDA.**

Representada por:

  
Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço





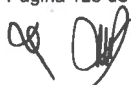


**06**

ANEXOS

*Handwritten signature and initials.*

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*





## 06\_ANEXOS

### 6.1 MAPA DA SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PMEES A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Mapa da Situação da Execução do PMEES a 31 de Dezembro de 2016

Fase do PMEES	Designação da Escola	Distrito	Escolas Co-Financiadas	Fase de Execução do PM	Situação das Suspensões das Obras
0	ESCOLA ARTÍSTICA SOARES DOS REIS	PORTO		OPERAÇÃO	
0	ESCOLA SECUNDÁRIA D. DINIS	LISBOA		OPERAÇÃO	
0	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA RODRIGUES DE FREITAS / ESCOLA ARTÍSTICA DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DO PORTO	PORTO		OPERAÇÃO	
0	ESCOLA SECUNDÁRIA FONSECA BENEVIDES (ES D. JOÃO DE CASTRO) / CENTRO DE FORMAÇÃO E PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA ELECTRÓNICA - CINEL	LISBOA		OPERAÇÃO	
1	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PASSOS MANUEL	LISBOA		OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA PEDRO NUNES	LISBOA		OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA CAROLINA MICHAELIS	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. MANUEL GOMES DE ALMEIDA	AVEIRO	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA DE AURÉLIA DE SOUSA	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO SÉRGIO	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA ROCHA PEIXOTO	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO GONÇALVES ZARCO	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA GARCIA DE ORTA	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA SÁ DE MIRANDA	BRAGA	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA AVELAR BROTERO	COIMBRA	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO CERCÓ	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ RÉGIO	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PENAFIEL	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GIL VICENTE	LISBOA		OPERAÇÃO	
1	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA JOSEFA DE ÓBIDOS	LISBOA		OPERAÇÃO	
1	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA D. FILIPA DE LENCASTRE	LISBOA		OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA RAINHA D. DONA AMÉLIA	LISBOA		OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA D. PEDRO V	LISBOA		OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA EÇA DE QUEIRÓS	LISBOA		OPERAÇÃO	
1	ESCOLA BÁSICA MARQUESA DE ALORNA, LISBOA	LISBOA		OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA PEDRO ALEXANDRINO	LISBOA		OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA MOUZINHO DA SILVEIRA	PORTALEGRE	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA GABRIEL PEREIRA	ÉVORA	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA D. MANUEL I	BEJA	✓	OPERAÇÃO	
1	ESCOLA SECUNDÁRIA DE BENAVENTE	SANTARÉM	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA ARTÍSTICA ANTÓNIO ARROIO	LISBOA		CONSTRUÇÃO	Resolução do contrato com o empreiteiro em Set 2012 Nova contratação em curso
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MONSERRATE	VIANA DO CASTELO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA ALCAIDES DE FARIA	BRAGA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA CARLOS AMARANTE	BRAGA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA ALBERTO SAMPAIO	BRAGA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA D. MARIA II	BRAGA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA	BRAGA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DAS TAIPAS	BRAGA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA CAMILO CASTELO BRANCO, VILA NOVA DE FAMALICÃO	BRAGA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA TOMAZ PELAJO	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PAÇOS DE FERREIRA	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE LOUSADA	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DA MAIA	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE ÁGUAS SANTAS	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA FILIPA DE VILHENA	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA FONTES PEREIRA DE MELO	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE RIO TINTO	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PAREDES	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. MANUEL LARANJEIRA	AVEIRO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA INÉS DE CASTRO, VILA NOVA DE GAIA	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOAQUIM GOMES FERREIRA ALVES	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA DA FEIRA	AVEIRO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA OLIVEIRA JUNIOR	AVEIRO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA FERREIRA DE CASTRO	AVEIRO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA ABADE DE BAÇAL	BRAGANÇA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOÃO DE ARAÚJO CORREIA	VILA REAL	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOSÉ MACEDO FRAGATEIRO	AVEIRO	✓	OPERAÇÃO	

Mapa da Situação da Execução do PMEES a 31 de Dezembro de 2016 (continuação)

Fase do PMEES	Designação da Escola	Distrito	Escolas Co-Financiadas	Fase de Execução do PM	Situação das Suspensões das Obras
2	ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉESTEVÃO	AVEIRO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUES DE CASTILHO	AVEIRO	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO NAVARRO, VISEU	VISEU	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA ALVES MARTINS	VISEU	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOAQUIM DE CARVALHO	COIMBRA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MONTE MOR-O-VELHO	COIMBRA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE QUINTA DAS FLORES / ESCOLA ARTÍSTICA DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE COIMBRA	COIMBRA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA D. MARIA	COIMBRA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE POMBAL	LEIRIA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO RODRIGUES LOBO	LEIRIA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DOMINGOS SEQUEIRA	LEIRIA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA ENG. ACÁCIO CALAZANS DUARTE	LEIRIA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA AFONSO DE ALBUQUERQUE	GUARDA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA D. INÊS DE CASTRO, ALCOBAÇA	LEIRIA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA FERNÃO DO PÓ (EBS DE BOMBARRAL)	LEIRIA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA RAFAEL BORDALO PINHEIRO	LEIRIA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. ANTÓNIO CARVALHO FIGUEIREDO	LISBOA		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ SARAMAGO	LISBOA		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA JACÓME RATTON	SANTARÉM	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE OUREM	SANTARÉM	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA SÁ DA BANDEIRA	SANTARÉM	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. SOLANO DE ABREU	SANTARÉM	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SALVATERRA DE MAGOS	SANTARÉM	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE ALBERTO NETO	LISBOA		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO E SILVA	LISBOA		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. AZEVEDO NEVES	LISBOA		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA VERGÍLIO FERREIRA	LISBOA		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO DAMÁSIO (ES PROF. HERCULANO CARVALHO)	LISBOA		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DA AMORA	SETÚBAL		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTO ANDRÉ	SETÚBAL		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA	SETÚBAL		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO NAVARRO, ALMADA	SETÚBAL		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PROF. RUY LUÍS GOMES	SETÚBAL		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA RAINHA DONA LEONOR	LISBOA		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE ANTÓNIO VIEIRA	LISBOA		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PROFESSOR REYNALDO DOS SANTOS	LISBOA		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA BÁSICA PEDRO DE SANTARÉM	LISBOA		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA BÁSICA FRANCISCO DE ARRUDA	LISBOA		OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA RAINHA SANTA ISABEL	ÉVORA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA D. SANCHO II	PORTALEGRE	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PONTE DE SÔR	PORTALEGRE	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE S. LOURENÇO	PORTALEGRE	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA PÚBLICA HORTÊNCIA DE CASTRO	ÉVORA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DIOGO DE GOUVEIA	BEJA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA SEVERIM DE FARIA	ÉVORA	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALCÁCER DO SAL	SETÚBAL	✓	OPERAÇÃO	
2	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA, SINTRA	LISBOA		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMPO MAIOR	PORTALEGRE	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	FARO		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA CAMILO CASTELO BRANCO, OEIRAS	LISBOA		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. HERNÂNCIDADE	ÉVORA	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. FRANCISCO FERNANDES LOPES	FARO		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MOURA	BEJA	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE OLIVEIRA DE FRADES	VISEU	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA D. JOÃO V	LISBOA		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA SEOMARA DA COSTA PRIMO	LISBOA		CONSTRUÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE AMARANTE	PORTO	✓	CONSTRUÇÃO	Resolução do contrato com o empreiteiro. Nova contratação em curso.
3	ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO DE DEUS	FARO		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CASTELO DE PAIVA	AVEIRO	✓	CONSTRUÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PINHAL NOVO	SETÚBAL		OPERAÇÃO	

Mapa da Situação da Execução do PMEES a 31 de Dezembro de 2016 (continuação)

Fase do PMEES	Designação da Escola	Distrito	Escolas Co-Financiadas	Fase de Execução do PM	Situação das Suspensões das Obras
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SILVES	FARO		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. MÁRIO SACRAMENTO	AVEIRO	✓	CONSTRUÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MEM MARTINS	LISBOA		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. MANUEL FERNANDES	SANTARÉM	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE LOULÉ	FARO		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DÁ TROFA	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA LUÍS DE FREITAS BRANCO	LISBOA		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ANADIA	AVEIRO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA SOARES BASTO	AVEIRO	✓	CONSTRUÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA GAGO COUTINHO	LISBOA		CONSTRUÇÃO	Suspensão Informação MEC 2+Dez-2011
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MARCO DE CANAVESES	PORTO	✓	CONSTRUÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA D. EGAS MONIZ E ESCOLA BÁSICA DE RESENDE	VISEU	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA AUGUSTO GOMES	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASTELO DA MAIA	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA JORGE PEIXINHO	SETÚBAL		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DA QUINTA DO MARQUÊS	LISBOA		CONSTRUÇÃO	Obra parcialmente concluída a aguardar definição para conclusão
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE BÚZIO (EBS DE VALE DE CAMBRA)	AVEIRO	✓	CONSTRUÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA FREI GONÇALO DE AZEVEDO	LISBOA		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PADRÃO DA LÉGUA	PORTO	✓	CONSTRUÇÃO	Resolução do contrato com o empreiteiro em Jun 2014 Obra reiniciou em agosto de 2016
3	ESCOLA SECUNDÁRIA D. DINIS, SANTO TIRSO	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PONTE DE LIMA	VIANA DO CASTELO	✓	CONSTRUÇÃO	Resolução do contrato com o empreiteiro em Mar 2014 Obra reiniciou em janeiro de 2016
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MONTE DA CAPARICA	SETÚBAL		CONSTRUÇÃO	Resolução do contrato com o empreiteiro em Nov 2012 Nova contratação em curso
3	ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO DE BARROS	SETÚBAL		CONSTRUÇÃO	Resolução do contrato com o empreiteiro em Nov 2012 Nova contratação em curso
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE AROUCA	AVEIRO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE BARCELOS	BRAGA	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MARTINS SARMENTO	BRAGA	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA D. SANCHO I	BRAGA	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA VERDE	BRAGA	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO GARCIA	BRAGANÇA	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VALE DE OVIL (EBS DE BAIÃO)	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE FELGUEIRAS	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA COVA DA LIXA	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE GONDOMAR	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA CLARA DE RESENDE	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CANELAS	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA ALMEIDA GARRÊT	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA MAIOR	PORTO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JÚLIO MARTINS	VILA REAL	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE ESTARREJA	AVEIRO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE GAFANHA DA NAZARÉ	AVEIRO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SEVER DO VOUGA	AVEIRO	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. PASCOAL JOSÉ DE MELLO	LEIRIA	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CARCAVELOS	LISBOA		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CANEÇAS	LISBOA		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA BRAAMCAMP FREIRE	LISBOA		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA HENRIQUES NOGUEIRA	LISBOA	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA D. MARTINHO VAZ DE CASTELO BRANCO	LISBOA		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA D. JOÃO II	SETÚBAL		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA LIMA DE FREITAS	SETÚBAL		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. AUGUSTO CÉSAR DA SILVA FERREIRA	SANTARÉM	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MONTEMOR-O-NOVO	ÉVORA	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA CONDE DE MONSARAZ	ÉVORA	✓	OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA TOMÁS CABREIRA	FARO		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA JÚLIO DANTAS	FARO		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA SECUNDÁRIA POETA ANTÓNIO ALEIXO	FARO		OPERAÇÃO	
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA CUNHA RIVARA	ÉVORA	✓	OPERAÇÃO	